



**UFRPE**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL – MESTRADO

Wandoberto Francisco da Silva

GUERREIROS DO MAR: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)

Recife, 2013



**UFRPE**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL – MESTRADO

Wandoberto Francisco da Silva

GUERREIROS DO MAR: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)

Dissertação apresentada pelo o aluno Wandoberto Francisco da Silva ao programa de Pós –Graduação em História Social da Cultural Regional da UFRPE, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento.

Recife, 2013

Ficha catalográfica

S586g Silva, Wandoberto Francisco da  
Guerreiros do mar: recrutamento e resistência de crianças  
em Pernambuco (1857-1870) / Wandoberto Francisco da Silva.  
-- Recife, 2013.  
144 f. : il.

Orientadora: Alcileide Cabral do Nascimento.  
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura  
Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Departamento de História, Recife, 2013.  
Referências.

1. Recrutamento 2. Marinha 3. Crianças I. Nascimento,  
Alcileide Cabral do, orientadora II. Título

CDD 981.34

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL

GUERREIROS DO MAR: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

Wandoberto Francisco da Silva

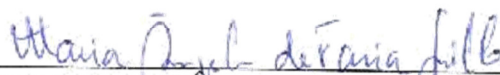
APROVADA EM 19/06/2013

BANCA EXAMINADORA



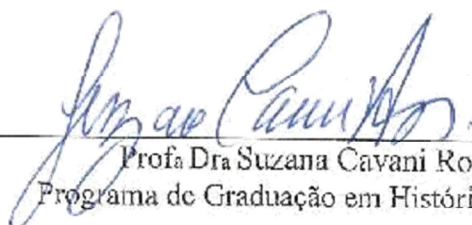
---

Profª Dra Alcilide Cabral do Nascimento  
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História – UFRPE



---

Profª Dra Maria Ângela de Faria Gíllio  
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE



---

Profª Dra Suzana Cavani Rosas  
Programa de Graduação em História – UFPE

Ao autor da minha existência por me dar forças para prosseguir na pesquisa e, em especial, a minha mãe por cuidar de mim em todos os momentos desse trabalho.

## AGRADECIMENTOS.

As primeiras palavras de agradecimento desse trabalho não poderiam ser direcionadas a outra pessoa contrária a professora Alcileide Cabral do Nascimento. O curso de História me pareceu limitado ao espaço de sala de aula até o terceiro período, quando em um dos corredores da universidade fui convidado pela professora a ampliar o leque de possibilidades do curso, realizando uma pesquisa na temática de infância. O recrutamento de crianças para as Companhias de Aprendizes da Marinha seria o trabalho que me envolveria na atividade de pesquisa definitivamente. Por isso, que dedico os meus primeiros agradecimentos à professora Alcileide Cabral do Nascimento por colaborar e incentivar o desenvolvimento de nosso trabalho e de nossa formação acadêmica.

No entanto, nessa caminhada pude contar com mais pessoas que se dispuseram a dividir comigo as demandas da pesquisa acadêmica. Estiveram comigo nessa caminhada, amigos, professores, pesquisadores, namorada e familiares. Sou profundamente grato a todos.

À professora Dra Suzana Canavi Rosas agradeço pela leitura criteriosa e por ter deixado importantes contribuições no andamento do trabalho. Da mesma forma agradeço a professora Dra Ângela Grillo por suas contribuições na pesquisa e por ter me acompanhado desde a graduação, incentivando e apontando as oportunidades do trabalho de pós-graduação.

Aos professores que fazem o corpo docente do programa de Pós-Graduação em história da UFRPE que tanto contribuíram na minha formação acadêmica, realizando críticas, sugestões e apontando os variados caminhos da produção historiográfica. Os professores Dr. Wellington Barbosa e Dr. Tiago de Melo Gomes merecem destaque pela atenção que sempre dedicam aos alunos da pós-graduação, ajudando, incentivando e orientando naquilo que é preciso.

Aos colegas da universidade que me acompanharam desde o início nos corredores, nas salas de aula, nos lanches entre uma aula e outra, no Conterrâneo, nos momentos de angústia, nas alegrias, nos agitados momentos da escrita, em fim, aqueles que também participaram dessa produção. Agradeço em especial a Bruno Melo, Wendell Costa, Vittor Prestrelo, Gustavo Mendonça, Emmanuelle Valeska, Romerito Arcoverde, Elba Chagas e Josué Lopes por participarem de forma mais direta dos diferentes momentos da caminhada acadêmica.

Um agradecimento mais do que especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa concedida, durante os dois anos de pesquisa.

Aos amigos e irmãos Petrucio Jeremias, Pedro Augusto Soares e Aurélio Filgueiras por sempre caminharem ao meu lado no decorrer desses dois anos.

Agradeço a minha mãe por não se ausentar em nenhum momento das minhas difíceis situações, possibilitando sempre um auxílio emocional e um suporte financeiro. Os meus irmãos, Walter e Wagner, que nunca deixaram de acreditar e apoiar esse trabalho. Obrigado por tudo.

Por fim, agradeço a minha namorada, Débora Pantaleão, por sua fiel companhia e por dividir comigo parte de minhas ansiedades, medos e sonhos, trazendo o descanso de seu sorriso nos momentos de insegurança.

“Há também uma nova determinação: a de resguardar as condições nas quais todas as histórias podem ser contadas, recontadas e contadas novamente de forma diversa”.

**Zygmunt Bauman.**



## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o recrutamento de crianças para as Companhias de Aprendizes da Marinha de Pernambuco, localizada no Recife, antes e, sobretudo, durante a Guerra do Paraguai, entre os anos de 1857 a 1870. Esta foi uma das maneiras encontradas pelas elites e autoridades pernambucanas de inserir, de disciplinar e tirar das cidades uma infância que precisava de cuidados e investimentos, tornando-se útil a si e ao Estado. O serviço militar na Marinha dava ocupação a um conjunto de menores que muitas vezes estava distribuído no espaço urbe, cometendo roubos, desordens ou insultando a ordem estabelecida. Retirados das cidades, essas crianças contribuíram para a formação de marinheiros e operários aos serviços da Armada imperial. Os conceitos de Biopoder e poder disciplinar de Michel Foucault tornaram-se imprescindíveis para a compreensão da emergência de novas posturas políticas e sociais do Estado brasileiro que foram analisados nesse trabalho. A dissertação foi elaborada a partir da análise das fontes documentais do Arsenal da Marinha de Pernambuco, especificamente as correspondências do Inspetor do Arsenal, que juntamente com as leis do Império brasileiro, os relatórios ministeriais e o auxílio das discussões temáticas e teóricas são os pilares desse estudo. Vale destacar, também, que nem todos os garotos desejaram ou se enquadraram na forte estrutura disciplinar comum aos estabelecimentos militares do período oitocentista. Essa foi uma questão que foi evidenciada nas fugas dos educandos das Companhias de Aprendizes ou na rejeição que os meninos, de diferentes idades, apresentaram a malha responsável pelo recrutamento militar.

Palavras- Chave: Recrutamento. Crianças. Marinha. Pernambuco.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the recruitment of children for the Navy Learners Company of Pernambuco, located in Recife, before and especially during the War of Paraguay, between the years 1857-1870. This was one of the ways found by the elites of wealth and power and the authorities of Pernambuco to insert, discipline and take out of the cities a childhood that needed care and investment, making it useful to themselves and to the State. Military service in the Navy gave occupation to a smaller set that was often distributed in urban space, committing robberies, disorders or insulting the established order. Taken out from the cities, these children contributed to the training of sailors and workers to serve the Imperial Armada. The concepts of Biopower and disciplinary power of Michel Foucault have become indispensable for understanding the emergency of new political and social attitudes of the Brazilian State that were analyzed in this work. The dissertation was drawn from the analysis of documentary sources of the Dockyard of the Navy of Pernambuco, specifically matches the Arsenal Inspector, which together with the laws of the Brazilian Empire, the ministerial reports and the help of the theoretical and thematic discussions are the pillars of this study. It is worth noting, too, that not all the boys wanted or fell into the strong disciplinary structure common to the military establishments of the nineteenth century period. This was an issue that was highlighted on the trails of the students of Learners Companies or the rejection of the boys, of different ages, showed the mesh responsible for the military recruitment.

**Keywords:** Recruitment. Children. Navy. Pernambuco

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano

AM – Arsenal da Marinha

BPPE – Biblioteca Pública de Pernambuco

CLIB - Coleção de leis do Império brasileiro

DP – Diário de Pernambuco

EAMPE – Escola de Aprendizes Marinheiro de Pernambuco

EAAMPE - Escola de Aprendizes Artífice de Pernambuco

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

MM – Ministério da Marinha

RPPPE- Relatórios da presidência da Província de Pernambuco

## LISTA DE QUADROS

**QUADRO I:** distribuição dos aprendizes artífices nas respectivas oficinas em 1862...41

**QUADRO II:** decretos de criação das Companhias de Aprendizes Marinheiro no Brasil.....46

**QUADRO III:** lista de atividades dos aprendizes no Arsenal da Marinha.....52

**QUADRO IV:** Relação dos homens recrutados nas comarcas da província de Pernambuco 1857.....75

## LISTA DE GRÁFICOS

**GRÁFICO I:** Dados dos menores recrutados e dos voluntários enviados à Fortaleza de Willegaignon entre os de 1860 a 1864.....77

**GRÁFICO II:** Dados dos recrutados e dos voluntários enviados à Fortaleza de Willegaignon entre os de 1860 a 1864.....85

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA I:</b> Vista do casario do Recife no cais do Arsenal da Marinha.....	27
<b>FIGURA II:</b> Vista do Arsenal da Marinha no ano de 1865.....	37
<b>FIGURA III:</b> Vista do Arsenal da Marinha e a Torre Malakoff de 1870.....	61
<b>FIGURA IV:</b> A Batalha do Riachuelo.....	94
<b>FIGURA V:</b> Imagem do recrutamento forçado.....	109
<b>FIGURA VI:</b> Imagem do recrutamento forçado nas cidades brasileiras.....	110

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 O DESTINO DAS CRIANÇAS POBRES, ÓRFÃS E ENJEITADAS DE PERNAMBUCO: as Companhias de Aprendizes da Marinha</b> .....	27
1.1 Trabalho e formação de mão de obra no século XIX.....	30
1.2 A Companhia de Aprendizes Artífice de Pernambuco.....	35
1.3 A Companhia de Aprendizes Marinheiro de Pernambuco.....	44
1.4 O Processo Disciplinar frente a uma infância teimosa.....	49
<b>2 O LIMITE DO ORDENAMENTO DAS MASSAS: as práticas de recrutamento e alistamento de menores</b> .....	61
2.1 As massas e uma nova maneira de governar: o aparecimento da população como problema de governo.....	61
2.2 O emblemático momento da força e da vontade: as formas de mobilização militar no Brasil oitocentista.....	69
2.3 Voluntários e involuntários: a mobilização de menores para as Companhias de Aprendizes Marinheiro.....	80
<b>3 A GUERRA, O DISCURSO E A FORÇA: o recrutamento de adultos e crianças na Guerra do Paraguai</b> .....	94
3.1 Uma guerra contra a barbárie e a busca pelo soldado patriótico.....	97
3.2 As incertezas da Guerra e a resistência ao recrutamento.....	107
3.3 Pequenos guerreiros.....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	125
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	128

## INTRODUÇÃO

Por volta do dia 15 de maio de 1887, o senhor tenente Santos Neves levava preso ao chefe de polícia um menino pardo de apenas 12 anos, que na ocasião, carregava o peso da suspeita de ter praticado diversos furtos na freguesia do Recife. Além das suspeitas, o garoto foi denunciado pelo subdelegado da cidade como o autor de um furto que foi praticado na rua Marcílio Dias em uma fábrica de charutos. Preso pelas autoridades, o menor foi interrogado e acabou confessando o furto, que seria ainda mais evidenciado, por ser encontrada em seu poder, uma quantia em dinheiro de 2\$320 reis, cinco cartas de fogo da china e algumas estampilhas para cartas. Esclarecido a situação, o garoto foi encaminhado ao serviço militar na Companhia de Aprendizes Marinheiro do Recife.

No dia 17 do mesmo mês, dois dias após o acontecimento, o Diário de Pernambuco se encarregaria de publicar a notícia que trouxe à tona o caso desse garoto de 12 anos ao público de leitores do Recife. O fator mais curioso dessa notícia é que o jornal não fez menção ao nome do garoto e o identificou apenas como “um pequeno larápio”, expressão que, inclusive, foi utilizada para nomear a própria notícia. O termo larápio fez parte do vocabulário policial na maior parte do século XIX, quando se desejou nomear não apenas as crianças, mas todo e qualquer o indivíduo que fosse envolvido na prática do furto e de outros crimes. Expressões semelhantes a essa foram utilizadas para fazer referência àqueles menores, que de alguma maneira, mostraram-se resistentes a toda uma estrutura de ordenamento social do mundo dos adultos.

Era uma realidade comum ao ambiente da urbe, a presença de meninos que vinham tanto de uma herança do abandono, da orfandade e/ou aqueles que rejeitavam a ordem ou a desordem familiar pelo mundo livre e perigoso da rua. Diante dessas diferentes realidades, o que restou foi uma infância, que ao passar para o ambiente das ruas, ganhou o estigma de ser portadora do “vício” da vadiagem e da delinquência<sup>1</sup>, transformando-se em objeto de preocupação de um Estado, que se ocuparia no controle de sua conduta. O crescimento populacional das cidades brasileira do período oitocentista foi acompanhado dessa infância desvalida que veio à tona por intermédio de discursos que lhe reservaram o lugar da infâmia, da desonra e da vergonha. Meninos e

---

<sup>1</sup> FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo, SP/ Salvador, BA: HUCITEC-EDUFBA, 1996. p.112.

meninas que apareceram nos relatórios policiais, nos jornais, nas letras dos inspetores de instituições militares, como “vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em punhado de palavras”.<sup>2</sup>

Pequenos peraltas, moleques, meninos incorrigíveis, vadios, desvalidos, órfãos, menores, gatunos e larápios foram parte desse arquivo linguístico que foi acionado em diversos momentos pelos poderes públicos para nomear parte de uma infância pobre que esteve presente nas cidades brasileiras no decorrer do século XIX. Esses garotos não apareceram nas queixas, nas denúncias e relatórios públicos porque tinha grandeza de nascimento, fortuna, santidade e heroísmo. Ao contrário disso, o que os arrancou da escuridão e do esquecimento foi exatamente a capacidade que tiveram de resistir ou de desafiar o poder em algum momento da vida. O encontro com o poder através da rebeldia, do roubo, da astúcia, das algazarras, dos pequenos tumultos e da vadiagem arrancou do silêncio pequenos indivíduos que tiveram “existência ao abrigo precário”<sup>3</sup> de algumas palavras. Vidas breves, vidas singulares, “vidas ínfimas que se tornaram cinzas nas poucas frases que as abateram”.<sup>4</sup>

A emergência dessas vidas prosseguiu caminhos diversos e por diferentes situações fez com que alguns menores e não outros fossem capturados de forma muito passageira pelo discurso da infâmia. O choque com o poder deu a esses garotos as breves palavras dos relatórios de internação e dos boletins de prisão que foram guardados e conservados, por acaso ou por interesse, em arquivos que os fizeram transitar, a partir de então, entre o esquecimento e a sorte de um novo aparecimento. Entendemos assim, porque partimos do pressuposto de que entre tantos documentos velhos, perdidos e dispersos, sempre fazemos a escolha por esse ou aquele discurso do passado ou o acaso nos leva ao contato com determinados documentos em detrimento de outros.

Essa questão talvez explique o reaparecimento do “pequeno larápio” que tratamos no início da introdução. Esse menor que foi reduzido à vilania de algumas palavras saiu de sua própria noite e veio à tona novamente em uma notícia do Diário de Pernambuco de 2012. Ou seja, após 125 anos, o mesmo periódico dava espaço aquele garoto que pela acusação de diferentes furtos e pela capacidade de desafiar o poder,

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. Estratégia, poder-saber. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203-222

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Ibidem



ganhou espaço ao lampejo de pequenas frases que foram capazes de subsistir ao tempo. Diante disso, “divirtamo-nos, se quisermos, vendo aí uma revanche que permite que essas pessoas absolutamente sem glória surjam no meio de tantos mortos” e permaneçam mostrando “sua raiva, sua aflição ou sua invencível obstinação em divagar”.<sup>5</sup>

Compreendemos que foi essa infância pobre que no avançar do século XIX precisou ser sinalizada, separada e por diversas vezes punida, entrando nos cálculos estratégicos do Estado Imperial. A repressão direcionada a essa parcela da população respondia em geral às necessidades de um governo que precisava disciplinar, desde cedo, as massas em seus hábitos de vadiagem e conseqüentemente imprimir uma nova conduta que remetesse a uma ocupação e a premência da produtividade. Aparecia nesse momento, um Estado que fazia uso de medidas que visavam obter o controle do corpo individual e administrar as demandas do corpo coletivo.

Foi diante dessas questões, que o presente trabalho teve como objetivo central historicizar o recrutamento de crianças para as Companhias de Aprendizes da Marinha de Pernambuco durante o período de 1857 a 1870. Compreender como e por que razões o Estado imperial direcionou suas forças para arregimentar os enjeitados das casas de caridades, os órfãos de pais e de mães e os garotos de famílias pobres, tornou-se, em nossas análises, um problema e uma questão a ser investigada.

O processo de mobilização militar por diversas situações fez parte das reduzidas alternativas das autoridades públicas no direcionamento de um contingente sem ocupação que ganhava as ruas das cidades brasileiras. A dureza dos recrutadores no geral cumpria o objetivo de tirar, voluntariamente ou à força, alguns sujeitos que precisavam se integrar ao mundo da ordem. A partir dessa prática, o Estado nacional demonstrava que para além da necessidade de alimentar os quadros da Marinha e do Exército, era preciso também, dar uma utilidade a uma parcela da população considerada improdutiva e perigosa. Envolver crianças em atividades militares, especificamente na Marinha Imperial, era um meio de impedir que esses meninos crescessem no mundo da desordem, do roubo, das arruaças e da vadiagem. Essa última questão contribuiu de forma significativa para que se espalhassem escolas de preparação de marinheiros e formação de operários no período oitocentista.

---

<sup>5</sup> FOUCAULT. Op. Cit., p. 6.

Para realizarmos o nosso estudo sobre o recrutamento de crianças definimos um recorte temporal baseado em algumas questões importantes. A primeira está relacionada com o ano de criação da Companhia de Aprendizes de Marinheiro em 1857, período que trouxe para Pernambuco uma maior dinâmica no processo de mobilização de crianças. Levando em consideração que antes da fundação desse estabelecimento em 1857, a maior parte dos garotos recrutados era enviada para servir na Corte. Outro ponto que precisamos destacar é que as fundações das Companhias de Aprendizes Marinheiro no Brasil estão situadas maciçamente na segunda metade do século XIX, com exceção da Corte que foi criada no ano de 1840. Esse aspecto possibilitou, sem dúvida alguma, na segunda metade do período oitocentista, um aumento de marinheiros nos quadros da Marinha nacional e, ao mesmo tempo, contribuiu para esvaziar das ruas parte de uma infância pobre que se tornara um problema da administração pública e não apenas da caridade religiosa.

Outro marco importante na montagem de nosso recorte temporal foi o advento da Guerra do Paraguai. O término da conflito, em 1870, trouxe para história do recrutamento um novo momento, especialmente com a promulgação da lei de 1874. A guerra mostraria os limites de uma forma arcaica de mobilização militar e iniciaria mudanças significativas. Por essa razão, centramos o nosso debate entre os anos de 1857 a 1870. Evidentemente que isso não nos impediu de caminharmos, quando necessário, fora dos limites do recorte temporal.

O nosso trabalho teve a preocupação de historicizar o recrutamento militar, especificamente o de crianças, mas encarregou-se de igual modo de produzir uma narrativa que trouxesse à tona mais um capítulo de uma infância pobre, localizada no período oitocentista. A infância que escolhemos trabalhar nessa dissertação não pertencia às famílias afortunadas da província de Pernambuco entre os anos de 1857 a 1870. Muito pelo contrário. A infância que recortamos em nossa pesquisa faz referência a um grupo de crianças pobres, muitas vezes sem eira nem beira, enjeitadas e órfãs. Um grupo de crianças que estava presente nas notificações dos boletins policiais, nas rebeldias e arruaças que provocavam nas ruas e até mesmo pela acusação de algum furto ou pela fuga das Companhias de Aprendizes da Marinha.

Destacamos que quando utilizamos o termo *menor* em nosso trabalho estamos querendo nos referir a menor idade daqueles que eram matriculados nas companhias de aprendizes da Marinha. Menor idade que na história do Império brasileiro é muito difícil de ser delimitada, mas que no caso dos estabelecimentos trabalhados por nós, no geral,

eram aqueles que tinham abaixo de 18 anos. O termo *menor* em nossa documentação quase sempre aparece para fazer referência aqueles meninos que tinham entre 7 e 17 anos e que por isso poderiam ser aceitos na Companhia de Aprendizes Marinheiro ou na Companhia de Aprendizes Artífice. Porém, vale destacar que no decorrer do período imperial o termo *menor* também passou a ser utilizado para nomear uma infância pobre, delinquente e abandonada.

## 1 DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

As investigações direcionadas à infância no Brasil têm apresentado um crescimento que já se torna visível no campo das ciências humanas e sociais. A ciência histórica que foi uma das últimas disciplinas a lançar o seu olhar sobre esse universo<sup>6</sup> também tem ampliado as discussões e feito surgir importantes pesquisas voltadas ao tema.

No entanto, até o final da década de 1980 os temas da infância e da família eram pouco visitados pela historiografia. Foram os novos estudos da História Nova de tradição francesa que passaram a valorizar os excluídos sociais, possibilitando a emergência de novas temáticas como o amor, a morte, a família e a criança. A esse último ponto, destaca-se o trabalho de Philippe Ariès em sua obra intitulada *História social da criança e da família*, publicada no Brasil na década de 1980. O principal objetivo do autor foi o de mostrar como as mudanças na escola e na família conduziram a um novo sentimento da infância no século XVIII.<sup>7</sup> Embora tenha tido o mérito de apontar para a importância da história da infância e abrir um novo momento no estudo do tema, muitas das afirmativas de Ariès já são vistas, por alguns historiadores, como arriscadas e outras já foram colocadas por terra.<sup>8</sup>

Por outro lado, é exatamente a partir das duas últimas décadas do século XX que a historiografia direcionada à infância desvalida passa a ser marcada por dois campos de atuação: um voltado a Demografia Histórica e outro ligado a uma linha foucaultiana. A inauguração de novos horizontes no estudo da criança permitiu o

---

<sup>6</sup> Cf. SCHREINER, Davi Felix; PEREIRA, Ivonete e AREND, Silva Maria Fávero. (org.). **Infâncias Brasileiras: experiências e discursos** – Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009.

<sup>7</sup> Cf. ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Florense Univeritária, 2002.

<sup>8</sup> Sobre as críticas ao trabalho de Phlippe Ariès ver: HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância: da Idade Média à época Contemporânea no Ocidente**. Trad. Roberto Cataldo Costa. – Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 24-27.

surgimento de novas análises teórico-metodológicas em torno do tema, abrindo espaço a diferentes contribuições e pesquisas mais consistentes.<sup>9</sup>

A criação do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – Cedehal, em 1984, foi responsável, entre outras pesquisas, pelo levantamento da bibliografia e documentação existentes no país sobre a temática da infância abandonada. Esse centro possibilitou também a produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado. A iniciativa proporcionou publicações de livros, entre os quais, destacamos a *História Social da Criança abandonada* da pesquisadora Maria Luíza Marcílio. Nessa obra, a autora pretende “mostrar a arqueologia e a trajetória do fenômeno do abandono de crianças, através da história, no ocidente e no Brasil”.<sup>10</sup>

Se aproximando de uma perspectiva mais foucaultiana o trabalho da historiadora Alcileide Cabral: *A Sorte dos enjeitados - O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789-1832)*, oferece importantes contribuições ao tema da infância. O texto da pesquisadora nos permite compreender como seu deu em Pernambuco, as políticas de assistência à infância abandonada, além de esclarecer as implicações da transição de um governo colonial, preocupado em atender aos interesses do soberano, “para um governo que vai se aparelhando, criando novas estratégias para governar a cidade e seus habitantes”.<sup>11</sup>

O livro organizado por Mary Del Priore, *Histórias das Crianças no Brasil (1999)*, trouxe a oportunidade do contato com diferentes problemáticas em torno da criança em nosso país.<sup>12</sup> Desse trabalho, fazemos menção ao capítulo intitulado, *Os aprendizes de guerra* do pesquisador Renato Pinto Venâncio. Nele o autor se propõe a discutir como a criação de instituições destinadas a formação de marinheiros serviu para prestar socorro aos enjeitados durante o século XIX.<sup>13</sup> O texto de Venâncio inaugura e serve de referência às discussões ligadas a mobilização de crianças a instituições militares, entre elas, as Companhias de Aprendizes da Marinha. O autor aponta também

---

<sup>9</sup> Cf. NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência as crianças abandonadas do Recife (1789-1832)**. São Paulo: Annablume, 2008. 21-23.

<sup>10</sup> Cf. MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

<sup>11</sup> Cf. NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência as crianças abandonadas do Recife (1789-1832)**. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>12</sup> Cf. DEL PRIORE, Mary (org). **Histórias das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

<sup>13</sup> Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. **Os aprendizes de guerra**. In: *Histórias das crianças no Brasil*, DEL PRIORE, Mary. São Paulo: Contexto, 2000.

para o recrutamento desses meninos na Guerra do Paraguai, destacando de forma pioneira de que maneira o Estado brasileiro vai se utilizar de menores para sanar a ausência de homens nas Forças militares.

O livro *A ressaca da marujada* de Álvaro Pereira do Nascimento trouxe uma singular contribuição, no início da década de 1990, aqueles que têm por interesse a temática do recrutamento para Armada brasileira, especificamente no período oitocentista. O autor defende a ideia de que a Marinha de Guerra, além de sua função precípua de dar combate aos inimigos externos, era também uma das instituições que, através do alistamento militar, retirava das ruas os indesejados, aqueles que eram vistos como inimigos internos por ameaçar a ordem, fossem eles capoeiras, vadios, mendigos ou crianças desvalidas.<sup>14</sup>

Na temática da mobilização militar, são muitos os estudos que elegem o recrutamento como tema central. Porém, vale ressaltar a relevância de alguns pela contribuição que vem oferecendo ao debate em questão. Entre as várias hipóteses colocadas por Peter Beattie em seu livro *Tributo de Sangue*, pontuamos o destaque que o autor dar a contribuição que o recrutamento militar ofereceu ao débil sistema de justiça penal no século XIX. Para ele, sem o recrutamento forçado, “muitas autoridades estatais e locais vinham-se obrigadas a gastar mais em polícia, prisões, albergues e orfanatos, justamente para manter o *status quo* no tocante ao controle social”.<sup>15</sup> É notório que na visão do autor o recrutamento militar cumpriu um papel crucial no ordenamento das massas, principalmente, no decorrer do período oitocentista.

O processo de recrutamento militar no século XIX, também foi analisado por Fábio Faria Mendes em seu livro intitulado, *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*.<sup>16</sup> Para autor, o recrutamento militar durante século XIX esteve associado a um complexo jogo que envolvia privilégios e isenções, formando um “verdadeiro mosaico de distinções a separar as várias espécies de cidadão livres”. Com um caráter meramente punitivo, Mendes destaca que a mobilização militar cumpria os interesses políticos das elites, tanto com meio de controle ou de influência sobre os indivíduos turbulentos ou os inimigos políticos. Diluído nessa densa trama, o recrutamento militar contribuía para produzir no Brasil uma extensa rede de clientes,

---

<sup>14</sup> Cf. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

<sup>15</sup> BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, razão e nação no Brasil, 1864-1945/ tradução Fábio Duarte Joly**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

<sup>16</sup> MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

envolvidos em favores e dependências políticas. Livrar-se do “tributo de sangue”, exigia, antes de tudo, o compromisso e o envolvimento com essas redes.<sup>17</sup>

O debate sobre o recrutamento no período da Guerra do Paraguai também foi objeto de análise nos trabalhos de Peter Beattie e Fábio Faria Mendes. A guerra traria, na visão dos autores, uma verdadeira crise na tradicional forma de mobilizar homens no Brasil imperial. O calor da Guerra faria o Estado brasileiro intensificar o clima de violência que já envolvia o recrutamento, minando e expondo os problemas da relação existente entre a mobilização militar e as redes de privilégios e proteção.

Percebe-se que o tema da Guerra do Paraguai (1865-1870) vem sendo, nos últimos anos, alvo de vários estudos que, através de amplas pesquisas documentais e de novas abordagens metodológicas tem trazido à tona o interesse por outras questões ligadas ao conflito, deixando de priorizar o enfoque nas grandes biografias dos heróis oficiais do conflito. É nesse esforço que o trabalho de Francisco Doratioto, *Maldita Guerra – nova história da Guerra do Paraguai*, procura dar, por meio de diversificadas fontes, outra interpretação ao confronto que sacudiu o Cone Sul. O autor no lugar de valorizar a ideia de que o conflito teria iniciado por interesses do Imperialismo Inglês, pensa a guerra por meio de entraves regionais.

Os estudos recentes também têm historicizado os indivíduos que antes tinham ficado com “pano de fundo” na trama da Guerra. A partir de novos enfoques, foram discutidas as formas de recrutamento, a participação negra de escravos e libertos<sup>18</sup>, de mulheres ou de indígenas como no trabalho de Edson Silva, *Memórias Xukuru e Fulni-ô da Guerra do Paraguai*. Destaca-se ainda, a análise do discurso patriótico e estratégias do Estado Imperial para o recrutamento em Pernambuco, vistas na dissertação de Marcio Lucena Filho, *Pernambuco e a Guerra do Paraguai – o recrutamento e os limites da ordem*.

A questão que elegemos nesse estudo consiste exatamente em compreendermos de que maneira o recrutamento de crianças para as companhias de aprendizes, especificamente a de Pernambuco, contribuiu para o controle de uma parcela da população que passara a ser vista como um problema de ordem pública. Entendemos que o recrutamento no Brasil imperial, não só o de crianças, visou atender as novas

---

<sup>17</sup> MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

<sup>18</sup> Refiro-me aqui ao trabalho de Ricardo Salles, *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

necessidades de um Estado com tendências liberais, que entre as várias demandas, tinha pretensões de administrar a vida e o corpo da população.

Orientaram-nos em tal perspectiva, do ponto de vista teórico, os trabalhos e as análises de Michel Foucault. Aproximar-se do pensamento de Foucault possibilitou entender que o aparecimento de um governo preocupado em governar “as coisas e os homens” nem sempre foi uma realidade no Brasil. A emergência de um governo que tem como alvo a população não deve ser naturalizado, especialmente, quando entendemos que em Pernambuco isso teve início na gestão de D. Tomás José de Melo que administrou a capitania entre 1787 e 1798. Porém, foi no transcorrer do século XIX que percebemos que Estado brasileiro se esforçou para conter os efeitos de multidão, enquadrando a população em cálculos estratégicos. Conter o múltiplo e a sua dispersão torna-se uma prática de um governo que precisava gerir a vida em todas as suas dimensões, afastando dela os perigos da fome, da epidemia e da morte. Gerindo os problemas ligados à natalidade, longevidade, saúde pública, habitação, migração, hábitos e costumes. É nesse sentido que compreendemos que o governo dos vivos toma para si a população e as suas regulações.

Minha questão é analisar de que maneira a infância pobre em Pernambuco no período oitocentista, especificamente entre os anos de 1857 a 1870, tornou-se um problema de governo, precisando ser afastada das ruas ou da ociosidade para ocupar um lugar em escolas militares. Nesse sentido, compreendemos que o recrutamento de crianças tornou-se importante não apenas por suprir os quadros da Marinha Nacional, mas por que atendeu aos novos interesses do Estado no direcionamento das massas.

Não analisamos em nossa dissertação apenas as estratégias do Estado imperial para arregimentar os meninos aos quadros da marinha nacional. Percebemos, também, os “procedimentos minúsculos”, as “astúcias” e as “táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano” que permitiram que os menores jogassem com o controle e a normalização do Estado. O trabalho de Michel de Certeau, *A Invenção do Cotidiano*<sup>19</sup>, foi de singular importância para compreendermos como os garotos, alvos dos recrutadores, resistiram de maneiras múltiplas ao processo de recrutamento.

## **2 OS CAMINHOS PERCORRIDOS: O APARECIMENTO DAS FONTES**

---

<sup>19</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

A produção historiográfica é em grande parte possibilitada pelo suporte documental disponível ao pesquisador. Suporte que permite ao historiador produzir uma narrativa que carrega os desdobramentos do presente e as implicações oriundas da simples leitura das fontes. Acreditamos que o manuseio de documentos é fundamental na produção de uma escrita comprometida com as regras que dão uma dimensão científica ao ofício do historiador. Isso não implica dizer que o nosso trabalho esteja propondo uma escrita que consegue, a partir de suas fontes, produzir o passado em sua totalidade. Entendemos que as fontes documentais, selecionadas por nós ou aquelas que se apresentaram ao acaso no transcurso da pesquisa, não nos oferece dados em sua inteireza. Ao contrário disso, nos oferece enredos e discursos que serão reescritos a partir de problemas do presente e de novos pressupostos. Partimos da ideia de que o documento não é um monumento da verdade, livre de interpretações, mas, diferente disso, é um material que precisa ser explorado na sua totalidade, cabendo ao historiador perceber desde as evidências até os espaços de silêncios.

A razão de nossa pesquisa está ligada aos primeiros questionamentos do projeto *Infância Perigosa: combate ao ócio e a vadiagem de crianças no Recife (1831-1860)*, orientado pela professora Alcileide Cabral do Nascimento. No projeto, tivemos a oportunidade, como aluno do programa de Iniciação Científica Voluntária-PIC-UFRPE, de historicizar sobre a criação e o funcionamento do Arsenal da Marinha de Pernambuco, como uma das instituições de inserção e assimilação dos meninos pobres, enjeitados e órfãos entre anos de 1834-1844. Tal pesquisa possibilitou darmos os primeiros passos na exploração da temática do recrutamento de crianças, identificando uma vasta documentação que nos possibilitou a escrita dessa dissertação de mestrado.<sup>20</sup>

As fontes documentais que formaram o nosso acervo primário estão quase todas digitalizadas e em forma de manuscritos. A série documental Arsenal da Marinha, presente nos fundos do Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano (APEJE), foi a documentação que direcionou a maior parte de nossa pesquisa. Dessa documentação foram analisados os relatórios dos inspetores do Arsenal da Marinha direcionados aos presidentes de província, entre os anos de 1857 a 1870. A partir da análise das informações presentes nesses relatórios foi possível entender como funcionava as

---

<sup>20</sup> As investigações sobre a temática tiveram início em nossas pesquisas de Iniciação Científica, culminado em nosso trabalho de conclusão de curso. SILVA, Wandoberto F. **Recrutamento, Trabalho e Rotina Militar** – o cotidiano de crianças no Arsenal da Marinha de Pernambuco (1834- 1844). Monografia. (Graduado em História) UFRPE/DLCH, 2010.



Companhias de Aprendizes da Marinha em Pernambuco, além de rastrear as possíveis questões que levavam ao recrutamento ou alistamentos de garotos nessas instituições. O contato com essa documentação nos permitiu encontrar outros indícios que foram emergindo gradativamente em nossa pesquisa. Apareceram leis e regulamentos sobre o recrutamento ou até mesmo sobre o funcionamento das Companhias de Aprendizes que também exigiram investigação. Foi diante desses problemas e das dúvidas que apareceram no contato com os manuscritos do Arsenal da Marinha, que fomos pesquisar a legislação imperial e documentação do Ministério da Marinha.

*As Leis imperiais* disponíveis no site da Câmara dos Deputados Federais nos ajudaram a identificar quais as determinações legais para o recrutamento de adultos e crianças. Compreendemos no contato com essa documentação que governo imperial foi progressivamente sancionando leis que visavam sanar a falta de planejamento e o esvaziamento de homens nas Forças Armadas. Perceber essas questões ampliou o nosso entendimento sobre as regras e os limites que regiam a mobilização militar no Brasil oitocentista, permitindo-nos compreender os desdobramentos dessa legislação na província de Pernambuco. Eram a partir dessas leis que os recrutadores procuravam legitimar suas ações frente o contingente de crianças que passavam ao interesse das autoridades responsáveis pelo recrutamento.

Por sua vez, com a documentação do Ministério da Marinha, disponível no site da Universidade de Chicago, conseguimos detectar informações basilares para compreensão do recrutamento e do próprio funcionamento das Companhias de Aprendizes. A análise dessa documentação nos levou a informações sobre a Marinha de Guerra que foram referências para o esclarecimento do recrutamento em nível nacional. Principalmente quando levamos em consideração que era esse o ministério responsável por produzir dados numéricos referentes à mobilização militar de adultos e crianças. Os relatórios eram anuais e traziam dados específicos de todas as estâncias da Armada, produzindo um verdadeiro mapeamento das atividades realizadas pela Marinha Nacional.

Para coletar mais informações sobre o recrutamento na província de Pernambuco, sobretudo, no período da Guerra do Paraguai, fiz uso dos relatórios dos presidentes de província, disponíveis no site da Universidade de Chicago. Contribuíram de igual forma, para uma análise mais aprofundada sobre as notícias da Guerra do Paraguai, o Diário de Pernambuco e o jornal O liberal. Esse último encontra-se disponível no site da Biblioteca Nacional, enquanto o Diário de Pernambuco pertence

ao acervo documental da Fundação Joaquim Nabuco. Foram esses periódicos que utilizamos para compreender os desdobramentos da Guerra do Paraguai em Pernambuco, principalmente, a euforia e a resistência daqueles foram alvo do recrutamento.

A leitura documental, temática e teórica abriu espaço para construção de nossa narrativa. Trouxemos para o papel aquilo que até então estava nas ideias, nas releituras documentais, nas discussões de orientação, nos debates teóricos e em nossas inquietações. Conduzimos a nossa narrativa por um texto que teve o objetivo de fazer aparecer as práticas de recrutamento de crianças para as Companhias de Aprendizes da Marinha, tendo com prioridade Pernambuco entre os de 1857 a 1870. O nosso trabalho caminhou nesse propósito, dividindo-se em três capítulos que dialogam com a temática central do recrutamento de crianças na província destacada.

No primeiro capítulo, investigamos como e de que maneira as Companhias de Aprendizes de Pernambuco não foram apenas celeiros de formação de recrutas e operários para quadros da Marinha nacional. Essas instituições serviram também para comportar aqueles meninos que se avolumavam perigosamente nos centros urbanos, entre eles o Recife, ameaçando uma ordem estabelecida pelo Estado Imperial. Era nesses estabelecimentos que o Estado procurava constituir meninos vadios em corpos obedientes, disciplinados e produtivos. Nesse capítulo, analisamos de que maneira essas instituições se organizaram em Pernambuco e no Brasil, tratando especificamente, da legislação que conduziam as regras nesses estabelecimentos. Percebemos, inclusive, de que forma os fundamentos de organização das companhias acabava conduzindo os menores desde a entrada até o seu estabelecimento na instituição. O modelo disciplinar das Companhias de Aprendizes da Marinha é outro ponto que tratamos nesse capítulo, bem como a resistência que os garotos exerciam frontalmente a esse modelo.

O segundo capítulo, buscou mostrar como se deu o recrutamento para Marinha Imperial, especificamente o de criança. Analisamos como essa prática esteve associada aos anseios de um governo que procurava dirigir os homens e as suas regulações: a natalidade, a mortalidade, a saúde, a habitação e a migração. Pensamos de que maneira o recrutamento de crianças e até mesmo de adulto tornou-se comum a um governo que no decorrer do período oitocentista foi adquirindo práticas de um Estado da biopolítica. Faz parte desse capítulo ainda, verificar os dispositivos e as formas de mobilização militar: os enjeitados das casas de caridades, os voluntários matriculados pelos pais ou tutores e os meninos enviados pelos recrutadores. A violência vivida por esses garotos

no processo de arregimentação de forças para Armada, nem sempre foi algo aceito de forma dócil e disciplinada. Assim, a resistência ao recrutamento do estado, praticada por alguns desses meninos, também é objeto de análise do capítulo.

No capítulo 3, analiso as mudanças inauguradas no recrutamento durante o período da Guerra do Paraguai, destacando em meio a essa nova conjuntura, os impactos sobre o modelo de mobilização militar de crianças, até então praticado. Destaquei, também, todo o discurso que foi construído na imprensa pernambucana, a favor da guerra, com o propósito de recrutar uma quantidade considerável de homens para o front do conflito contra o Paraguai. A resistência ao violento recrutamento militar foi objeto de nosso debate, bem como, os limites de uma nação que não poupou nem sequer suas crianças na hora em que a Guerra exigiu a necessidade de mais homens.

Pensar uma infância pobre no século XIX e os seus possíveis destinos, talvez nos ajude, de alguma maneira, a problematizar uma infância pobre no Brasil de hoje. A presença de crianças nos sinais, nas ruas, nos viadutos e favelas, cometendo crimes ou inseridos no mundo da delinquência, tornam também, esse público infanto-juvenil do presente “um problema social” <sup>21</sup> como canta Seu Jorge. Inserir-los em outra ordem, longe da criminalidade ou do envolvimento com as drogas, tem sido o esforço de parte das políticas públicas da atualidade. É certo que infância de hoje não é a mesma infância de ontem e que essa fase da vida é, em grande medida, resultado de construções históricas e culturais. No entanto, o aparecimento da infância com problema de governo no século XIX, resultado de um Estado preocupado em governar a vida em todos os seus níveis, permite observar o que foi e ainda é capaz de fazer com os desvalidos de toda ordem, de forma violenta, autoritária e cruel. Em parte, essas histórias aqui narradas falam de diferentes formas históricas de violência impetradas pelo Estado imperial para domar, para disciplinar, para fazer trabalhar uma massa de gente, sem eira nem beira, apadrinhadas ou não, vista como perigosa. Nessa população desclassificada, encontram-se as crianças de diferentes origens, pobres e nem um pouco remediadas, alvos dessas políticas de contenção e enquadramento que com sua rebeldia, astúcia e resistência, por vezes, viraram o jogo do poder e demonstram os limites e o risível da ordem.

---

<sup>21</sup> Problema social. Ana Carolina e Seu Jorge. CD: Ana e Jorge. 2005.

# CAPÍTULO 1

## O DESTINO DAS CRIANÇAS POBRES, ÓRFÃS E ENJEITADAS DE PERNAMBUCO: as Companhias de Aprendizizes da Marinha.



**Figura 1:** Vista do casario do Recife no cais do Arsenal da Marinha. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

É em meados do século XVIII que em parte da Europa o tema da conservação da criança “floresce” em uma rica literatura de médicos, administradores e militares. Eles colocam como principal questão a discussão dos costumes educativos de seu século, visando, entre outras coisas, a prática dos hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por amas de leite e a educação “artificial” das crianças ricas<sup>22</sup>.

Surge também nesse momento a preocupação por parte das autoridades com o alto índice de mortalidade que castigava, especificamente, o grupo de crianças formado pelos órfãos e pelas crianças abandonadas, na época, chamadas de enjeitadas ou expostas. Esse índice chegava a noventa por cento no período, fazendo com que crianças morressem antes mesmo de se tornarem úteis ao Estado. Tornava-se necessário, portanto, salvaguardar essas forças que custavam muito caro ao governo durante a idade de criação e ingressá-las nas tarefas de caráter nacional: a colonização, a milícia e a marinha. Serviços que estavam, segundo o discurso da época, “perfeitamente adaptados, pelo fato de não possuírem vínculos de obrigações familiares”<sup>23</sup>.

No Brasil, as primeiras instituições direcionadas à educação de órfãos datam do final do século XVIII. Elas foram fundadas e distribuídas em várias cidades por leigas e religiosas<sup>24</sup>. Essas instituições surgiram, em um primeiro momento, dentro de iniciativas de cunho caritativo e procuraram oferecer amparo a meninos e meninas desvalidas. Os seminários que funcionaram como colégios internos são alguns dos exemplos citados por Maria Luíza Marcílio. A autora destaca a Casa Pia e o Seminário de São Joaquim na cidade de Salvador, como os primeiros estabelecimentos desse gênero que se tem conhecimento<sup>25</sup>.

Dessa forma, a prática de prestar socorro a meninos e meninas foi ganhando apoio no discurso da caridade e conseguiu ser realizado pelo menos de três formas: através do amparo oferecido pelas famílias que os aceitavam em suas casas; os bebês alheios colocados na porta de seus domicílios, pela Santa Casa de Misericórdia, que

---

<sup>22</sup> DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 15.

<sup>23</sup> Idem. p. 16.

<sup>24</sup> RIZZINI, Irene. & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Puc – Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 24.

<sup>25</sup> MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998. p. 180.

agenciava ou pagava amas de leite para a criação de crianças recolhidas na instituição; e pelas câmaras municipais que por vezes destinavam alguns valores para a contratação de amas de leite. Foram práticas semelhantes a essas que tornaram possível a sobrevivência de crianças que desde cedo foram expostas ao perigo da morte ou às eventualidades da vida.

No que se refere a Pernambuco, foram o desagrado com o espetáculo da morte de bebês nas ruas de Recife e Olinda e o abandono indiscriminado de crianças que trouxeram importantes mudanças na política assistencial da Capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII. As práticas infanticidas e a exposição de crianças tornaram-se uma questão de ordem pública, exigindo uma intervenção mais consistente por parte do governo. Era preciso, de forma urgente, evitar o desperdício de vidas que poderiam ser úteis à administração colonial. O discurso e as práticas assistenciais gradativamente deslocavam-se do âmbito apenas da caridade e alinhavam-se aos interesses da metrópole<sup>26</sup>. É o que se percebe no governo de D. Tomás, que administra a capitania entre 1787 e 1798, ao implantar medidas de gerenciamento dos enjeitados através da instalação da Roda dos Expostos.

Todavia, foi apenas na primeira metade do século XIX que o governo brasileiro procurou estabelecer medidas que produzissem efeitos mais consistentes no futuro das meninas e meninos que já tinham sobrevivido aos primeiros cuidados de uma instituição religiosa ou de uma ama de leite. O destino daqueles órfãos e órfãs que haviam completado sete anos de idade e que ainda permaneciam sob os cuidados de uma ama de leite ou de uma instituição de caridade tornou-se alvo de interesse do Estado. O que fazer para que pequenos sobreviventes de uma infância pobre ou abandonada fossem eficientes às novas demandas de um estado independente como Brasil? Como fazer para que esses garotos e garotas violassem a alternativa de uma vida entregue às diferentes perdições ou não caíssem no mundo dos desclassificados sociais?

A pesquisadora Alcileide Cabral do Nascimento conseguiu perceber em sua pesquisa uma mudança significativa entre os anos de 1831 a 1861 na política de assistência aos desvalidos em Pernambuco. Surge, nesse momento, por parte do governo provincial, a preocupação com as crianças que sobreviveram aos primeiros cuidados assistenciais na Casa dos Expostos e que não podiam, por falta de estrutura,

---

<sup>26</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência as crianças abandonadas do Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume, 2008. p. 261.

permanecer na instituição ao completarem sete anos de idade. Era preciso tomar medidas que evitassem os perigos da prostituição, da vadiagem ou até mesmo da criminalidade. Fazia-se necessário instruir, disciplinar e docilizar aqueles pequenos corpos que se tornaram alvo de destinos possivelmente perigosos aos olhos do Estado<sup>27</sup>.

Agora não se tratava apenas de prestar socorro àqueles meninos retirados do “turbilhão do abandono”. Era necessário também montar estratégias que visassem à correção de comportamentos considerados desviantes e à produção de corpos obedientes e úteis às novas necessidades do Estado brasileiro. A criança passava a ser vista como um corpo produtivo que precisava ser explorado ao máximo. Evitar a mortalidade infantil por si só já não era mais suficiente. O Estado deveria salvaguardar essas forças produtivas e nelas produzir bons hábitos e o amor ao trabalho.

Dessa forma, o governo provincial procurou estabelecer medidas de assimilação social dessa parcela da população, visando ao enquadramento em instituições ou em outros espaços sociais que tinham por função forjar comportamentos voltados para o trabalho e evitar que pequenos jovens caíssem na vadiagem. Para as meninas existiam pelos menos três possibilidades de destino: o serviço doméstico, a educação elementar voltada para as prendas do lar e o casamento. Por outro lado, os meninos tinham maiores possibilidades de direcionamentos. Podiam participar das atividades domésticas, do trabalho agrícola, dos ofícios ensinados por particulares ou nas oficinas dos arsenais, além da alternativa de ingressarem na vida militar pela Armada brasileira<sup>28</sup>.

Ainda na primeira metade do século XIX, surge um reduzido número de instituições voltadas para educação e profissionalização do contingente infantojuvenil presente na província de Pernambuco. Espaços disciplinares que absorviam crianças presentes na Casa dos Expostos ou nas ruas provocando algum incômodo às autoridades ou elites provinciais. As instituições que foram criadas tinham por finalidade a educação e a disciplina desses pequenos seres que não poderiam habitar a província sem uma ordem de civilidade a ser seguida. Em tal âmbito, destacam-se o Arsenal de Guerra, as Companhias de Aprendizes do Arsenal da Marinha, o Colégio das Órfãs e o Colégio dos Órfãos de Santa Tereza.

---

<sup>27</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Da infância em perigo à infância perigosa: as crianças enjeitadas em Recife sob a ótica do poder (1831- 1860). **Fazendo Gênero** 8: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

<sup>28</sup> NASCIMENTO. Op. cit., p. 240.

O cuidado com a infância – desde o seu nascimento – e a preocupação com o seu desenvolvimento revelam o interesse do Estado brasileiro ao longo do século XIX de interferir no curso da vida, produzindo direcionamentos que atendessem aos novos interesses de funcionamento da sociedade. Portanto, o processo de institucionalização da infância não pode ser visto apenas como resultado de procedimentos de governos locais, mas como resultado de um plano geral de governamentalidade, que inclui o governo das coisas e dos homens.

É no bojo dessas novas posturas que podemos analisar o surgimento de estabelecimentos militares, principalmente, aqueles ligados a Armada nacional: as Companhias de Aprendizes Artífice e as Companhias de Aprendizes Marinheiro. Enquanto as primeiras formariam os futuros operários, mestres e contramestres das oficinas dos arsenais, as segundas estariam ligadas com a formação de marinheiros para os navios de guerra. Diante de uma nova conjuntura econômica e social e a partir da emergência de um novo olhar sobre a infância, o Estado vai contar com as instituições de serviço militar para formação de uma massa de trabalhadores a fim de retirar das ruas aqueles que passavam a representar um perigo à ordem estabelecida.

### 1.1 Trabalho e formação de mão de obra no século XIX

No Brasil, a prática de receber crianças em bases navais existe desde o período colonial. É o caso do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, que já no século XVIII recebia meninos maiores de sete anos enviados por procuradores da Casa dos Expostos. O aprendizado dos ofícios de carpinteiro, cafalete (prática de consertar fendas de navios), tanoeiro, cavouqueiros (construtor da estrutura do navio), pintores, funileiros, pedreiros e tantos outros davam a esses jovens aprendizes capacidade suficiente para o trabalho no estaleiro. A construção naval transformava-se, dessa maneira, em um dos destinos reservados aos pequenos e jovens enjeitados.

Foi nos primeiros anos do século XIX que a pequena indústria naval brasileira assistiu de perto a algumas das mudanças que ocorreram com a vinda do Império ultramarino Português. Mudanças que se intensificaram com a entrada do Brasil na comunidade atlântica, a partir de 1808. A distribuição de estaleiros nas cidades brasileiras permitiu o desenvolvimento dessa indústria, ao mesmo tempo em que abriu espaço para o engajamento de crianças pobres, órfãs e enjeitadas no trabalho dos estaleiros dos arsenais.



Por outro lado, a constituição do Estado Nacional em 1822 trouxe consigo uma herança colonial que parecia persistir na aprendizagem e no trabalho de crianças dentro de bases navais da Marinha. Foi por intermédio de tais práticas que o Estado conseguiu colaborar para a formação de um público operário que estaria diluído naquilo que talvez seria a maior herança do passado colonial: a estrutura de trabalho escravo.

Frente à estrutura escravista do Brasil oitocentista, os aparecimentos de projetos industrialistas estiveram limitados a investimentos de pequenos capitais, a desconhecidas técnicas e não raro a ausência de uma classe trabalhadora<sup>29</sup>. Segundo Cunha, o aparecimento de operários no Brasil do século XIX aconteceu de forma gradativa, tendo como primeira fonte os órfãos e enjeitados pertencentes à Roda dos Expostos ou aqueles garotos presos pela polícia. Além deles, operariado teria em sua composição os emigrantes vindos da Europa devido à insuficiência da primeira fonte<sup>30</sup>.

É válido entender que os vários anos de escravidão permitiram aos homens perceber quais as práticas e atividades socioculturais que estavam ligadas a condição de ser livre ou de ser escravo. O trabalho manual foi uma prática que durante o século XIX esteve extremamente associado à escravidão, levando a uma completa desvalorização por parte de população livre em relação a esse tipo de atividade. Diante disso, a utilização da mão de obra escrava tornou-se uma realidade presente nos diferentes setores produtivos do país, tanto no campo como na cidade.

Na capital pernambucana, durante a primeira metade do século XIX, a atividade braçal, amplamente empregada na cidade, ficou a cargo principalmente dos escravos que habitavam o ambiente urbano. Eram eles que estavam envolvidos nos serviços de carpintaria, funilaria, ferreiros e demais ofícios. Estavam também nos trabalhos realizados no porto, além de desenvolver as atividades domésticas como era o caso das mucamas cozinheiras, lavadeiras e amas de leite<sup>31</sup>. Era comum nesse período que o senhor arrendasse o escravo que tivesse algum ofício, tornando-o escravo de ganho. Existiam ainda os senhores que, para aumentar a rentabilidade do escravo, treinava-o em mais de um ofício. Tal procedimento fazia com que alguns cativos tivessem o contato com diferentes profissões e tornassem-se habilidosos em diferentes funções<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> CUNHA, Luis Antonio. **O Ensino de Ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 81.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

<sup>32</sup> LUZ, I. M. **Compassos letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)**. Dissertação de mestrado. João Pessoa: FE-UFPB, 2008. p. 56.

Portanto, a ideia de que o trabalho manual estava destinado aos desclassificados sociais e indivíduos pobres agravou-se ainda mais com a entrega desse tipo de atividade aos escravos. Os trabalhadores livres resistiam a se sujeitar a determinadas profissões que já haviam adquirido feições negativas por estarem associadas aos cativos<sup>33</sup>. Já os estrangeiros livres que exerciam algum tipo de ofício encontravam dificuldades em competir com os senhores que ofereciam os serviços de seus escravos a preços mais baixos aos empreiteiros<sup>34</sup>.

Porém, o Recife assistiria, ainda na primeira metade do século XIX, o surgimento de práticas que pareciam encenar uso cada vez mais frequente de trabalhadores livres. Em 1831 já havia uma disposição legal que prescrevia que só deveriam ser admitidos trabalhadores livres nas estações públicas<sup>35</sup>. Medidas iguais a essa faria o Arsenal de Guerra utiliza-se de trabalhadores livres em suas obras, aparecendo queixas que expunham os problemas da admissão desses jornaleiros, “que faziam tudo ao seu modo e quando queriam”<sup>36</sup>.

O Historiador Marcelo MarcCord, em sua tese de doutoramento, fundamenta bem nossa afirmativa. De acordo com ele, a desvalorização do trabalho manual, ainda existente na primeira metade do século XIX, nem sempre foi algo compartilhado por toda sociedade. O Recife desse período, por exemplo, convivia com artífices especializados no ramo de construções. Trabalhadores livres, que não eram brancos, que nutriam a ideia do trabalho como um importante fator de distinção social<sup>37</sup>. Esses artífices compartilhavam valores como “orgulho, precisão e inteligência, que moldavam suas vidas familiar, profissional, social e política”. Para esses trabalhadores livres, a prática de suas profissões tornava-se um importante dispositivo de valorização e reconhecimento de seus talentos e virtudes<sup>38</sup>. Nesse caso, o trabalho, antes de vergonha, era uma prática que despertava orgulho entre esses grupos.

No entanto, foi entre as décadas de 1850 e 1870 que o Recife enfrentaria um vertiginoso crescimento de seu contingente de trabalhadores livres. Pelo menos três questões contribuiriam para esse aumento exponencial: o tráfico interno que levaria a

---

<sup>33</sup> Idem. 92-93.

<sup>34</sup> FOSENCA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: ENAI/DN/DPEA, 1986. p. 22. v. 1.

<sup>35</sup> SILVA FILHO, Paulo Alexandre da. **Desvalorização do Trabalho e Consumo Honorífico em Recife**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 54.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> MAC CORD, Marcelo. **Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. 2009. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, 2009.

<sup>38</sup> Idem.

maior parte dos escravos da capital pernambucana para as províncias do sul, a luta dos cativos por maior autonomia e a migração de trabalhadores vindos da *hinterland*<sup>39</sup>. Enquanto o setor agrícola não hesitava em investir na emigração de trabalhadores europeus, o nascente setor industrial-manufatureiro apostava na formação de operários brasileiros, evitando a dependência do operariado estrangeiro<sup>40</sup>. É o que se pode ver nas palavras do inspetor do Arsenal da Marinha de Pernambuco ao referir-se à Companhia de Aprendizes Artífice do Recife:

Se conhecido estava o melhor meio de tripular os navios do Estado com marinhagem brasileira e bem disciplinada, era também necessário prover por modo que esses navios fossem construídos por operários brasileiros e que assim caminhasse o Brasil a torna-se completamente independente do estrangeiro.<sup>41</sup>

A necessidade de produzir trabalhadores próprios foi acompanhada de um forte entusiasmo em relação a uma nova concepção de trabalho que começava a surgir. Os membros da elite mais atualizados e ligados às ideias econômicas formadas na Europa propagavam jargões que faziam referência à civilização, progresso e trabalho. Enfatizava-se também a necessidade de expurgar do convívio social a vadiagem e o vício que levavam, segundo o discurso da época, a um conjunto de outras práticas como os jogos, o roubo e o assassinato.

As Companhias de Aprendizes Artífice da Armada, portanto, aparecem em meio a esse processo de fortalecimento de uma nova concepção em relação ao trabalho e da necessidade da formação de trabalhadores que atendesse às novas demandas do governo imperial. Os estabelecimentos de artífices da Marinha e do Exército vão se tornar ferramenta estratégica do Estado Imperial não só na organização e direcionamento das massas, mas para também produzir construtores nacionais como vemos dizer o secretário do Estado dos Negócios da Marinha em 1860:

O governo imperial convencido disso pretende organizar o ensino nesses estabelecimentos, e esse ensino, quando destinado seja somente a esses artistas, dará ao império os melhores construtores e maquinistas, o que é um bem, muito principalmente porque se começará assim a dar a educação de

---

<sup>39</sup> A “modernização” dos processos de produção do açúcar levou uma quantidade considerável de pessoas ao desemprego. Sobre essa questão ver EISENBERG, Peter Louis. **Modernização sem Mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

<sup>40</sup> CUNHA. Op. Cit., p. 82.

<sup>41</sup> Ofício de Hermanegildo Antonio Barbosa D’ Almeida, Inspetor do Arsenal da Marinha, para o Presidente da Província, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. APEJE, Série A.M -1866. N° 332.

nossa mocidade uma direção benéfica, visto como tanto precisamos de homens de letras, como de habilitações que sirvam a todas as indústrias.<sup>42</sup>

Instituições como essas serviram para propagar desde cedo às massas um ensino que fosse ao mesmo tempo profissionalizante e moralizador, dando um destino conveniente aos órfãos e crianças abandonadas que delas faziam parte. Como objeto de projetos do Estado, os expostos em sua maioria eram percebidos como indivíduos dos quais o poder governamental poderia dispor e investir em seus futuros. Aos pais pobres, que não tivesse como educar seus filhos, caberia a eles zelar pelo destino desses, procurando evitar que os mesmos não tivessem outro destino que não fosse o de aprender uma profissão que o capacitasse ao trabalho<sup>43</sup>. Deveria evitar que seus filhos vivessem no ócio ou na preguiça como bem disposto na matéria publicada no Diário de Pernambuco de 1858 sobre o futuro dos Artistas Mecânicos de Pernambuco:

Cumprê, pois, que ele compreenda cabalmente que, se deixar seu filho vegetar numa preguiça e vadiagem continua, tornará indubitavelmente esse seu filho mais infeliz do que ele, pela razão de que quanto mais o tempo passe, mais o país progride, não só em civilização, mas ainda em conhecimentos, em ciências, em indústria, em fim, em tudo.<sup>44</sup>

Dessa forma, fica claro nas palavras acima que não era apenas função do poder público zelar pela educação daqueles que estavam sujeitos, segundo o discurso vigente, à vadiagem caso não houvesse uma intervenção e um incentivo à educação e ao trabalho. A família também teria uma responsabilidade crucial na qual o Estado passaria a contar para formação e educação de pequenos jovens que representavam futuros trabalhadores para uma incipiente indústria nacional. Para isso, os pais deveriam enviar seus filhos aos estabelecimentos de educação profissional, dentre os quais, destacamos a Companhia de Aprendizagem Artífice que funcionava no Arsenal da Marinha de Pernambuco. Percebe-se nesse momento que a família torna-se um segmento privilegiado, na medida em que, quando se quiser obter alguma coisa da população [...] é pela família que se deverá passar<sup>45</sup>. Assim, diante da emergência da problemática da população, a família é incluída nos cálculos estratégicos do governo, pesando sobre ela a responsabilidade de educar seus filhos e mantê-los envolvidos em atividades produtivas. Instala-se nesse

---

<sup>42</sup> **Relatório do Ministério da Marinha**. 1857, p. 12. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>43</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO 20 jan. 1858.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009. p. 288-289.

instante, como destaca Jacques Donzelot, a passagem de um “governo das famílias” para um “governo através das famílias”<sup>46</sup>.

## 1.2 A Companhia de Aprendizes Artífice de Pernambuco

O que fez o governo para ocorrer a essa penúria de trabalhadores? Organizou nos diversos arsenais de Marinha do Império uma espécie de companhia de aprendizes operários, que além das partes principais da indústria a que são destinados, recebem instrução necessária a qualquer homem para começar a carreira que ele deve empreender, não como homem material, como artista.<sup>47</sup>

A prática de receber crianças em arsenais da Marinha é uma herança que vem do período colonial. Porém, essa postura só foi regulamentada em 1857, a partir da necessidade do governo em suprir a ausência de trabalhadores no país como bem esclarece a citação. As novas demandas de mão de obra faziam o Estado Imperial distribuir nos arsenais da Marinha da Corte, da Bahia e de Pernambuco escolas que teriam como principal meta a formação de operários. No caso do Recife, a Companhia de Aprendizes Artífice foi fundada durante o governo de Francisco do Rego Barro (1837- 1844)<sup>48</sup>, administração que ganhou destaque pelo empenho no processo de urbanização e melhoramento da cidade.

É bem provável que a criação da Companhia de Aprendizes Artífice no governo de Francisco do Rego Barros (o Barão da Boa Vista) tenha seguido a lógica subjacente de sua política. Fazia parte de sua administração a preocupação com todo um ciclo de práticas de violência, criminalidade e ociosidade que se diluíam no meio da população urbana<sup>49</sup>. Contribuía para esse cenário de atraso a desvalorização que o trabalho manual havia adquirido no Brasil, principalmente, por estar associado à escravidão. Fazia-se necessário, portanto, investir contra o atraso moral que a ociosidade e a vadiagem vinham produzindo naqueles que habitavam a cidade.

O governo de Francisco do Rego Barros reconhecia o mal que a grande propriedade gerava, provocando um processo de marginalização econômica do homem livre e pobre. Frente a isso, o barão da Boa Vista tentaria resolver o problema da mão de

---

<sup>46</sup> DONZELOT. Op. Cit., p. 86.

<sup>47</sup> DIARIO DE PERNAMBUCO, 20 jan. 1858.

<sup>48</sup> DUARTE, Luiz Vital. **A Educação em Pernambuco**: Pesquisa Histórica. Recife: Ed. do Autor, 1986. p 12.

<sup>49</sup> MARSON, Isabel Andrade. **Movimento Praieiro (1842-1849)**: imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna, 1980. p. 84-85.

obra livre marginalizada, criando empregos públicos que ocupassem essa parcela da poluição<sup>50</sup>. É nesse contexto, de preocupação com parte de uma população livre que precisava manter-se ocupada, que surge a Companhia de Aprendizes Artífice, contribuindo aos intuitos da administração de Francisco do Rego Barros. Combater uma população que ainda apresentava resistência ao trabalho manual foi um dos desafios desse governo. Assim, não há dúvidas de que a Companhia de Artífice da Marinha teve um papel importante, haja vista que eram nesses estabelecimentos que seriam formados, desde a infância, trabalhadores prontos para exercer ofícios manuais.

A Companhia de Aprendizes Artífice da Corte ficou conhecida como 1º companhia, enquanto a da Bahia e Pernambuco receberam a denominação de 2º e 3º companhia respectivamente. Elas deveriam funcionar com seus quartéis a bordo de algum navio ou em edifício apropriado dentro do Arsenal da Marinha. Caso não pudesse ser no Arsenal, deveria ficar o mais próximo possível<sup>51</sup>. A fundação desses estabelecimentos nas cidades já destacadas, não por acaso, acompanhou a rota dos portos mais movimentados do Brasil no período dos oitocentos. O porto do Recife, por exemplo, congregava um conjunto de atividades comerciais e atividade braçais, além de concentrar um forte burburinho de vozes que ganhava diferentes tons na figura de comerciantes, escravos, marinheiros, artistas mecânicos, mendigos, garotos de rua etc. As constantes atividades portuárias da corte, da Bahia e de Pernambuco trariam a necessidade de serviços ligados à indústria naval que seriam oferecidos nos arsenais das respectivas cidades. Por isso, a urgência de produzir homens que fossem aptos em ofícios navais.

Em Pernambuco, a Companhia de Aprendizes Artífice teve o seu funcionamento dentro do prédio do Arsenal da Marinha. Estabelecimento que foi fundado na província no ano de 1834, oferecendo nos seus estaleiros serviços de construções navais que ainda nessa década foram responsáveis pela construção de embarcações como o Cuter Esperança, o Brigue-Escuna Guararapes e o Brigue Capibaribe<sup>52</sup>. A produção dessa e de outras embarcações fizeram com que o Arsenal ganhasse uma gradativa importância no cenário pernambucano. Em uma publicação de 1884, visando mostrar a grandeza que chegara a capital pernambucana, o Arsenal da Marinha é enumerado numa lista dos

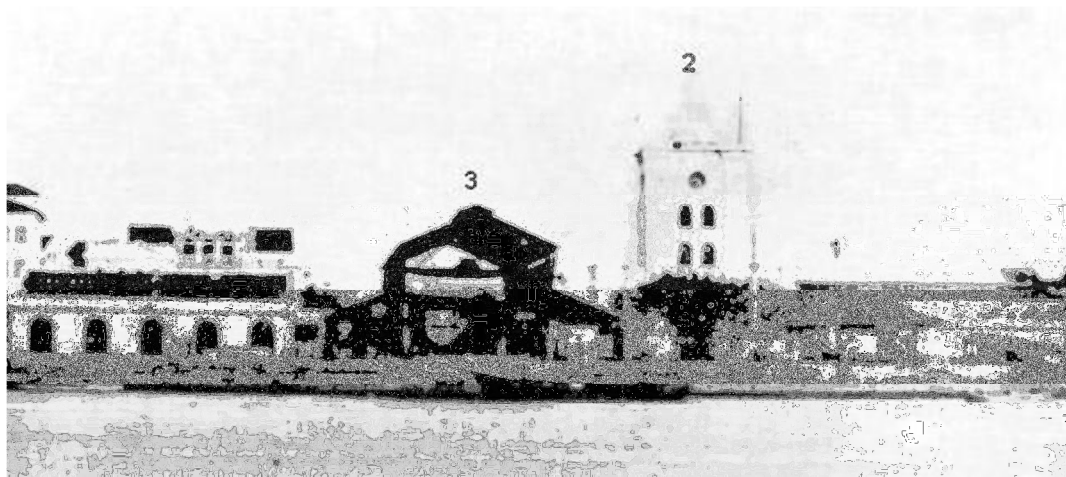
---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto n° 2616 de 1860. Artigo 33° e 34°. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>52</sup> COSTA, Veloso. **A Marinha em Pernambuco**. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1987. p. 23.

edifícios mais notáveis, destacando-se por sua engenharia e arquitetura filiados aos padrões estéticos europeus<sup>53</sup>. Na imagem abaixo, vemos o que era o Arsenal da Marinha em 1865:



**Figura 2**<sup>54</sup>: O número 1 na imagem faz referência à Capitania dos Portos e às Escolas de Aprendizes, enquanto os números 2 e 3 apontam para a Torre de Malakoff e o Estaleiro respectivamente.

A arquitetura do prédio e os espaços de funcionamento da Companhia de Artífice não poderiam ser desprezados ao segundo plano. Para o bom funcionamento de um espaço de aprendizagem, o edifício deveria obedecer aos padrões de estética, fundamentado em teorias já consagradas na Europa, além de ser higiênico e asséptico<sup>55</sup>. Acreditava-se que as edificações poderiam através de sua estética transmitir lições que fossem responsáveis por corrigir, instruir e afastar os atos dissonantes<sup>56</sup>. Portanto, a instrução dos corpos dos meninos iniciaria já na arquitetura do prédio, espaços que deveriam por si só serem educativos.

Quanto à organização, a Companhia de Aprendizes Artífice de Pernambuco estava direcionada da seguinte forma: 1 comandante; 1 capelão; 1 secretário; 1 agente fiel; 3 guardas; 1 cozinheiro; 2 serventes e 80 aprendizes. Vale salientar, que nem sempre o número de aprendizes chegava a oitenta e que por vezes faltavam pessoas que cumprissem os cargos destacados acima. Na corte, fora os cargos já ressaltados, existiam ainda um mestre de música, um enfermeiro, um professor de primeiras letras

<sup>53</sup> ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004. p. 176-177.

<sup>54</sup> COSTA. Op. Cit., p. 23.

<sup>55</sup> VAGO, Mauro Tarcísio. Uma verdadeira Revolução de Costumes: educação de corpos infantis na reforma do Ensino de 1906 em Minas Gerais. In: LOPES, Alberto e FERNANDES, Rogério. **Para a Compreensão Histórica da Infância**. São Paulo: Autêntica, 2007. p. 287.

<sup>56</sup> ARRAIS. Op. Cit., p. 78-79.

do Arsenal, um secretário, um cirurgião, um enfermeiro e duzentos aprendizes artífices. A província de Pernambuco e da Bahia iriam gradativamente ampliar os cargos existentes apenas na Corte.

É importante destacar que, apesar da necessidade de formar trabalhadores com o ensino de ofícios dentro das instituições militares, não era de qualquer forma que se admitia um menor na Companhia de Aprendizes Artífice. Existia um conjunto de critérios básicos que o órfão, o menor abandonado ou a criança de pais pobres deveriam apresentar como pré-requisitos de admissão. Os critérios consistiam em: ser reconhecidamente brasileiro, ter a idade mínima de 7 anos e máxima de 12 anos, além de ser de constituição robusta e vacinado<sup>57</sup>. As autoridades, pais e responsáveis do aprendiz deveriam encaminhar os menores sempre acompanhados dos documentos necessários, sem os quais, salvo algumas exceções, não poderiam ser admitidos. Na ausência da certidão de nascimento que comprovasse a idade da criança, o mesmo passava pela inspeção de um médico pertencente ao Arsenal que, através de alguns procedimentos, deduzia a idade do interessado. Esse foi o caso do menor José Francisco de Melo que o tutor Justiniano Antonio de Alves, interessado no ingresso do garoto na instituição, alegou que o menino, por ter nascido no mato e ignorado o lugar de batismo, não tinha a certidão de nascimento. José Francisco de Melo passou por inspeção médica que, além de tê-lo declarado apto, deduziu que a criança tinha uma idade de mais ou menos 10 anos<sup>58</sup>.

A pouca idade e falta de estrutura física, diferentemente, tornavam-se um empecilho para o ingresso do educando na Escola de Artífice. Nem sempre as autoridades públicas ou as instituições de caridade sabiam o que fazer com os garotos que estavam em suas responsabilidades. A falta de espaço na Casa dos Expostos e a grande quantidade de menores sem um lugar certo para ocupar acabava impulsionando as autoridades no envio de garotos antes mesmo de estarem com a idade permitida para o ingresso na Companhia de Artífice. Esse provavelmente foi o caso de um menino de apenas 5anos de idade apresentado pelo Juiz municipal e de órfãos do termo de Olinda. Segundo inspetor do Arsenal, a criança não tinha desenvolvimento suficiente para o

---

<sup>57</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto n° 2616 de 1860. Artigo 16°. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>58</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio de Barbosa D' Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. APEJE, Série A.M. 1862. v. 23, n. 255.



trato e a convivência com os aprendizes maiores<sup>59</sup>. A rotina de trabalho pesado, as situações de maus tratos e de conflitos diários entre os educandos, sem dúvidas, exigiam que o menor tivesse no mínimo condições básicas para entrar nesses estabelecimentos.

Por outro lado, se o pretendente à vaga apresentasse uma idade superior a 12 anos, deveria ser direcionado à Companhia de Aprendizes Marinheiro como diz adiante: “o menor de 15 anos, não pode ser alistado na Companhia de Aprendizes Artífice, cujo regulamento exige a idade de 7 a 12 anos. O regulamento da Companhia de Aprendizes Marinheiro manda alistar até 17 anos, pelo ter praça o órfão”<sup>60</sup>.

O cuidado com a idade dos aprendizes artífice vai mais além de um simples cumprimento das leis que regiam a Companhia. Esse dado nos mostra que o Estado brasileiro estava empenhado em qualificar desde cedo aqueles que fariam parte de sua futura mão de obra. Manter esses garotos nessas instituições apontava para a possibilidade de futuros trabalhadores, ao mesmo tempo em que procurava eliminar os riscos de uma possível marginalidade. Apostava-se na instrução como elemento responsável pelo progresso da província e por estimular nos indivíduos, desde a infância, o sentimento ao trabalho<sup>61</sup>.

Havia uma preocupação por parte do poder público de que a formação dos artistas mecânicos nas companhias de artífice fosse direcionada prioritariamente a uma infância pobre. Até porque os filhos da elite eram destinados a uma educação para fins totalmente diferentes. Priorizavam-se no momento da admissão aqueles garotos filhos de pais que não apresentassem nenhum meio de educação e alimentação ou os órfãos desvalidos que fossem remetidos pelas autoridades competentes – que poderia ser o chefe de polícia, dirigentes da Santa Casa de Misericórdia ou juízes de órfãos. Na ausência de crianças dentro das condições citadas a preferência voltava-se aos filhos dos operários do Arsenal e aos filhos dos marinheiros da Armada<sup>62</sup>.

Estando o menor em condições de ser aceito, deveria a inspeção do Arsenal da Marinha encaminhar uma petição à presença do ministro da Marinha para resolver sobre a sua admissão. Caso fosse autorizado, o inspetor do Arsenal teria que lavrar termo na secretaria de inspeção, em livro de talão, apropriado, no qual assinaria o pai, o tutor ou a

---

<sup>59</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio de Barbosa D’ Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, Conselheiro José Antonio Saraiva. APEJE, Série A.M. 1859. v. 20, n. 99.

<sup>60</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio de Barbosa D’ Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. APEJE, Série A.M. 1865. V.26, n° 1001.

<sup>61</sup> ARRAIS. Op. Cit., p. 212.

<sup>62</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto n° 2616 de 1860. Artigo 17°. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

pessoa que ficou responsável de apresentar o garoto. Nesse momento, dever-se-ia especificar ao aprendiz todas as obrigações que dali em diante precisaria cumprir<sup>63</sup>.

Ao ser admitido na Escola de Artífice o aprendiz receberia de imediato os fardamentos, os acessórios de dormitório e as ferramentas que utilizaria no aprendizado do ofício a qual fosse destinado. Caso o educando precisasse de outro fardamento ou acessório além dos que foram fornecidos, ser-lhe-ia concedido, com a condição de que os mesmos fossem pagos através de descontos mensais que não excedessem a metade do salário recebido pelos educandos<sup>64</sup>.

Na instituição, o aprendizado de ofícios mecânicos era a principal atividade dos educandos, sendo sugerido, inclusive, o desligamento daqueles que não tivessem talento para as artes mecânicas. Os principais ofícios oferecidos nas companhias eram o de construção naval, machinas, carapinas, polieiros, torneiros, espingardeiros, tanoeiros, correiros e velame. No entanto, é provável que a falta de recursos e de gente especializada para o ensino de ofícios tenham gerado a ausência de algumas oficinas nos estabelecimentos, sobretudo de Pernambuco e Bahia. A Corte concentrava o maior número de oficinas em funcionamento seguido por Pernambuco e pela Bahia como mostra a tabela abaixo:

**Quadro 1**

<b>DISTRIBUIÇÃO DOS APRENDIZES ARTÍFICES PELAS OFICINAS EM 1862.</b>	<b>CORTE</b>	<b>BAHIA</b>	<b>PERNAMBUCO</b>	<b>TOTAL</b>
CONSTRUÇÃO NAVAL	31	26	11	71
MACHINAS	40	42	12	94
CARAPINAS	27	12	20	59
POLIEIROS E TORNEIROS	14	–	14	18
ESPINGARDEIROS	13			13
TANOEIROS	7			7
CORREIROS	4			4
VELAME	–	–	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>80</b>	<b>58</b>	<b>255</b>

**Fonte:** Relatório do Ministério da Marinha. 1862. N° 24. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>63</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto n° 2616 de 1860. Artigos 18° 19° e 21°. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>> Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>64</sup> Idem. Artigo 25°.

Além dos ofícios destacados na tabela acima, os educandos tinham que aprender a ler, escrever e as quatro primeiras operações de aritmética. Dedicavam-se ainda à doutrina cristã, à língua francesa, à natação e às marchas e contramarchas dirigidas por um oficial inferior que o comandante designava. A geometria prática e o desenho linear direcionavam-se apenas àqueles garotos que tivessem desenvolvimento e condições de dedicação ao aprendizado. Da mesma forma, o ensino de música era uma prática exclusiva dos educandos que possuíssem alguma vocação<sup>65</sup>.

A partir de suas atividades cotidianas os aprendizes receberiam uma quantia que ia de no mínimo 100 reis por dia e, caso merecesse e se empenhasse, poderia elevar esse valor até 300 reis por dia. Esses valores seriam destinados a uma conta da Caixa Econômica ou outro estabelecimento de crédito que pudesse gerar juros. Antes do depósito era descontada uma pequena quantia para o pagamento do professor de música e para algum fardamento excedente que precisasse o artífice como já mencionado<sup>66</sup>.

A possibilidade de se profissionalizar num país de poucas oportunidades talvez tenha sido uma das razões de as famílias desses pequenos garotos enviarem-nos para Companhias de Aprendizes Artífice. O pequeno pecúlio poupado por esses menores representava uma ajuda considerável frente às difíceis condições de pobreza que os garotos dessas instituições tiveram que enfrentar no século XIX. O dinheiro recebido pelos artífices certamente foi um atrativo de admissão. No entanto, o dinheiro juntado pelos menores só poderia ser retirado quando completassem o tempo de serviço estabelecido. Caso os pais ou responsáveis dos artífices conseguissem provar total indigência, poderiam tirar a poupança antes do tempo<sup>67</sup>. Por outro lado, se o menor não cumprisse o tempo estabelecido na Companhia de Aprendizes Artífice e fosse devolvido ao pai antes de completar 21 anos, deveria, por ordem do Estado, indenizar a Fazenda pelos gastos com o sustento e vestuário do artífice<sup>68</sup>.

Os aprendizes que completassem dezesseis anos passariam ao trabalho no Arsenal da Marinha e aos 21 anos de idade seriam desaquartelados do Arsenal e poderiam solicitar o dinheiro poupado até aquele momento. Mesmo chegando aos 21 anos, os aprendizes não estavam livres de suas atividades de operários, pois deveriam

---

<sup>65</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto n° 2616 de 1860. Artigo 23°. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>66</sup> Idem. Artigo 39.

<sup>67</sup> DIARIO DE PERNAMBUCO. 20 jan. 1858.

<sup>68</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto n° 2616 de 1860. Artigo 44°. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

cumprir o tempo de serviço obrigatório para o Estado, que era de dez anos, e a contagem desse tempo iniciava a partir do momento que o menor fizesse dezesseis anos<sup>69</sup>. Em outras palavras, o educando só deixaria de servir ao Estado quando chegasse à idade de 26 anos. Vemos isso de forma detalhada no exemplo de José Francisco das Chagas Ribeiro:

Cumprindo o despacho lançado no incluso requerimento de José Francisco da Chagas, operário deste Arsenal, que pertenceu a Companhia de Artífices, e desaquartelou por ter completado 21 anos de idade na forma do artº47 do regulamento anexo ao decreto N°2615 de 21 de julho de 1860, e pede que lhe seja entregue a quantia que acumulou na caixa filial em observância do artº43 do mesmo regulamento, se me oferece dizer a V.Ex.<sup>a</sup> que a quantia acumulada é de noventa e três mil duzentos e sessenta e quatro reis e que me parece a vista do 2ª parágrafo do mesmo artº 43 que ta no caso de ser levantada e entregue ao suplicante que pela idade deixa de ter quartel no Arsenal, ficando-lhe unicamente a obrigação de servir como operário até a idade de 26 anos.<sup>70</sup>

Segurar o então aprendiz, agora operário aos 21 anos de idade, durante dez anos em atividades ligadas ao Estado, evidencia a preocupação que os poderes públicos tinham em formar trabalhadores que fossem verdadeiramente utilizados em suas demandas. Aparece nessa prática um Estado que não estava mais preocupado em apenas oferecer amparo, pelo viés da caridade, a uma infância desvalida e pobre. Tornava-se necessário também formar trabalhadores úteis a um país que carecia urgentemente de mão de obra. Os educandos tinham um valor econômico que não podia ser desprezado, sobretudo pelos inspetores da instituição que procuravam apresentar bons resultados e justificar o investimento feito neles. Vemos no documento abaixo a preocupação que o Inspetor do Arsenal da Marinha teve em não liberar um aprendiz antes do tempo para não gerar desperdício. Ao contrário disso, o inspetor deixa claro que deveria a nação usufruir dos gastos feitos com o menor através dos serviços que poderia oferecer:

Pois acho indeferível a pretensão do suplicante Luiz Iguacio de Albuquerque, no requerimento junto, sobre o qual manda informa a Vossa Excelência em despacho de 18 do corrente no mesmo requerimento, para sob aquele pretexto ser o dito menor entregue na qualidade de tutor, e tanto é indeferível, quanto de mais ocorre que havendo a nação feito despesas com esse menor, parece estar consequentemente no caso de usufruir-lhe os serviços, se não agora, porém para o futuro.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> Idem. Artigo 47.

<sup>70</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio de Barbosa D' Almeida, Inspetor do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, Conselheiro Silveira de Souza. APEJE, Série A.M. 1862. v. 22, n. 378.

<sup>71</sup> Ofício de Eliziano Antonio dos Santos, Inspetor do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, Luíz Barbalho Muniz. APEJE, Série A.M. 1860. n. 28.

Dessa forma, investir na formação de jovens aprendizes exigia do Estado brasileiro um esforço que visava o mínimo de desperdício e um aproveitamento que possibilitasse o surgimento de mais trabalhadores para a construção Naval e secundariamente para o crescente mercado de trabalho urbano. Além disso, formar seus próprios operários foi uma estratégia governamental que se intensificou na segunda metade do século XIX, procurando, através dessa prática, evitar a total dependência dos operários estrangeiros. Para isso, o estado investiria também no envio de menores à Europa, procurando especializar uma pequena massa de trabalhadores que seriam os futuros mestres que assumiriam as oficinas nos Arsenais da Marinha. Ficariam destinados a esse fim apenas aqueles menores que se destacassem por serem “notáveis na assiduidade, aplicação, talento especial e bom comportamento”<sup>72</sup>.

Percebe-se, portanto, que a utilidade central das Companhias de Aprendizes Artífice da Marinha estava em um tipo de instrução que visava prioritariamente à formação profissional. Foram elas que na segunda metade do século XIX cumpriram a tarefa de se utilizar de meninos órfãos, pobres ou desvalidos para formar trabalhadores que seriam aproveitados nos Arsenais da Marinha durante o período imperial. Na esteira dos discursos da época o não trabalho só era permitido apenas a quem fosse rico<sup>73</sup>. Aos menores, aos desvalidos ou órfãos caberia o envolvimento com o trabalho, atividade que deveria ser estimulada já nos primeiros anos de vida. Caso contrário, o não trabalho e a ociosidade ganhavam na imagem dessa infância pobre as características da delinquência e da criminalidade. Por isso, o investimento do Estado nessa instituição tinha a finalidade de, juntamente com a Companhia de Aprendizes Marinheiro, procurar intervir de forma eficiente no destino de um conjunto de meninos que deveriam ser prestantes ao País.

### 1.3 A Companhia de Aprendizes Marinheiro de Pernambuco

Chegamos a uma porteira de pedra. Passar por ela sem asas era impossível: do lado de dentro ficava uma sentinela de mosquetão e baioneta. Era auxiliado por um companheiro de quepe, jaqueta azul, uma caixa de cartuchos ao lado, e uma espada à mão. Nem desses guerreiros ia além de quatro pés de altura nem de dez anos de idade (...) As autoridades recolhem-

---

<sup>72</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto n°2616 de 1860. Artigo 48°. Disponível em <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. de 2012.

<sup>73</sup> CUNHA, Luis Antonio. O Ensino de Ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 90.

nos onde possam encontrá-los e mandam-nos para as escolas navais daqui. Dizem que acabam dando bons marinheiros.<sup>74</sup>

O pequeno texto destacado acima foi o registro do viajante Thomas Ewbank<sup>75</sup> de uma das diversas escolas de formação de marinheiros que foram instaladas no Brasil a partir de 1840. As impressões do viajante já nos deixam pequenas pistas do direcionamento dado pelo Estado imperial a esses estabelecimentos que foram responsáveis pelo abastecimento dos quadros da Armada brasileira. Ao mesmo tempo em que pretendiam formar bons e disciplinados marinheiros, as Companhias de Aprendizes Marinheiro faziam também o papel de recolher uma parcela da população que já se tornava alvo das preocupações do governo: os órfãos, os filhos de pais pobres e as crianças desvalidas. Segundo Venâncio, é a partir da criação dessas instituições que se funda pela primeira vez no Brasil espaços inteiramente públicos voltados para os pequenos garotos que não podiam mais estar sob os cuidados de seus responsáveis ou dos hospitais<sup>76</sup>.

A preocupação de dotar o país de marinhagem nativa, dispensando os marinheiros engajados no estrangeiro, foi uma das razões para autoridades brasileiras distribuírem Companhias de Aprendizes Marinheiro pelo longo litoral nacional. Essas autoridades alegavam que os marinheiros adquiridos em outros países não tinham interesse em sustentar a honra do Brasil<sup>77</sup>. Era urgente, portanto, a criação de escolas que tivessem como meta organizar as fileiras da Marinha brasileira com homens que fossem do próprio país. A princípio, esse intuito restringiu-se ao recolhimento de meninos a bordo de navios de guerra, ensinando-os a ler, escrever e manejar armas<sup>78</sup>. No entanto, essa prática ganhou sistematização, racionalidade e virou estratégia com a

---

<sup>74</sup> LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 42.

<sup>75</sup> Thomas Ewbank nasceu na Inglaterra em 1792 e aos 27 anos migrou para os Estados Unidos, onde se especializou como fabricante de canos e chumbo, além de se dedicar ao estudo da filosofia, etnologia e a ciência. Ewbank viajou para Brasil por conta própria no ano de 1846, residindo no Rio de Janeiro durante seis meses, local que conseguiu anotar algumas de suas muitas impressões sobre o cotidiano da cidade. Ver: PAULINO, Carla Viviane. Thomas Ewbank: um viajante norte-americano no Rio de Janeiro imperial (1846). Anais eletrônicos do VIII encontro internacional da ANPHLAC. Vitória, 2008. p. 2-3.

<sup>76</sup> VENÂNCIO. Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: Mary Del Priore (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 199.

<sup>77</sup> Ofício de Hermanegildo Antonio Barbosa D' Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha, para o Presidente da Província, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. APEJE, Série A.M -1866. N° 328.

<sup>78</sup> BARREIRO, José Carlos. **Marinheiros, Portos e Sociabilidades: Brasil e a ascensão do Atlântico Sul (1780 – 1850)**. Congresso Internacional da Brasa, 2006. p. 15.

organização dos estabelecimentos de formação de marinheiros, tendo como principal material humano parte de uma infância desprovida de meios de sobrevivência.

A defesa do litoral brasileiro também ganhou destaque em meio a esse processo de criação de instituições de formação de marinheiros. A costa brasileira já era motivo de preocupação desde o período colonial. Dentre as várias necessidades de autonomia surgidas após 1822, a de controle da extensa faixa litorânea era uma das mais urgentes. O governo do novo Império sabia da importância do domínio do mar para ser bem-sucedido. Assim, se o Estado desejava selar a sua independência, o domínio da extensa faixa litorânea tornava-se essencial. Para isso, era imprescindível, segundo Barbosa Viana, descentralizar, na imensa costa brasileira, os elementos de força, colocando-os em pontos estratégicos para proteção do litoral<sup>79</sup>. A Marinha, em processo de estruturação, fazia o papel de “senhora dos mares”, instalando capitânicas dos portos, arsenais da Marinha, Companhias de Aprendizes e recrutando marinheiros para a defesa do litoral.

Portanto, foi diante da necessidade de proteção da longa costa brasileira e formação de uma marinhagem nacional, que o Império inicia a construção de escolas navais, tendo no decreto de nº 14 de 1840 a fundação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiro do Brasil, sediada na Corte. Com ela, após um intervalo de quinze anos, surgem gradativamente mais 17 escolas de preparação de marinheiros como disposto na tabela:

**Quadro 2 – Companhias de Aprendizes Marinheiro**

<b>Província</b>	<b>Decreto e data de fundação das companhias</b>
Corte	Decreto nº 14 de 27 de agosto de 1840
Pará	Decreto nº 1517 de 4 de janeiro de 1855
Bahia	Decreto nº 1543 de 27 de janeiro de 1855
Mato Grosso	Decreto nº 1987 de 7 de outubro de 1857
Pernambuco	Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857
Santa Catarina	Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857
Maranhão	Decreto nº 2725 de 12 de janeiro de 1861
Rio Grande do Sul	Decreto nº 2725 de 12 de janeiro de 1861
Espírito Santo	Decreto nº 2890 de 8 de fevereiro de 1862
Paraná	Decreto nº 3347 de 26 de novembro de 1864
Ceará	Decreto nº 3347 de 26 de novembro de 1864
Sergipe	Decreto nº 4112 de 29 de fevereiro de 1868
Santos	Decreto nº 4112 de 29 de fevereiro de 1868
Parayba do Norte	Decreto nº 4680 de 17 de janeiro de 1871
Amazonas	Decreto nº 4680 de 17 de janeiro de 1871

<sup>79</sup> VIANNA, Barbosa A. J. **Recife Capital do Estado de Pernambuco**. Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, Recife, 1970. p. 128.

Rio Grande do Norte	Decreto nº 5181 de 16 de dezembro de 1872
Piauí	Decreto nº 5309 de 18 de junho de 1873
Alagoas	Decreto nº 5847 de 2 de janeiro de 1875

Fonte: CAMINHA, Herick Marques. **Evolução da Estrutura Administrativa do Ministério da Marinha no Império**. In: MARINHA DO BRASIL. História Naval brasileira. Rio de Janeiro: SDMG, 2002, v. 3, p. 11.

As companhias ficaram concentradas, sobretudo, na região Norte, que, segundo Caminha, foi a que forneceu a grande “massa de cablocos que no seu tempo vieram constituir grosso das guarnições dos navios de guerra nacionais”<sup>80</sup>. Entendemos, assim, que a fundação da Companhia de Aprendizes Marinheiro de Pernambuco inseriu-se nesse processo de distribuição dos elementos de forças pelo território nacional, principalmente, nas áreas de contato com o mar, procurando incentivar em cada província a formação de marinheiros qualificados para servir à nação.

Criada pelo decreto imperial 2003, de 24 de outubro de 1857, a Escola de Aprendizes Marinheiro de Pernambuco funcionou em seus primeiros anos na denominada Brigue “Cearense”<sup>81</sup>, sendo posteriormente transferida para as dependências do Arsenal da Marinha, onde funcionou até ser inaugurada em 1948 em sua atual sede, na cidade de Olinda. No ano de sua criação a Companhia congregava em suas dependências apenas 14 menores enviados por pais e tutores ou pelas autoridades competentes do recrutamento<sup>82</sup>. No entanto, após dois anos, mesmo sob as difíceis condições de recrutamento, a instituição apresentava um efetivo de 143 praças.

A Companhia era composta de duas partes, que se denominava de primeira e segunda divisão, constituídas da seguinte organização hierárquica: tenente, mestres, contramestres, guardiões, marinheiros de classe superior e os aprendizes-marinheiros. Cada divisão poderia, de acordo com o regulamento, formar duas secções compostas de um tenente, dois marinheiros de classe superior e 50 aprendizes marinheiro. O comandante e as demais praças do estabelecimento deviam obediência ao Inspetor do Arsenal da Marinha que era um oficial da Armada de patente não inferior a de capitão de fragata.

Como já foi assinalado, para fazer parte do quadro de Aprendizes Marinheiro os garotos enviados à instituição precisavam possuir um bom condicionamento físico, além

<sup>80</sup>CAMINHA, Herick Marques. Organização do Pessoal da Marinha Imperial. In: MARINHA DO BRASIL. História Naval brasileira. Rio de Janeiro: SDMG, 2002, v. 3, p. 47.

<sup>81</sup> A Brigue Cearense foi uma embarcação à vela, composta de cerca de dois a três mastros, que abrigou por um período a Companhia de Aprendizes Marinheiro.

<sup>82</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1857. p. 2.



de estar dentro dos limites etários estabelecidos pelo decreto nº 1591 de 1855. Deveriam ser brasileiros entre 10 e 17 anos de idade e de “constituição robusta para aguentar a vida no mar”. A criança que tivesse uma idade inferior a 10 anos de idade só poderia ser aceita se apresentasse “suficiente desenvolvimento físico para os exercícios do aprendizado”<sup>83</sup>. Eram considerados inaptos os meninos que sofressem de tuberculose, asma, idiotismo, tremores escrupulosos, reumatismo e outras doenças. Aos pais, tutores e responsáveis restavam a responsabilidade de firmar os contratos de alistamento dos menores com a instituição. Regularizados na companhia, os aprendizes recebiam aulas de música, natação, ginástica, primeiras letras, além de receberem gratuitamente o fardamento<sup>84</sup>.

A entrada de crianças com tão pouca idade em estabelecimentos militares cria uma impressão, olhando anacronicamente, de que existia uma total falta de cuidado e zelo para com esses que ainda apresentavam pouca capacidade física para as condições encontradas no mar. No entanto, é importante notar que a infância também é uma construção de nível social que obedece a condições históricas e culturais. Enquanto que em determinadas condições históricas o trabalho infantil é admissível, em outras ocasiões, esse é encarado como uma violação à inocência e à vulnerabilidade da criança<sup>85</sup>. No período estudado, os meninos de oito a doze anos eram considerados “adultos-aprendizes”<sup>86</sup>, sendo submetidos a diferentes rotinas de trabalho e a uma rígida disciplina, que passava, em muitos casos, por castigos corporais e uma precária alimentação.

Percebe-se, portanto, que não era desprezo e muito menos falta de amor dos pais e tutores que entregavam seus filhos e tutelados, ainda pequenos, a uma instituição que fizesse deles trabalhadores. Ao contrário disso, essa ação podia representar uma alternativa de driblar uma situação de pobreza e garantir um destino a um conjunto de meninos que não tinham tantas possibilidades educacionais, sobretudo, quando tratamos do Brasil no período estudado. Se aos pais e responsáveis pertencia o zelo de dar um destino conveniente aos pequenos aprendizes, o Estado Imperial sabia da importância de investir no futuro desses menores, como ficou registrado na documentação do Ministério da Marinha:

---

<sup>83</sup> **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Decreto nº 1591 de 1860. Artigo 13º. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>84</sup> *Idem*.

<sup>85</sup> STEARNS, Peter N. **A Infância**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 12.

<sup>86</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada**: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 77.

Da instituição da Companhia de Aprendizes resulta, além das vantagens enumeradas, e não menos apreciável de darem asilo a centenas de crianças desvalidas, que em seu seio adquirem honrosa profissão, tornando-se cidadãos prestantes e úteis ao país.<sup>87</sup>

Ao Estado cabia a preocupação de fazer desses garotos indivíduos prestantes, eliminando as possibilidades de um futuro entregue ao ócio e à vadiagem. As Companhias de Aprendizes Marinheiro seriam utilizadas, juntamente com outras instituições fundadas no período, como asilos de crianças e principalmente como espaços de formação de trabalhadores. Se era um papel apreciável dar asilo a meninos desvalidos que não tinham tantas alternativas, tornava-se ainda mais importante e valioso para o Estado, trazer a esses a possibilidade de adquirirem uma profissão que os tornassem úteis a si e aos novos interesses do país.

No entanto, vale salientar que direcionar um garoto a Companhia de Aprendizes Marinheiro era um esforço que custava caro não apenas ao Estado, mas também aos pequenos aprendizes. Venâncio mostra-nos o quanto é importante não idealizarmos a condição dos aprendizes nessas instituições militares. Fazer parte desses estabelecimentos significava ter que enfrentar as difíceis condições dos alojamentos e não raro ter que presenciar “constantes bebedeiras, brigas e xingamentos”, além de ter que “conviver com toda sorte de presos condenados às galés e demais menores delinquentes”<sup>88</sup>.

Ao visitar o Recife, em 22 de novembro de 1859, o Imperador D. Pedro II não se esquivou de conhecer as dependências do Arsenal da Marinha de Pernambuco. Em sua visita registrou como os menores aprendizes viviam mal acomodados e sujeitos a uma alimentação de pouca qualidade. Não é difícil de imaginar que a falta de higiene nesses estabelecimentos e uma alimentação deficiente favoreciam o aparecimento de anemias e algumas doenças. Em outras situações a falta de um tratamento adequado, para uma doença adquirida no estaleiro ou no navio, deixava os garotos a mercê da sorte ou até mesmo da fatalidade, como o foi o caso de Estevão Ferreira de Souza: “Levo ao conhecimento de Vossa Excelência, conforme me cumpre, que horem falleceo de febre

---

<sup>87</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1857. p. 9. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. de 2012.

<sup>88</sup> VENÂNCIO. Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: Mary Del Priore (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 200.

amarela a despeito dos maus cuidados ao tratamento do menor admitido neste Arsenal, para educação e socorro, Estevão de Ferreira de Souza”<sup>89</sup>.

A morte também era um risco para aqueles que eram submetidos a conhecer os maus tratos e a disciplina da vida militar. Não que as ruas apresentassem melhores condições que as Companhias de Aprendizes. Nelas, os meninos também estavam sujeitos a maus tratos e até mesmo a fome. É notório que eram mínimas as escolhas desses menores. Aliás, escolha nem sempre era uma alternativa dada para esses pequenos sujeitos. Enviados para a Companhia de Aprendizes Marinheiro por seus familiares, casas de caridade ou pelo rigor do recrutamento forçado, esses garotos tinham que inventar suas formas de resistência e de forma corajosa inventar outros caminhos. A tentativa de disciplinamento dos corpos dos aprendizes nem sempre surtiu o efeito esperado por essas instituições do Estado. Por diferentes formas e por diversas vezes, como veremos a seguir, os garotos e as famílias ousaram em teimar e resistiram às ordens e aos códigos de disciplinamento.

#### 1.4 O Processo Disciplinar frente a uma infância teimosa

O recrutamento de crianças para as Companhias de Aprendizes trouxe consigo uma busca incansável de mecanismos que conseguissem gerar uma organização disciplinar naqueles que fossem compor os quadros dos aprendizes, fossem eles artífice ou marinheiro. Organização que teria a finalidade de evitar os desperdícios na Armada brasileira e conseqüentemente formar bons trabalhadores e militares que compensassem verdadeiramente os investimentos do Estado.

Nesse processo, destaca-se o empenho das autoridades militares em construir um espaço que conseguisse disciplinar a futura “força de trabalho” pertencente ao Estado, tanto aqueles que seriam os possíveis operários, como os que fossem fazer parte da marinhagem nacional. No entanto, apontamos que essa não foi uma tarefa fácil para as autoridades dessas instituições e nem sempre se tornou uma realidade aceita de forma passível pelos garotos enviados às companhias. “Afastamos-nos de uma lógica que pensava que os meninos mantidos pelo poder publico “olhariam a pátria como pai e mãe e os demais combatentes como irmãos”, dedicando a eles “amor”, fidelidade e

---

<sup>89</sup> Ofício de Eliziano Antonio dos Santos, Inspetor do Arsenal da Marinha, ao Presidente da Província, Conselheiro Sergio Pereira de Macedo. APEJE, Série A.M. 1857. n. 147.

lealdade”<sup>90</sup>. Concordamos em discordar da ideia de que por serem desprovidos de famílias ou por estarem distantes dos seus familiares, as crianças pobres, órfãos, bastardas ou abandonadas tornar-se-iam soldados e marinheiros com uma maior facilidade<sup>91</sup>.

Entendemos que os estaleiros e os navios-quartel, locais onde circulavam os aprendizes, eram espaços de lutas e contradições de pessoas que ocupavam hierarquias diferentes e que não raramente se chocavam em seus ideais. Segundo Foucault, o porto militar seria composto por “circuitos de mercadorias, de homens alistados por bem ou a força, de marinheiros embarcando e desembarcando [...], um lugar de deserção, de contrabando, de contágio: encruzilhada de misturas perigosas, cruzamento de circulações proibidas”<sup>92</sup>. Fazer parte desse universo não significava apenas encontrar a organização da disciplina militar, mas significava, também, encontrar um universo de conflitos entre os próprios educandos, trazidos de realidades diferentes, além dos embates gerados entre os chefes militares e os garotos subordinados a eles.

José Carlos Barreiro aponta para existência de culturas diferentes no espaço da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante. Segundo o autor, as bases dessas forças seriam preenchidas por homens que “provinha de etnias, raças e nações as mais diversas”. Por outro lado, no topo da pirâmide estavam o capitão e os oficiais de alto escalão, responsabilizados em anular uma força de origem popular, “criando comportamentos homogêneos compatíveis com a disciplina requerida do marinheiro”<sup>93</sup>. Com as Companhias de Aprendizes de Pernambuco no século XIX não era tão diferente. Conviviam e chocavam-se no mesmo espaço pertencente à armada, operários adultos, africanos de nações diversas, menores enviados pela polícia e pelas casas de caridade, crianças de pais de origem pobre, além dos oficiais e chefes militares.

Para manter a ordem nesse espaço e compor um lugar organizado por uma disciplina, os comandantes e os oficiais fizeram uso de procedimentos que tinham o objetivo de tornar os sujeitos tanto mais obedientes quanto úteis em suas condutas. Portanto, fazer parte das companhias trazia para os garotos a responsabilidade de cumprir normas de comportamento e seguir uma série de mecanismos que objetivavam a construção de um novo sujeito. Nesse momento, o menor era levado a deixar a sua

---

<sup>90</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: Mary Del Priore (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 195.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 123.

<sup>93</sup> BARREIRO, José Carlos. **Marinheiros, Portos e Sociabilidades: Brasil e a ascensão do Atlântico Sul (1780-1850)**. Congresso Internacional da Brasa, 2006.

condição anterior, que muitas vezes envolvia atos de indisciplina e vadiagem, para internalizar hábitos que procuravam fundar um sujeito com uma nova percepção de comportamento, hierarquia, valores, tempo, trabalho e disciplina, questões indispensáveis na rotina militar. Os dispositivos de controle dessas instituições procuravam atingir os aprendizes tanto em seus corpos como em suas mentes, visando a produção de outras sensibilidades e a introjeção de um novo jeito de os garotos se perceberem no mundo.

Não por acaso, a instrução dos Aprendizes Marinheiros já se iniciava com o aprendizado de “entrar em forma, perfilar, volver a direita e a esquerda, marchar a passo ordinário e dobrado”<sup>94</sup>. Procedimentos de uma lógica disciplinar que procurava, de acordo com Foucault, fabricar corpos submissos, exercitados e corpos dóceis<sup>95</sup>. Em Pernambuco, os educandos das duas companhias estavam sujeitos a um conjunto de atividades que se distribuía de forma diferenciada em seis dias da semana, preenchendo a rotina dos garotos com atividades de artilharia, infantaria, primeiras letras, remo, aparelho de coser pano e natação. O horário das tarefas dos meninos começava às 09h30 da manhã e geralmente terminava às cinco horas da tarde, com a exceção da quinta-feira que só findava às seis horas da noite como observamos na tabela abaixo:

**Quadro 3: Lista de atividades dos aprendizes**

Dias da Semana	Horários	Atividades
Segunda	9h30 às 17h	Primeiras letras/ Ensino de aparelhagem/ Pano
Terça	9h30 às 17h	Primeiras letras/ infantaria/ Primeiras Letras
Quarta	9h30 às 17h	Primeiras letras/ Ensino de aparelhagem/ Pano
Quinta	9h30 às 18h	Remar
Sexta	9h30 às 17h	Primeiras letras/infantaria/primeiras letras
Sábado	9h30 -	Primeiras letras

Fonte: Lista de Atividades dos Aprendizes. APEJE, Série A.M. 1861. v. 24, n. 1.

É possível observarmos que preencher o dia dos aprendizes com tarefas e responsabilidade era uma forma de gerenciar o tempo para que ele fosse de boa qualidade durante todo o seu transcurso. Um tempo produtivo e integralmente útil era a

<sup>94</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto n° 1517 de 1855. Artigo 15°. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>95</sup> MICHEL, Foucault. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 119.

meta dos inspetores ao estabelecer um horário determinado para todas as atividades da Companhia de Aprendizes. Os garotos deveriam se adaptar ao tempo de acordar, às atividades da instituição, aos exercícios físicos, às refeições, aos horários de estudos e ao horário de dormir. Uma nova noção de tempo, acompanhada do rigor e da disciplina militar, era instituída aos educandos. Define-se nesse instante, “uma espécie de anátomo-cronológica do comportamento”, onde “o tempo penetra o corpo” dos aprendizes, “e com ele todos os controles minuciosos do poder”<sup>96</sup>.

Em dias alternados os aprendizes das duas companhias iam ao Arsenal da Marinha para realizar suas atividades juntos. Esse dado nos mostra que mesmo se especializando em ofícios específicos, os aprendizes artífices acabam entrando em contato com tarefas da vida marítima, da mesma forma que os aprendizes marinho podiam ter contato com alguns ofícios mecânicos. Além disso, sabemos que as aulas de primeiras letras era um dever aos garotos de ambos os estabelecimentos.

Na Companhia de Educandos Artífice existia toda uma hierarquia de responsabilidades para o bom funcionamento da instituição e o controle constante dos aprendizes. O comandante, autoridade máxima do estabelecimento, tinha a responsabilidade de “velar” cuidadosamente sobre tudo o que fosse concernente à pessoa e material da Companhia. Era de sua responsabilidade também visitar frequentemente a instituição com intuito de certificar-se do “zelo e atividades dos seus subordinados, e da disciplina e moralidade dos aprendizes”<sup>97</sup>.

Os guardas, que serviam de sargentos-ajudantes, auxiliavam diretamente os comandantes na disciplina, asseio dos aprendizes e do quartel. Fazia parte de suas tarefas transmitir aos outros empregados todas as ordens dadas pelo comandante. Os educandos que por alguma questão precisassem sair do quartel, saíam com o acompanhamento do guarda, que exercia sobre eles uma verdadeira vigilância para que não fugissem. Nas oficinas, os garotos, além dos cuidados de seus mestres, eram constantemente fiscalizados pelo sargento-ajudante, que procurava certificar se os mesmos estavam nos lugares corretos e se eram aplicados em suas atividades<sup>98</sup>.

Nessa organização hierárquica, existiam ainda os guardas que estavam sujeitos ao comandante e ao sargento-ajudante. Era da alçada deles reforçar ainda mais o processo de disciplina e ordem da Companhia de Aprendizes Artífice. Nesse sentido,

---

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto nº1517 DE 1855. Artigo 1º, 2º e 3º. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>98</sup> Idem. Artigo 10º.

cumpriam a tarefa de realizar rondas mais minuciosas entres os aprendizes, zelando para que os mesmos cumprissem os horários de recolher e acordar, e que conseguissem em tempo hábil tomar banho, vestir-se e comparecer à revista da manhã. Era tarefa desses guardas intervirem nas rixas que surgissem entres os garotos da instituição e proibir todo e qualquer tipo de ajuntamento ou algazarra, tanto nas marchas para a Escola e Arsenal, como na ocasião dos exercícios<sup>99</sup>.

Quanto à companhia de Aprendizes Marinheiro, o rigor disciplinar provavelmente não era tão diferente. Confinados em um navio-quartel, os aprendizes tinham que passar o máximo de tempo a bordo da brigue cearense, cumprindo atividades que os desviassem das distrações e ao mesmo tempo libertassem-nos dos vícios e paixões<sup>100</sup>. Os serviços dos garotos deveriam aproximar-se ao máximo daqueles praticados a bordo dos navios de guerra, executando tarefas que os tonassem preparados nas instruções náuticas e habilidosos nas artes de um marinheiro: como fazer pinhas, costuras, alças, nós, coser pano, entalhar e finalmente aparelhar e desaparelhar navios<sup>101</sup>.

Percebemos, portanto, a partir da análise do quadro nº 3 e dos procedimentos de organização das Companhias de Aprendizes, que existia, por parte dessas instituições, uma verdadeira tentativa de preencher os dias dos aprendizes com tarefas que os tornassem ocupados e ao mesmo tempo gerassem uma vigilância ininterrupta, capaz de controlar e esquadrihar ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos dos garotos<sup>102</sup>. Isolar os aprendizes em estabelecimentos militares e intervir em seus comportamentos, tentando criar condutas homogêneas e a consequente tentativa de anulação das identidades dos internos, aponta para uma prática comum das “instituições totais”. Erving Goffman descreve essas instituições em um perfil marcado pelas barreiras que são criadas para relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico: “portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos”<sup>103</sup>.

Uma das questões comum ao mundo moderno seria o fato de os indivíduos realizarem um conjunto de atividades em diferentes lugares, com diferentes

---

<sup>99</sup> Ibidem. Artigo 11°.

<sup>100</sup> BARREIRO, José Carlos. **Marinheiros, Portos e Sociabilidades**: Brasil e a ascensão do Atlântico Sul (1780 – 1850). Congresso Internacional da Brasa, 2006. p. 16.

<sup>101</sup> Coleção de leis do Império brasileiro. Decreto nº 1.517 de abril de 1855. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>102</sup> \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 118.

<sup>103</sup> GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 16.

“coparticipantes”, sob o olhar de múltiplas autoridades. As instituições totais seriam exatamente a tentativa de quebrar as barreiras que separam essas esferas da vida. Segundo Goffman, diferentemente do descrito anteriormente, as instituições totais fariam acontecer todos os aspectos da vida num mesmo local e sob uma única autoridade. Fariam ainda com que o indivíduo tivesse sempre, em suas atividades diárias, a companhia de um grupo relativamente grande, de forma que todos fossem tratados do mesmo jeito e realizassem suas obrigações em conjunto. O estabelecimento de horários rígidos para as atividades diárias dos indivíduos seria outra questão marcante a essas instituições, além de submeter as obrigações cotidianas a um plano racional que visava atender os objetivos oficiais da instituição<sup>104</sup>.

Portanto, a ruptura com o mundo externo e a conseqüente tentativa de imprimir nesses garotos novas subjetividades não foi algo que fugiu à lógica dessas instituições. A imposição de horários, normas de conduta e o constante contato com o trabalho foram utilizados como dispositivos que tinham por meta alcançar novos comportamentos. A forte disciplina visava atingir aqueles vistos como indigentes, incorrigíveis, órfãos, filhos de famílias pobres, numa tentativa de construir novos hábitos que os desligassem de comportamentos herdados nas ruas ou no próprio lar. Era necessário impor-lhes uma nova sensibilidade e implantar uma nova rotina de vida. Assim, recorreremos à análise de Erving Goffman porque entendemos que as Companhias de Aprendizagem podem ser incluídas dentro dos aspectos e características daquilo que o teórico chamou de instituições totais. Percebemos que as Companhias também procuraram uma uniformização dos espaços, dos tempos e das condutas dos aprendizes, tentando incluir essas questões num plano geral de organização, de ordem e disciplina.

Vale salientar, no entanto, que o internamento desses menores em instituições governamentais nem sempre significou o completo disciplinamento e a normalização de suas condutas. Concordamos com a análise de Álvaro Pereira do Nascimento, quando afirma que para Marinha foram “levados homens cada vez mais indispostos a ceder em seus costumes e valores construídos nas ruas”<sup>105</sup>. Mesmo diante de um conjunto de regras e normas, fazia parte da rotina dos comandantes das instituições terem que lidar com comportamentos que apontavam para uma recusa às regras disciplinares das companhias e uma rejeição à vida militar por parte dos aprendizes.

---

<sup>104</sup> Idem, p. 17-18.

<sup>105</sup> NASCIMENTO. Op. Cit., p. 28.



A procura por outros meios de sobrevivência, diferente daqueles apresentados pelas Companhias de Aprendizes, evidencia que fazer parte desses estabelecimentos não era realidade desejada por todos os aprendizes ou familiares dos garotos. Diante disso, mesmo após o internamento da criança, os pais ou tutores recorriam, através de requerimentos enviados ao Arsenal da Marinha, à devolução de seus filhos ou tutelados. O caso do menor José Antonio de Albuquerque ilustra bem o que falamos. O seu tutor solicitou à autoridade do Arsenal que o garoto fosse desligado da instituição, apresentando como meio de sobrevivência um sítio para ser cultivado pelo garoto e seus irmãos:

Não creio que tendo o menor José Antonio de Albuquerque Melo, e seus irmãos, um sítio, poderá cultivando-o adquirir melhores meios de subsistência para todos, quer no presente, ou até mesmo no futuro, de preferência aos resultantes da educação artística que está recebendo nessa Arsenal e, pois acho indeferível a pretensão do suplicante Luiz Iguacio de Albuquerque, no requerimento junto, sobre a qual manda-me informar a Vossa Excelência em despacho de 18 do corrente no mesmo requerimento, para sob aquele pretexto ser lhe o dito menor entregue na qualidade de tutor, e tanto é indeferível quanto de mais a mais ocorre que havendo a nação feito despesas com esse menor, parece estar conseguintemente no caso de usufruir de seus serviços, se não agora, porém para o futuro.<sup>106</sup>

Infelizmente a documentação não mostra no que resultou o pedido do responsável do menor José Antonio de Albuquerque. No entanto, pela análise da solicitação, já percebemos o inspetor do Arsenal da Marinha se posicionando contra a saída do aprendiz, deixando claro que a nação ainda poderia usufruir de seus trabalhos. Geralmente as autoridades recorriam à argumentação de que os menores deveriam cumprir o tempo de serviço determinado no momento do alistamento. Por outro lado, é provável que existisse alguma possibilidade ou alguma brecha legal que permitisse o desligamento desses menores, porque não foram raros os pedidos de pais e responsáveis ao Arsenal da Marinha.

Portanto, se para alguns pais, entregar seus filhos às Companhias de Aprendizes representava uma estratégia para livrá-los da miséria ou da indigência, para outros, essa ação era um problema que deveria ser evitado. Muitas vezes os familiares dos aprendizes compreendiam que não lhe seriam úteis que os seus filhos ou tutelados permanecessem nas instituições. Isso foi o que argumentou a suplicante Maria do Espírito Santo Paiva, mãe de um educando que estava na Companhia de Aprendizes Artífice, aprendendo o ofício de carpinteiro. Para ela, o aprendizado da profissão não

---

<sup>106</sup> Ofício de Eliziano Antonio dos Santos, Inspetor do Arsenal da Marinha, ao Presidente da Província, Conselheiro Sergio Pereira de Macedo. APEJE, Série A.M. 1857. n. 153.

seria “daquelas próprias a garantir o futuro tanto dele como dela”, por isso, pediu o seu desligamento do estabelecimento<sup>107</sup>.

Essa questão evidencia que existia uma verdadeira disputa entre os pais e o Estado pela tutela dos garotos. Para autoridades públicas o alistamento de crianças nas Companhias de Aprendizes era uma forma de instrumentalizar a vida dos meninos quanto às demandas de mão de obra e formação de marinheiros aos quadros da Marinha nacional. Atrair as famílias pobres para deixarem seus filhos nas dependências dessa instituição era a garantia de que possivelmente o Estado alcançaria, no futuro, operários e marinheiros prontos para servirem aos interesses do Império brasileiro. Porém, para alguns pais e tutores, perder os menores para esses estabelecimentos configurava-se, também, na perda daqueles que poderiam servir como única fonte de sustento da família. Quando os menores caíam nas mãos da polícia e acabavam como presas do recrutamento forçado, a única saída dos pais e/ou interessados era recorrer aos pedidos de devolução aos inspetores do Arsenal da Marinha. Ação que enfrentava, a partir de então, o interesse do Estado de não permitir que os garotos saíssem dessas instituições, visto que desejava formar com eles os seus próprios trabalhadores e militares. Dessa forma, percebemos diante dessas questões que o que estava em jogo para os familiares e para as autoridades públicas era a disputa por crianças, que tinham um grande valor econômico a interesses específicos.

Por outro lado, a fuga foi talvez a forma mais visível que esses menores ofereceram de resistência a toda uma estrutura de disciplinamento que pesava sobre eles e, mesmo correndo o risco das duras penas, faziam dela uma forma de expressar suas próprias vontades e escolhas. Aqueles que não aceitavam e burlavam o controle, conseguindo desertar, eram chamados de insubordinados e ficavam sujeitos às penas que eram aplicadas pelas Companhias. Mesmo com o rigor das penas, alguns aprendizes pareciam não hesitar em apropriarem-se de táticas para contornar a vigilância exercida pelas autoridades do arsenal e fugir. Foi o que aconteceu com os jovens marinheiros, João Evangelista Barboza e Francisco Manoel, que, após desertarem, tiveram seus nomes mencionados pelo inspetor do arsenal, o qual pediu ao presidente da província, em ofício, que ordenasse a captura deles<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> Ofício de Eliziano Antonio dos Santos, Inspetor do Arsenal da Marinha, ao Presidente da Província, Conselheiro Sergio Pereira de Macedo. APEJE, Série A.M. 1857. n. 43.

<sup>108</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’ Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. APEJE, Série A.M. 1865. v. 26, n. 977.

Dessa forma, encontrar a oportunidade de se evadir de um dia exaustivo de trabalho ou fugir definitivamente e mostrar suas formas de jogar com os mecanismos disciplinares não foi algo tão raro aos aprendizes das duas companhias. Os menores faziam das brechas deixadas pelas instituições chances de realizarem seus desejos de fuga. Foi o que fez o aprendiz José Pedro Batista quando, após ir à terra para serviço, conseguiu desertar da Companhia de Aprendizes Marinheiro, que ficava a bordo da Brigue Cearense:

Envio a Vossa Excelência a inclusa cópia dos sinais e filiação do aprendiz marinho José Pedro Batista que desertou da Companhia, vindo a terra em serviço. Para que Vossa Excelência se digne ordenar que seja ele capturado, onde for encontrado.<sup>109</sup>

Pedir a captura do fugitivo ao presidente de província era o primeiro procedimento que a instituição tomava. Para facilitar essa busca, o estabelecimento repassava os sinais e a filiação do fugitivo, que, nesse caso estudado por nós, foram as descrições do Aprendiz Marinheiro José Pedro Batista: “filho de José Romão, natural de Pernambuco, idade doze anos, estado solteiro, altura a crescer, cor cabra, cabelos carapinhos, olhos pretos”<sup>110</sup>.

Marcus Carvalho, estudando os anúncios de escravos fugidos em Pernambuco, aponta a importância que eles tinham no processo de identificação do fugitivo no meio dos outros negros e pardos da cidade. Eles tinham por finalidade descrever o fugitivo “de forma a torná-lo inconfundível para os leitores”. No caso das companhias de aprendizes, a finalidade talvez não fosse tão diferente. Recorria-se a essas descrições como mecanismos que ajudassem a captura dos menores, que provavelmente também procuravam não serem notados onde circulavam. Desse jeito, passar informações de cor, altura, tipo de cabelo, idade, cor dos olhos e estado civil, eram procedimentos que facilitavam aqueles que ficavam responsáveis por encontrar os desertores. Repassar a filiação era outro procedimento importante na descrição do desertor, sabendo que muitos ao fugirem poderiam voltar ao lugar que residiam antes de serem alistados na Marinha, a fim de buscarem apoio de seus familiares. Essa questão ocorreu com o

---

<sup>109</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’ Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, conselheiro Manoel Francisco Correias. APEJE, Série A.M. 1862. v. 23, n. 252.

<sup>110</sup> Idem.

menor Jenuino João Marques que aproveitou para fugir na noite que estava de guarda no Arsenal da Marinha, direcionando-se para “o monte em Olinda, onde era morador”<sup>111</sup>.

Após a fuga, a Companhia de Aprendizes Marinheiro dava um prazo de até três meses para que o desertor voltasse à instituição. Se o menor fosse capturado antes de se apresentar voluntariamente, era remetido o mais rápido possível para o Quartel central da Corte, sendo conservado preso até o momento da partida. Diferentemente disso, se o aprendiz voltasse a se apresentar dentro dos três meses após a deserção, continuaria na companhia, sofrendo, nesse caso, o castigo correccional que o comandante achasse conveniente<sup>112</sup>.

Percebe-se, portanto, que as estratégias disciplinares das companhias de aprendizes tinham como meta não apenas produzir um conhecimento específico das capacidades e condutas dos aprendizes, mas iam além, realizando a constituição de um conjunto de penalidades e recompensas. Para isso, era necessário que os educandos fossem devidamente vigiados e, sobretudo, punidos e recompensados quando precisassem. Na Escola de Aprendizes Artífice, observamos que para os garotos indisciplinados existiam diferentes punições, com diferentes níveis de recompensas. As faltas de subordinação poderiam levar a prisão simples ou solitária, por tempo de no máximo oito dias, privação temporária de parte da ração e o serviço de guarda ou sentinela dobrados<sup>113</sup>. Por outro lado, os aprendizes artífices, que, por seu comportamento, demandassem uma disciplina mais rigorosa, poderiam ser enviados a Companhia de Aprendizes Marinheiro, como ficou documentado:

Cumprindo o despacho de V. Ex.<sup>a</sup> lançado no incluso requerimento de Manoel Antonio de Jesus, como tutor do aprendiz marinheiro Antonio Gomes Moreira, se me oferece dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o tutelado do suplicante pertenceu a Companhia de Aprendizes deste Arsenal, onde teve comportamento tão indigno, que para exemplo dos outros [...] passei-o para Companhia de Aprendizes Marinheiro.<sup>114</sup>

Ter como último recurso de punição enviar o educando artífice para Companhia de Aprendizes Marinheiro mostra que o rigor disciplinar dessa companhia foi muito

---

<sup>111</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’ Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, Antonio Marcelino Nunes Gonçalves. APEJE, Série A.M.1862. v. 23, n. 98.

<sup>112</sup> *Coleção de leis do Império brasileiro*. Decreto nº 1.517 de abril de 1855. Artigo 39º. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>113</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA, Decreto nº 2616 de 1860. Artigo 45º. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>114</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’ Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, João Silveira de Souza. APEJE, Série A.M.1862. v. 23, N° 353.

mais intenso do que a Companhia de Artífice. Esse indício faz aparecer um dado já percebido nos trabalhos de alguns historiadores: a de que as instituições de formação de marinheiro assumiram, em muitas situações, o papel de reformatórios. Esses estabelecimentos que foram utilizados pelo Estado como ferramentas que tentariam “transformar as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas”<sup>115</sup>.

Compreendemos que fazia parte do objetivo dessas instituições utilizar-se de mecanismos que fossem capazes de produzir corpos dóceis e ao mesmo tempo úteis a si e ao país. Essas estratégias que visavam educar condutas e constituir um tempo que fosse integralmente produtivo. Para a nação, era urgente controlar aqueles que tinham sobrevivido à primeira infância e estavam engrossando as fileiras dos desocupados. Criar uma ocupação para os indivíduos fazia-se necessário. Principalmente, para um estado que começava a cuidar de sua população em todos os níveis, inclusive, o da vida. Todavia, sabemos que, por diferentes razões, os dispositivos de controle e disciplina do Estado Imperial não foram completamente eficientes em seus objetivos – por falta de recursos, por ineficiência administrativa ou até mesmo pela resistência dos garotos e das famílias que insistiram em fazer escolhas contrárias.

Portanto, é possível afirmar que a admissão de menores em instituições militares, especificamente as Companhias de Aprendizes, tornou-se uma prática comum nas províncias brasileiras do século XIX. Ocupando os níveis baixos da hierarquia da Armada Imperial, esses “pequenos protagonistas” passaram a ser utilizados na produção sistemática de mão de obra para os arsenais e no preenchimento dos quadros militares da Marinha nacional<sup>116</sup>.

O Arsenal da Marinha de Pernambuco tornou-se taticamente importante por absorver um excedente populacional considerado pelas elites como potencialmente perigosos (órfãos, enjeitados e meninos pobres), comportando-os em suas Companhias de Aprendizes. Era preciso para a recém-nação criar um modelo disciplinar capaz de tornar o homem passível, dócil e sujeito ao controle, no qual estava incluído o enquadramento e o adestramento de crianças e jovens considerados, pelo poder público, como potencialmente perigosos. As Companhias de Aprendizes cumpriam essa função ao mesmo tempo em que fizeram o papel de profissionalizar futuros operários e formar

---

<sup>115</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 126-127.

<sup>116</sup> CUNHA, Luis Antonio. **O Ensino de Ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 112.

marinheiros, tão necessários à nação brasileira no período dos oitocentos. O recrutamento foi o mecanismo mais utilizado para compor os quadros desses estabelecimentos, tornando-se, nas mãos do governo, uma tática importante no ordenamento das massas.

# CAPÍTULO 2

## O LIMITE DO ORDENAMENTO DAS MASSAS: as práticas de recrutamento e alistamento de menores



**Figura 3:** Arsenal da Marinha e Porto do Recife. Vista da Torre Malakoff olhando-se para o Sul, 1870. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

## 2.1 As massas e uma nova maneira de governar: o aparecimento da população como problema de governo

A população como problema de governo aparece entre as várias implicações da formação do Estado brasileiro a partir de 1822. O governo dos homens e das coisas torna-se uma realidade na agenda política da nação, evidenciando a preocupação de um poder que se ocupa não apenas com a delimitação e proteção de um território, mas que põe também como foco da administração pública, a tentativa de organizar o corpo coletivo. Foucault observa que o aparecimento dessa forma de governar, durante o século XVIII, trouxe a constituição de uma ciência política que inseriu a população nos cálculos estratégicos do Estado, procurando controlar uma série de eventos fortuitos que poderiam ocorrer nessa massa viva. Segundo o autor, é durante o período setecentista que as massas, personagem político absolutamente novo, foram percebidas, reconhecidas e, de certo modo, recortadas.

O que se entendia por população estava intimamente relacionado a um movimento pelo qual se repovoava um território que se tornara deserto, por motivos de uma guerra, de uma epidemia, grandes eventos de mortalidade e escassez alimentar. Em outras palavras, a população não era visualizada na sua positividade e na sua generalidade; antes, era vista por um fator dramático e pela necessidade de se repovoar um território arrasado<sup>117</sup>. Por outro lado, a população também se confundia com a imagem pálida de súditos reunidos com a obrigação de prestar obediência ao rei, tornando-o mais poderoso e até mesmo temido. Ao contrário disso, no transcorrer do século XVIII para o século XIX vê-se acontecer uma espécie de estatização do biológico, onde um conjunto de viventes torna-se parte de um processo que visa administrá-los naquilo que apresentam de natural. Nesse momento, Foucault deixa claro que a vida, muito mais do que o direito, tornou-se objeto político por excelência, precisando ser administrada, gerida, calculada, regrada e normalizada<sup>118</sup>.

Baseado nessa análise, compreendemos que a estruturação do Estado brasileiro também procurou estabelecer regras de governamentalidade para a gestão da população. Tais regras procuraram incluir uma arte de governar que esteve atenta aos homens e às suas relações com as coisas: “que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência,

---

<sup>117</sup> FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 87-88.

<sup>118</sup> DUARTE, André. Biopolítica e resistência. In: RAGO, Margareth; NETO, Alfredo Veiga (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autentica, 2008. p. 50.



o território com suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.”. Dispositivo que acrescentou ainda os homens em suas relações com os costumes, os hábitos, a forma de agir ou pensar e até mesmo “os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc.”<sup>119</sup>.

É nesse sentido que o governo do novo Império procurou administrar e conhecer a população através de uma política que visou o esquadramento do território e dos homens que nele continha. Era necessária a manutenção da unidade territorial, conquistada por meio de grandes esforços políticos e bélicos<sup>120</sup>, e a organização dos cidadãos e não cidadãos. Para cumprir esse objetivo foram elaborados mapas, plantas e cartas topográficas que, além de darem uma possível delimitação do território, tornaram “mais ágil a movimentação dos agentes da centralização”<sup>121</sup>. Nesse esquema, a população tornava-se alvo do Estado que procurava “conhecer sua distribuição pelo território, a composição étnica e os misteres em que se ocupavam”. Essa última questão foi evidenciada nos censos que foram realizados em diferentes oportunidades do período imperial<sup>122</sup>.

Em Pernambuco, foi observado no trabalho de Alcileide Cabral do Nascimento que o governo das “coisas e dos homens” teve início, ainda no período colonial, na administração de D. Tomás José de Melo que esteve à frente da capitania entre 1787 a 1798. De acordo com a historiadora, a gestão desse governante se empenharia em racionalizar os problemas ligados a população, principalmente aqueles associados a um segmento considerado perigoso: os escravos e leprosos, somando-se ainda, aqueles colocados em situação de perigo<sup>123</sup>. Afastar a possibilidade de contaminação de uma parcela da população vista como sadia e produtiva, enclausurando escravos e leprosos, foi parte dessa administração que se ocuparia em melhorar a sorte das massas, aumentando sua riqueza, sua duração de vida e sua saúde.

Contudo, foi no transcorrer do século XIX que se consolidariam no Brasil políticas voltadas para conter os efeitos de multidões e a dispersão das massas. Os aparelhos repressivos se estruturavam em um processo que teve como mote inicial a

---

<sup>119</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009. p. 282.

<sup>120</sup> Faço referência às lutas posteriores à independência (1822), à Confederação do Equador (1824) e às revoltas que se seguiram à abdicação de D. Pedro I em 1831.

<sup>121</sup> MATTOS, Ilmar Roloff. **O tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1986. p. 210-211.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789-1832)**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 29.

vinda da família real em 1808 e a conseqüente “necessidade de se elaborar maneiras de controlar e disciplinar a população urbana em geral”<sup>124</sup>. A cidade ganhava visibilidade na agenda dos gestores públicos por ser nela que se concentravam a proliferação de doenças que desperdiçavam vidas, o medo da desordem, o sujo, o caótico, o abrigo de pessoas de sorte: escravos, mendigos, ladrões, crianças abandonadas, arruaceiros etc. A cidade situa-se no âmago dessas diferentes problemáticas, sendo, portanto, alvo de diferentes “mecanismos de segurança”<sup>125</sup>.

Assim, tornava-se necessário ordenar o corpo da população no espaço demarcado da cidade, mapeando os assuntos referentes à saúde pública e ao controle sanitário, os problemas de habitação urbana, migração, crimes, mortes, nascimentos, doenças, manifestações religiosas, festas e o vai e vem dos homens no espaço da urbe. A cidade e toda essa encruzilhada de eventos passavam ao interesse das autoridades provinciais por estarem intimamente relacionados com a questão da população. Dessa forma, era necessário “organizar e ordenar as cidades a partir da ótica do poder”, criando mecanismos de segurança que se dirigissem a multiplicidade dos homens.

No Brasil, o processo de urbanização no século XIX ocorreu concomitantemente ao crescimento do segmento dos menos favorecidos da população, os *sem eira nem beira*, como se dizia então. Nas margens do sistema escravista, cresciam e multiplicavam-se os vadios, os malfeitores, os meninos e as meninas abandonadas de pais anônimos e os órfãos e órfãs pobres. Isso impulsionou o surgimento de um maior controle policial e uma estrutura repressiva que pesava sobre aqueles que circulavam sem destino certo nos espaços das urbes.

Portanto, o crescimento populacional nas cidades brasileiras do período oitocentista também se tornaria parte do interesse do poder público. Esse crescimento seria acompanhado da preocupação da manutenção da ordem que se via ameaçada por uma população “perigosa” que vivia nos centros urbanos ameaçando o sossego público. Diante dessa realidade, mais do que quantificar o crescimento da população, era

---

<sup>124</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

<sup>125</sup> No que concerne ao estudo das tecnologias de segurança: FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 3-30. Nessa obra em específico, Michel Foucault dá prosseguimento a seus estudos sobre as práticas da biopolítica, conceito que ele afirma ter deixado “no ar” (p. 03) ao finalizar as aulas do curso intitulado *Em defesa da sociedade (1976-1977)* realizado no ano precedente desse novo curso oferecido no Collège de France em 11 de janeiro de 1978. O que Foucault vai chamar de mecanismos de segurança, configura-se desde os “mecanismos de controle social” até os mecanismos que “tem por função modificar em algo o destino biológico da espécie”. p. 15.

necessário também conhecê-la em seu existir cotidiano. Nessa tarefa, destacam-se, principalmente, as autoridades que estiveram responsáveis pelo policiamento no período imperial.

Os juízes de paz como salienta Wellington Barbosa da Silva “tornaram-se as principais autoridades dos primeiros tempos do Império brasileiro”<sup>126</sup>. Seriam eles que exerceriam com carta branca o controle sobre o dia a dia da população, buscando a ordem em uma série de atividades dos homens. Como agentes de polícia esses magistrados locais poderiam tomar conhecimento do modo de vida de seus moradores e imprimir medidas para conter o comportamento de mendigos, vadios, “bêbados por hábito”, meretrizes e arruaceiros que ofendessem com palavras os bons costumes, a tranquilidade pública e a paz das famílias<sup>127</sup>. Uma das medidas voltadas a essa parcela da população era obrigá-los a assinar “termo de bem viver”, forçando que se comprometesse com o envolvimento de alguma atividade “honesta” dentro de um prazo estabelecido, sob o risco de serem expulsos da localidade que moravam<sup>128</sup>. Fica claro, portanto, que fazia parte das atribuições desses magistrados a vigilância e o policiamento do cotidiano dos moradores de suas respectivas localidades, tentando enquadrá-los em regras de obediência e estabelecer padrões de civilidade.

As atribuições dos juízes de paz, com a reforma do Código do Processo Criminal em 1841, passam para os chefes de polícia, delegados e subdelegados. Nessa nova conjuntura, pelo menos em tese, como destaca Wellington Barbosa, as funções de justiça e polícia saíam da esfera municipal e passavam ao controle do governo central. Esse aparato policial tinha o papel de esquadrihar o cotidiano dos indivíduos, pesando sobre a população um olhar vigilante que saía da corte e se multiplicava nas ações do chefe de polícia, dos delegados, subdelegados e nas ações rotineiras dos inspetores de quarteirão que exerciam um controle mais detalhado sobre os moradores locais. Essa malha responsável por implantar um policiamento exaustivo sobre a população agia através de dispositivos legais e por intermédio de uma nova ordem jurídico-administrativa<sup>129</sup> que ia sendo formada através de leis e decretos. A partir dela, inicia-se o surgimento de um conjunto de mecanismos de controle social, onde os pobres, os

---

<sup>126</sup> SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. p. 128.

<sup>127</sup> Idem. p. 127-128.

<sup>128</sup> FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo; Salvador: HUCITEC; EDUFBA, 1996. p. 93.

<sup>129</sup> SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco Recife, 2002. p. 113.

miseráveis, os desocupados, os ociosos, os criminosos, os órfãos, os cidadãos e não cidadãos tornaram-se alvos de estratégias que visavam à correção de comportamentos considerados desviantes e à homogeneização de condutas através da disciplina.

Uma sociedade sã, no sentido moral e físico, implicava o estabelecimento de uma população sem doenças, sem revoltas e sem crimes. Para isso, era necessário eliminar das ruas os vadios, os contagiosos e os degenerados. Antes de estimular a mendicância, era preciso evitar o seu desenvolvimento. A repressão à ociosidade e à vadiagem tornou-se uma das principais preocupações das elites brasileiras após a independência. Uma população ociosa era uma população potencialmente perigosa, isso porque a instabilidade política e econômica, na primeira metade do século XIX, reforçava a crença de que as “revoltas dos pobres” estavam intensamente ligadas à vadiagem<sup>130</sup>. Por isso, dar uma ocupação através do trabalho, tornando os indivíduos úteis para a sociedade, passava a ser uma preocupação do Estado brasileiro, que começava a desenvolver-se economicamente, precisando de homens bons, honestos e trabalhadores.

O crescimento populacional também levaria o Estado brasileiro, sobretudo durante a segunda metade do século XIX, a uma preocupação de ordem médico-sanitária. O período oitocentista “falará obstinamente da morte, não para enaltecê-la, mas para, a partir de amplas intervenções públicas, corrigir o curso da morte e impedir o enfraquecimento biológico das populações”<sup>131</sup>. É nesse contexto que a saúde das massas torna-se objeto de preocupação e intervenção do governo, criando um Estado que procurará intervir nas epidemias, sanear os locais públicos, moralizar os costumes alimentares e higiênicos, além de reordenar o espaço da urbe, procurando afastar das cidades aqueles que eram vistos como “lixo humano”. Nesse momento, como salienta Sidney Chalhoub, as camadas mais pobres não eram vistas como perigosas apenas porque apresentavam o risco a ordem pública; os pobres precisavam ser contidos também pelo perigo do contágio e por ameaçar a saúde das massas com a proliferação de doenças<sup>132</sup>.

Diagnosticar os hábitos nocivos da população, implantando uma vigilância sobre o tempo, o *habitat*, a localização e o corpo dos indivíduos, tornou-se uma preocupação

---

<sup>130</sup> FRAGA FILHO. Op. Cit., p. 91.

<sup>131</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 191.

<sup>132</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 29.

do Estado brasileiro no século XIX. Na Corte Imperial, principalmente a partir de 1850, as habitações dos mais pobres, especialmente os cortiços, passam a ser notadas pela administração pública. Compreende-se, nesse instante, que a proliferação de epidemias e a existência de vícios de todos os tipos teriam origem também nos hábitos de moradia das classes mais baixas<sup>133</sup>. Assim, era necessário intervir nos cortiços para impor uma espécie de controle social e prevenir a propagação de doenças que comprometessem a saúde da população. No Recife, as posturas municipais é que iriam regular a construção de casas e edifícios, além de estabelecer um controle sobre o comércio, a limpeza da cidade, as festas populares e sobre a maneira como as pessoas deveriam se comportar em público<sup>134</sup>. As posturas cumpriam ainda a tarefa de disciplinar as classes populares, procurando normalizar, no espaço da cidade, a conduta de bêbados, mendicantes, prostitutas, doentes e vadios.

Tornar a cidade limpa seria outra meta de um Estado que começava a entender que a sujeira no espaço urbano era a razão para a existência de um conjunto de doenças que atingia a coletividade. A higiene da urbe poderia prevenir e conservar a saúde da população, além de evitar o desperdício de vidas. Em Pernambuco, a questão da limpeza da cidade já preocupava a administração colonial de Luiz do Rego Barreto, que percebia os prejuízos que o lixo causava à saúde do povo, tornando o ambiente propício à multiplicação de doenças<sup>135</sup>.

No entanto, é no século XIX que se consolida as ações voltadas para a higienização da cidade na província de Pernambuco, principalmente com a criação do Conselho Geral de Salubridade Pública. Esse órgão tentaria cumprir o difícil papel de enquadrar o espaço urbano numa política sanitária que ambicionava a sua higienização e manutenção da saúde pública<sup>136</sup>. Destaca-se nessa empreitada, a figura do médico que passa a preocupar-se com as questões que iam além do simples tratamento de um doente, trazendo para o seu leque de intervenções o espaço da cidade. O que se percebe no decorrer dos oitocentos é o estabelecimento de um saber especializado que ficará a mercê de interesses políticos e de mecanismos que tiveram o interesse de cuidar, prevenir e medicar não apenas o corpo individual, mas o corpo populacional. Um saber-

---

<sup>133</sup> Idem. 29-31.

<sup>134</sup> MAIA, Clarissa Nunes. **Policiados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese (Doutorado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2001. p. 18-60.

<sup>135</sup> NASCIMENTO, Op. Cit., p. 194.

<sup>136</sup> SANTOS, Manuela Arruda dos. **Recife**: entre a sujeira e a falta de (com)postura (1831-1845). Dissertação (Mestrado em História) – DLCH, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009. p. 117-129.

poder que atuará “sobre o organismo e sobre os processos biológicos”, tendo, portanto, “efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores”<sup>137</sup>.

Foucault observa que “este Estado que tem essencialmente como alvo a população, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança”<sup>138</sup>. Nesse quesito, a estatística aparece como um dispositivo de segurança essencial para o conhecimento mais detalhado das massas. A partir dela percebe-se que a população tem uma regularidade própria no número de mortos, nascimento, de doentes, de acidentes e na sua longevidade<sup>139</sup>. A necessidade de esquadriñar a população e conhecê-la nos seus diferentes aspectos surgiu entre as diferentes preocupações do governo brasileiro no período imperial. Segundo Ilmar Mattos, competia ao Império o conhecimento da população por intermédio da organização do registro civil, de recenseamentos e da regulamentação dos direitos civis e políticos dos estrangeiros<sup>140</sup>. Esse mesmo objetivo esteve presente no governo de Francisco do Rego Barros que administrou a província de Pernambuco entre os anos de 1837 a 1844. A necessidade de gerir as massas em profundidade, minuciosamente, no detalhe, fez com que esse governo evidenciasse o problema de uma administração que ainda não estava conseguindo “organizar o mapa geral de todos os casamentos, óbitos e nascimentos que se fizeram na província”<sup>141</sup>. O esforço dessa política trouxe à tona as características de um Estado que começava a se aparelhar com novas estratégias que visavam disciplinar o espaço urbano e, sobretudo, governar seus habitantes.

Nesse empenho de governar as massas nota-se que a vida em todas as suas nuances passa ao interesse do Estado. Assim, a infância também se tornaria no Brasil do século XIX alvo das estratégias da administração imperial. Principalmente uma infância que deixava de ocupar o lugar da inocência ou do risco da exposição ao perigo, para se tornar uma infância potencialmente perigosa. Refiro-me aqui a um segmento de crianças pobres, desvalidas, abandonadas e aos órfãos pobres que juntos faziam parte de uma significativa parcela da população que habitava as cidades acompanhadas por escravos, mendigos, criminosos, prostitutas e vadios, preocupando, portanto, a administração pública. Cuidar desse segmento partia da ideia de que “uma boa parte dos criminosos e

---

<sup>137</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 302.

<sup>138</sup> FOUCAULT. Op. Cit., p. 293.

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> MATTOS. Op. Cit., p. 201.

<sup>141</sup> **Relatório dos Presidentes de Província**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2361/>>. Acesso em: 12 maio. 2012.

facínoras surgia de crianças abandonadas ou órfãs pobres”<sup>142</sup>. Diante disso, tratar a infância como problema do governo significava investir em políticas que tornasse essa fase da vida produtiva a si e aos novos interesses do Estado, combatendo desde cedo os hábitos de não trabalho da população.

Em Pernambuco, uma parcela dessas crianças que passara a ser vista como indivíduos perigosos ou um risco à ordem – caso não tivesse ocupação definida<sup>143</sup> – acabavam recrutadas pelas Companhias de Aprendizes da Marinha, localizada no Recife. Os discursos dos chefes dessas instituições visavam conseguir arrancar por meio do recrutamento milhares de menores que estavam sujeitos a adentrarem por caminhos errantes que contrariavam as expectativas de ordenação social do governo imperial. No entanto, compreendemos que o recrutamento de garotos durante o período oitocentista está vinculado a tantas outras questões ou possibilidades, destacando-se, principalmente, as novas necessidades de um Estado com tendências liberais, que evidencia em suas preocupações a importância de gerir por completo a política, os negócios, a economia, o território, a cidade e a população<sup>144</sup>.

## 2.2 O emblemático momento da força e da vontade: as formas de mobilização militar no Brasil oitocentista

Nas primeiras décadas do século XIX tornou-se evidente o grave problema enfrentado pela oficialidade brasileira no que se refere à ausência de gente para o serviço militar. A Armada Nacional, que começou a se estruturar nos embates da emancipação brasileira, convivia com a constante falta de marinhagem nos seus quadros. O recrutamento de homens se fazia necessário e urgente, tendo em vista que a recém-nação precisava consolidar o seu rompimento com o domínio português, além de se defender dos sucessivos conflitos que emergiram após a independência em 1822. Entre as limitações da Armada Imperial, após a declaração de independência, podemos destacar algumas já pontuadas por José Maria de Oliveira:

Não dispúnhamos da quantidade de meios navais necessária para o cumprimento das tarefas, a confiabilidade nas tripulações era duvidosa, já

---

<sup>142</sup> NASCIMENTO. Op. Cit., p. 200.

<sup>143</sup> Idem. p. 30.

<sup>144</sup> Ibidem. p. 28.

que em sua grande maioria eram de portugueses natos e a qualidade da frota, em termos profissionais navais, era limitada.<sup>145</sup>

Dentro das dificuldades iniciais, a Marinha vai encontrar no estrangeiro uma das principais formas de recrutar e suprir a falta de pessoas para o serviço militar, principalmente, na crítica conjuntura das guerras de Independência (1822), na Confederação do Equador (1824) e no conflito platino (1825-1828). Ainda no início de 1828, havia um expressivo contingente de marinheiros e oficiais que tinha procedência estrangeira. Os primeiros totalizavam mais de dois terços da marinhagem brasileira e últimos constituíam a metade da oficialidade, mostrando assim a grande dificuldade encontrada pela Armada Imperial de organizar e compor o seu pessoal com homens da terra<sup>146</sup>.

É importante analisarmos que a emancipação brasileira não se fechou ao ato de proclamação de 1822. Ela foi fruto de diversos momentos, antes e após a independência, que delinearão gradativamente a confirmação de uma separação política e formação de uma nacionalidade. A resistência de Portugal em reconhecer a independência, vindo apenas em 1825, as tensões que marcaram os anos posteriores a 1822 e o agitado momento que se seguiu à abdicação de D. Pedro I em 1831 evidenciaram que o ato de separação política com Portugal não significou um país constituído de uma unidade administrativa e territorial<sup>147</sup>. Apenas a persuasão política não foi suficiente para aproximar as regiões discordantes do modelo de governo imposto pelo sul após 1822. A força bruta passaria a desempenhar um papel considerável na anexação e manutenção da unidade territorial, particularmente o Norte, que se aproximava de “sentimentos decididamente republicanos”<sup>148</sup>.

Tendo esse cenário em tela, percebemos que o uso de mercenários no país tornava-se uma estratégia fundamental, principalmente no momento em que os conflitos pós-independência pediam uma intervenção rápida. A urgência de uma atuação militar e os desfalques dos regimentos brasileiros com a volta das tropas portuguesas para Europa contribuíram de forma decisiva para a contratação de estrangeiros na formação das primeiras tropas da Marinha e do Exército.

---

<sup>145</sup> OLIVEIRA, Jose Maria. A Marinha Imperial e a integração Nacional. In: AMARAL, Sonia Guarita do (Org.). **O Brasil como Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. p. 113.

<sup>146</sup> CAMINHA, Herick Marques. Organização do Pessoal da Marinha Imperial. In: MARINHA DO BRASIL. **História Naval brasileira**. Rio de Janeiro: SDMG, 2002. p. 37. v. 3.

<sup>147</sup> MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta**. São Paulo: Senac, 2000. p. 193-194.

<sup>148</sup> MELO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 29.



Por outro lado, a falta de confiança nos portugueses que faziam parte do reduzido quadro de militares da Marinha nacional, ainda em processo de estruturação, foi um dos problemas enfrentados pelo governo do Brasil, somando-se ainda, segundo Brian Vale, ao escasso número de homens brasileiros que tinham conhecimento sobre o mar e que se pudesse apelar em tempos de guerra<sup>149</sup>. A lealdade dos portugueses tornava-se duvidosa quando esses tinham que enfrentar nos campos de batalha os seus compatriotas.

Essa preocupação levou o Estado Nacional a se valer do recrutamento de oficiais veteranos que estiveram ligados à Marinha britânica, utilizando-se da experiência desses homens para enfrentar a difícil conjuntura que tomava a nação. Para essa importante tarefa de conseguir homens e líderes para Armada Nacional, o governo brasileiro pôde contar com a habilidade e coragem de seu agente em Londres, o General Felisberto Caldeira Brant Pontes, que se tornou um forte mediador na compra de armas e artigos navais, além de burlar as determinações da lei de alistamento no exterior conforme nos mostra Vale:

Para fugir às determinações da Lei de alistamento no Exterior (*o Foreign Enlistment Act*) de 1819, que proibia o recrutamento para guerras nas quais a Grã-Bretanha se mantivesse neutra, Caldeira Brant se valeu da ficção de que os recrutas eram colonos que emigrariam para o Brasil com o propósito de exercerem profissões agrícolas. Em todos os documentos, os marinheiros eram cuidadosamente descritos como “agricultores” e os oficiais eram denominados “feitores”.<sup>150</sup>

Foi de artimanhas iguais a essa descrita acima que o Estado pôde amenizar a carência de marinhagem e oficialidade da Marinha brasileira, rompendo também com a forte dependência dos militares portugueses. No entanto, apesar de todos os esforços do Governo, ainda era insuficiente o número de homens na Armada, sendo necessário o emprego de outras medidas para sanar o grande vazio nos quadros militares. Enquanto o alto comando destinou-se aos filhos da elite aristocrata, a base da hierarquia da Armada Imperial seria suprida por pobres, mendigos, criminosos, pescadores, menores abandonados, órfãos e índios. Para o recrutamento desses últimos tornou-se necessário a criação de um conjunto de dispositivos (leis, decretos e decisões) a fim de animar em cada província do Império a construção de uma reserva de marinheiros.

---

<sup>149</sup> VALE, Brian. A Criação da Marinha Imperial. In: MARINHA DO BRASIL. **História Naval do Brasil**. Rio de Janeiro: SDGM, 2002. p. 82. v. 3.

<sup>150</sup> VALE. Op. Cit., p. 78.

No entanto, os esforços empreendidos pelo Estado imperial encontraria pela frente a forte rejeição de uma parcela da população ao serviço das armas. Serviço que desde o período colonial foi acompanhado de negativas experiências. Segundo José Murilo de Carvalho, o caráter violento do recrutamento, os prolongados anos de serviço e as difíceis condições do recruta – submetido, inclusive, ao castigo físico – afastava desse tipo de atividade o surgimento de uma experiência de dever cívico, ao passo “que fazia dele um tormento de que todos procuravam fugir”<sup>151</sup>.

Acompanhado por diferentes significações, o serviço militar por muito tempo esteve associado a uma parcela da população vista como perigosa, indesejada, ou até mesmo àqueles considerados incorrigíveis. Ainda no período colonial, o termo “soldado” era utilizado para nomear aqueles que vinham como degredados para colônia, ou melhor, um eufemismo adequado para um exilado condenado que vinha de fora. Os quartéis cumpriam a difícil tarefa de afastar dos lares “honrados” e da convivência social aqueles homens considerados perigosos pelo poder público, absorvendo em suas divisões pessoas de toda sorte<sup>152</sup> como descreve Caminha na citação adiante:

A administração em breve iria recorrer a medidas de extremo desespero – 50 condenados do navio presídio foram perdoados e enviados para bordo dos vasos de guerra como marinheiros; uma ordem especial permitiu que os escravos servissem como marinheiros; e os recrutadores começaram a freqüentar as tabernas agarrando marinheiros de qualquer nacionalidade com emprego da força.<sup>153</sup>

A base da hierarquia militar tanto do exército quanto da Marinha tornou-se o espaço de envio daqueles sujeitos que precisavam ser afastados do convívio dos cidadãos de bem – aqueles indivíduos vistos pelo poder público como incapazes de oferecer algo a sociedade, a não ser o próprio perigo de estarem soltos. Nesse sentido, durante o decorrer do século XIX, os quartéis seriam também os celeiros para onde seria enviada parte dos criminosos capturados pelas autoridades policiais. O historiador Wellington Barbosa aponta em seu trabalho uma situação que descortina bem essa questão: a captura de uma quadrilha de bandoleiros que foram presos em 1835 após algumas diligências do chefe de polícia e o juiz de paz do distrito de Boa Viagem e Loreto em Pernambuco. Como solução, o chefe de polícia recomenda que os

---

<sup>151</sup> CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 37.

<sup>152</sup> BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, razão e nação no Brasil, 1864-1945/ tradução Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 33-34.

<sup>153</sup> CAMINHA, Herick Marques. Organização do Pessoal da Marinha Imperial. In: MARINHA DO BRASIL. História Naval brasileira. Rio de Janeiro: SDMG, 2002, v. 3. p. 82.

bandoleiros fossem enviados como recrutas à Marinha – único meio, segundo a autoridade, que se mostrava proveitoso para livrar a sociedade dos malfeitores<sup>154</sup>. Um ano antes caso, o promotor público do Recife, José Tavares Gomes Fonseca, solicita ao presidente da província que os presos por vadiagem fossem entregues às fileiras da Marinha<sup>155</sup>.

Esses exemplos fazem aparecer um dado importante: o recrutamento para a Marinha tornou-se por diversos momentos uma forma de punição a crimes ou práticas transgressivas da população pobre. Não é de se estranhar que durante a maior parte do século XIX as autoridades policiais enviassem seus prisioneiros ao serviço militar. Essa prática contribuiu para tornar os níveis mais baixos da hierarquia militar como o espaço que seria destinado também àqueles que viviam no “ócio criminoso”<sup>156</sup>. Percebe-se, portanto, que fazer do homem comum um recruta esbarrava na repulsa que esse teria ao saber que poderia ser confundido com um criminoso no momento que entrasse na vida militar.

Fábio Faria Mendes destaca que ser recruta no Brasil imperial era estar sujeito a prolongadas privações, severas punições físicas, trabalhos pesados e a difíceis condições de alojamento<sup>157</sup>. Gradativamente o recrutamento e o serviço militar ganharam significações negativas, carregando um conjunto de símbolos que muitas vezes era completamente rejeitado pela população. A rígida disciplina e as duras formas de mobilização militar foram responsáveis por diferentes debates políticos no decorrer dos oitocentos, fazendo surgir importantes mudanças após a guerra do Paraguai. Todavia, as práticas violentas e arbitrárias do serviço militar, no Brasil, praticamente ficaram inalteradas até 1874<sup>158</sup>.

Por outro lado, não se pode compreender a dinâmica do recrutamento e os seus desdobramentos se não levarmos em conta as redes de isenções e privilégios que acompanharam a mobilização militar na maior parte do período imperial. Essas redes estiveram presentes de forma marcante no período colonial e também fizeram parte das

---

<sup>154</sup> SILVA. Op. Cit., p. 139.

<sup>155</sup> COSTA, Edlúcia da Silva. **As Agruras e Aventuras do recrutados no Recife (1822-1850)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2002. p. 92.

<sup>156</sup> BEATTIE. Op. Cit., p. 58.

<sup>157</sup> MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 44.

<sup>158</sup> Idem . p. 126. A lei de 1874 estabeleceu o alistamento militar e o sorteio para jovens entre 19 e 30 anos, além da abolição dos castigos corporais e das compensações aos voluntários que servissem por vinte anos ou mais.

principais relações hierárquicas do Brasil oitocentista. Diluído no tecido social, o modelo clientelar de relações marcou um sistema de trocas “cujas principais moedas foram fidelidades, serviços e mercês”<sup>159</sup>. O Estado imperial, por sua vez, com suas evidentes limitações na máquina pública e com uma população maciçamente rural, teve que enfrentar cotidianamente a intervenção dos notáveis em questões importantes da administração imperial. Intervenção que acontecia em questões rotineiras de ordem policial, judicial, além das eleições e do próprio recrutamento de homens para as diferentes forças militares<sup>160</sup>.

Frente a essa análise, compreendemos as razões pelas quais o recrutamento esteve preso a uma lógica hierárquica que isentava alguns e submetia outros ao serviço militar. No movimentado jogo do recrutamento a probabilidade de o indivíduo ser recrutado estava diretamente relacionado com o seu grau de aproximação de grupos detentores de privilégios e isenções. Ou seja, aqueles que queriam livrar-se do serviço militar deveriam procurar abrigo sob o manto protetor daqueles que, pelo prestígio político ou econômico, poderiam oferecer imunidade. Na lógica clientelar o sujeito não se tornava alvo do recrutamento apenas por sua situação social desfavorável. Não estar sob a capa protetora de um determinado notável, em muitos casos, era um sinal muito mais relevante para aqueles que tinham a missão de mobilizar homens para forças militares.

Portanto, os homens pobres do Brasil Imperial que queriam driblar o violento recrutamento desenvolvido pelo Estado brasileiro viam-se obrigados a servir a alguém capaz de oferecer a tão almejada imunidade. Enquanto os clientes dedicavam reconhecimento e obediência, os patrões ofereciam proteção, alguns privilégios e abrigo aos que careciam esquivar-se da mobilização forçada. Nesse jogo, prevaleciam desejos que se manifestavam em direções opostas. Por um lado havia aqueles que queriam aumentar suas redes de clientes, reunindo forças que serviram em configurações específicas. E de outro lado, assistia-se a um exército de pessoas que dependiam de grupos detentores de força política e econômica. Constituíam-se a matriz dessas relações o favor ofertado em troca da obediência cumprida. Essa prática alimentava uma rede de lealdade, subordinações e proteção que juntas definiam a lógica clientelar que

---

<sup>159</sup> MENDES. Op. Cit., p. 61.

<sup>160</sup> Idem. p. 65.

acompanhou a história do Brasil em diferentes séculos<sup>161</sup> e, especificamente, a história do recrutamento brasileiro no período oitocentista.

Dessa forma, o preenchimento necessário às fileiras da Marinha tornou-se uma tarefa difícil de ser executada pelas autoridades encarregadas da administração militar no Brasil Imperial. Mesmo em tempos de paz e com o grande esforço dos recrutadores, os quartéis dificilmente estiveram completos com o contingente necessário, apresentando quase sempre significativos desfalques. Mudar essa realidade exigiu grandes esforços do Estado e deu ao recrutamento diferentes configurações ao longo do período oitocentista, fazendo aparecer uma complexa rede de relações de privilégios, estratégias políticas, resistências e compromissos.

Na Armada brasileira, durante a maior parte do século XIX, fora a contratação de mercenários estrangeiros para servir de mão de obra militar, o recrutamento iria acontecer de três maneiras: recrutamento de homens à força pelas autoridades responsáveis pela mobilização militar, voluntários e alistamento de menores pelas Companhias de Aprendizes Marinheiros e Aprendizes Artífices.

Antes da criação das instituições militares voltadas para o alistamento de menores, concentradas, sobretudo, a partir do segundo reinado, as guarnições dos navios de guerra foram supridas por intermédio do alistamento de voluntários e do recrutamento sob a utilização da força. Os esforços de conseguir homens para formar as fileiras da Marinha Nacional se procederam na Corte e nas diferentes províncias do país. Os responsáveis pelo alistamento ou os recrutadores vinham tanto de autoridades militares (os capitães de portos, os comandantes de estações navais e os comandantes dos navios soltos) como de lideranças civis (os ministros de justiça e os presidentes de província).

Para as províncias competia a tarefa de recrutar uma quantidade anual de homens fixada pelo governo, de acordo com a localidade, e enviá-los como contribuição à Corte. Para isso, contavam-se os respectivos presidentes com as suas autoridades policiais e locais na busca dos voluntários e daqueles que eram recrutados à força nos navios mercantes, ruas e tabernas<sup>162</sup>. A malha responsável pelo recrutamento mobilizava-se durante o ano inteiro à procura de homens para completar os quadros da

---

<sup>161</sup> Sobre a discussão do clientelismo no Brasil Imperial, ver: GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

<sup>162</sup> **Coleção de leis do Império brasileiro**. Decreto nº 1.591 de abril de 1855. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

Marinha. Nesse momento, os braços do Estado conseguiria alcançar não apenas as capitais das províncias, mas iria avançar até as suas regiões mais interioranas como mostra a tabela do recrutamento em Pernambuco no ano de 1857:

**Quadro 4: Relação dos homens recrutados nas comarcas da província de Pernambuco 1857**

Comarcas onde devem ser apurados os recrutados	Recrutados para o Exército	Recrutados para a Marinha	Total
Recife	74	20	94
Goiana	25	7	32
Cabo	19	5	24
Rio Formoso	26	7	33
Nazareth	17	5	22
Pau D' alho	14	5	19
Limoeiro	28	7	35
Santo Antão	17	5	22
Bonito	27	7	34
Garanhuns	36	10	46
Pajeú das Flores	12	4	16
Tacaratú	7	2	9
Brejo	18	5	23
Boa vista	40	11	51
Soma	360	100	460

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO. 02 ago. 1857.

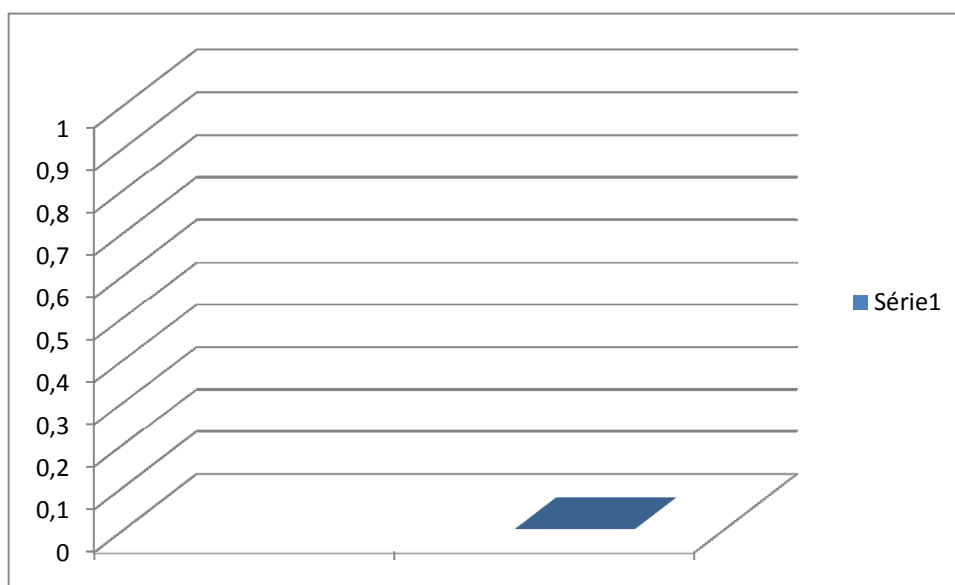
Os dados do quadro mostram em uma primeira análise que o recrutamento estava verdadeiramente diluído nas diferentes localidades da província. O Recife evidencia um expressivo número de recrutados, mas é importante destacarmos que a cidade apresentava um centro urbano expressivo, chegando a ser a terceira cidade do Império em população no final da primeira metade do século XIX<sup>163</sup>. Isso certamente influenciou na maior quantidade de homens tomados à força para serem enviados para Marinha e para o Exército, levando em conta que o recrutamento deveria ser proporcional ao número de habitantes de cada comarca. Vale analisar também que os 360 recrutados levados para o exército mostram o quanto essa força militar recrutava mais

<sup>163</sup> ARRAIS, Raimundo. **O pântano e Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 113.

homens do que a Armada nas diferentes comarcas da província. Esses dados esclarecem que era muito provável que a primeira força tivesse determinações de receber um número de recrutas mais elevado do que a Marinha de Guerra.

O recrutamento forçado se tornou a estratégia de mobilização militar mais utilizada pelo Estado imperial, fazendo desse mecanismo uma forma de compensar a falta de efetivos nos quadros da Marinha, principalmente, em momentos de conflito militar – considerando que ao longo do século XIX o número de voluntários que se apresentavam à Marinha era insuficiente às suas necessidades. Em Pernambuco a quantidade de voluntários enviados a fortaleza de Willegaignon, no período de 1860 a 1864, foi expressivamente inferior, porque não dizer insignificante, daqueles que foram recrutados à base da força.

**Gráfico 1: Dados dos recrutados e dos voluntários enviados à Fortaleza de Willegaignon entre os de 1860 a 1864**



Fonte: Ministério da Marinha. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 12 maio 2012.

É importante destacar que os quatro voluntários destacados no gráfico foram enviados à fortaleza de Willegaignon apenas no ano de 1864. Ou seja, de 1860 a 1863 nenhum voluntário teria se apresentado as autoridades responsáveis pelo alistamento em Pernambuco. Por outro lado, nesse mesmo recorte a província enviaria de 1860 a 1864, ano a ano, respectivamente 24, 47, 76, 20 e 85 recrutas. Esses dados asseveram que o serviço militar, quando não obrigava aos homens essa atividade, dificilmente eles se envolveriam com ela por vontade própria.

Nota-se que o recrutamento forçado nitidamente seria a representação daquilo que ficou conhecido como “imposto de sangue” no Brasil durante o século XIX. A lógica subjacente a esse termo expõe as características de uma forma arbitrária, sangrenta e, até mesmo, desigual de prestação de serviço militar. Faz aparecer um Estado que não mediu esforços na hora de acorrentar prisioneiros, mendigos, capoeiras, menores abandonados, vadios, desordeiros e enviá-los a difícil tarefa de pagarem um tributo que em diversas situações se tornou verdadeiramente de sangue.

O uso da força no processo de mobilização das massas para a atividade militar no Brasil imperial não denota apenas a ausência de homens nos quadros da Marinha e do Exército brasileiro. É certo que essa preocupação era presente e urgente durante a maior parte do período oitocentista. No entanto, a violência e as arbitrariedades do Estado trazem à tona também a pretensão do governo de administrar a vida e o corpo da população. Para isso, fazia-se necessário utilizar-se de diferentes mecanismos, inclusive o uso da força, para organizar as massas e afastar o perigo da desordem, cumprindo uma nova agenda política no direcionamento não apenas de uma parcela da população vista como perigosa, mas na administração de todo o corpo social.

Em contrapartida, o voluntariado, para alguns, foi a forma mais branda que o Estado imperial encontrou para o preenchimento das tropas brasileiras, visto que nesse formato de serviço militar eram respeitadas as vocações, além de privilegiar o mecanismo de mercado e limitar as ações autoritárias do Estado imperial com o recrutamento forçado. As recompensas materiais oferecidas atraíam tantos os indivíduos-alvos do recrutamento como aqueles que eram responsáveis pelo processo<sup>164</sup>.

No aviso de 30 de janeiro de 1841 vemos que aqueles que queriam assentar praça voluntariamente no Corpo de Artilharia ou nos Arsenais da Marinha tinham que ser cidadãos brasileiros, de 15 anos de idade e não mais de 30 anos, e não portadores de defeito físicos que os limitassem no serviço militar<sup>165</sup>. Esse aviso ainda confirmava a concessão de uma gratificação de 50 mil réis, podendo os indivíduos maiores de idade e os menores receberem após um ano de serviço – no caso dos menores, os pais tinham a responsabilidade do recebimento.

---

<sup>164</sup> MENDES. Op. Cit., p. 49.

<sup>165</sup> **Coleções de leis do Império Brasileiro**. Decisão N° 288 de 30 de janeiro de 1841. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-27/indice-27.pdf>>. Acesso em: 12 maio. 2012.



Portanto, as recompensas oferecidas ao corpo de voluntários traziam certa vantagem, quando comparamos àqueles que eram tomados à força nos logradouros públicos ou perambulando nas ruas das cidades. Pois, enquanto esses últimos tinham que conviver com o fato de serem obrigados às difíceis condições da rotina militar, os voluntários recebiam certos incentivos materiais, além de gozarem de maior estima pública. Para os voluntários o tempo de serviço militar era de nove anos, enquanto os engajados de forma violenta, além de passarem quinze anos de serviço obrigatório, deixavam de receber os prêmios em dinheiro ou em terras destinados ao voluntariado<sup>166</sup>. As gratificações não se limitavam apenas aos alistados voluntariamente, mas também estavam direcionadas à malha responsável por esse processo de alistamento. Os prêmios oferecidos aos “agenciadores de voluntários” eram o “empurrão” e o incentivo que esses precisavam para mostrarem toda eficiência possível na difícil conjuntura de ajuntar homens para a Marinha. No desenhar desse processo, cabe pensarmos que aquilo que talvez fosse destinado ao incentivo servisse, como destacou Álvaro Pereira do Nascimento, para alimentar sanha de muitos agentes do alistamento; tornando a mobilização de voluntários uma forma de levantar lucros para policiais, oficiais e outros indivíduos que se ofereciam ao trabalho de arregimentar marinheiros. Destaca-se ainda que muitos desses homens, movidos pelo desejo do ganho, acabavam fazendo do alistamento, em muitas situações, uma forma sutil de engajamento forçado – levando em consideração que muitos dos que se apresentavam como voluntários, na verdade, não passavam de homens involuntariamente alistados à força pelos “caçadores de recompensas”<sup>167</sup>.

Desse jeito, as dificuldades se agravavam porque os recrutados à força e os voluntários não se apresentavam em números satisfatórios. Diante de tal situação, tornava-se “impraticável a incorporação anual de grandes números”<sup>168</sup>, levando autoridades a não hesitarem no prolongamento dos termos de serviços. Essa foi outra forma que a Armada encontrou para conseguir vencer a escassez em seus quadros: confinando por mais tempo em suas divisões os marinheiros que tivessem completado o tempo de serviço. Para isso, era oferecida, além dos soldos competentes às suas respectivas classes, uma gratificação de mais de um terço do mesmo soldo. Os imperiais marinheiros, por exemplo, quando completavam doze anos de carreira, poderiam

---

<sup>166</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da Marujada**: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 69.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> MENDES. Op. Cit., p. 40.

prolongar esse tempo de serviço por mais quatro anos, chegando a um tempo de dezesseis anos de prestação de trabalho militar. Havendo completado esse período na Marinha, os Imperiais Marinheiros recebiam uma pensão que seria equivalente à metade do valor do seu soldo<sup>169</sup>.

Nessa situação, o alongamento do serviço das armas acabava prendendo os marinheiros por longas datas, contribuindo para que muitos oferecessem resistência a uma vida acompanhada de prolongadas privações. De acordo com o relatório do Ministério da Marinha de 1855, essa foi uma das dificuldades enfrentadas pelos responsáveis pelo processo de mobilização de homens para a Armada, pois, segundo relatório, o confinamento da vida militar “contrariava todos os hábitos de liberdade e dissipação da marinhagem”<sup>170</sup>.

Diante de tais dificuldades, o recrutamento e o alistamento de menores tornaram-se alternativas importantes no processo de formação e reposição das fileiras da Armada brasileira. Esse tipo de mobilização militar trouxe significativas contribuições à Marinha, sobretudo após a criação das Companhias de Aprendizes Marinheiro. Durante o transcorrer do século XIX, principalmente, na difícil conjuntura da Guerra do Paraguai, os menores foram assumindo gradativamente o lugar dos adultos nos navios de guerra, cumprindo, ao mesmo tempo, as pretensões do Estado de disciplinar essa parcela da população que precisava ser inserida em atividades produtivas.

### 2.3 Voluntários e involuntários: a mobilização de menores para as Companhias de Aprendizes Marinheiro

Tendo-se já criado Companhias de Aprendizes Marinheiros nas províncias de Matogrosso, Bahia, Pernambuco, Pará e Santa Catarina, sendo elas um verdadeiro viveiro, donde devem sair as praças, que, entrando para o respectivo corpo, vão depois fazer parte das guarnições dos navios da Armada.<sup>171</sup>

As palavras acima fazem parte do relatório do Ministério da Marinha de 1858. A partir delas compreende-se quais seriam as funções das Companhias de Aprendizes no decorrer do século XIX. Essas instituições seriam, como exposto na citação, verdadeiros

---

<sup>169</sup> **Coleção de leis do Império brasileiro.** Decreto nº 411 de abril de 1855. Artigo 29º. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 12 maio 2012.

<sup>170</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1855. p. 6. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 12 maio 2012.

<sup>171</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1858. p. 3. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 12 maio 2012.

viveiros, de onde deveriam sair as praças, aqueles que fariam parte das futuras guarnições dos navios da Armada. Foi no envio de menores a esses estabelecimentos que o Estado depositou parte da responsabilidade de suprir a ausência de homens na Marinha de Guerra. Para isso, o país ganharia escolas de formação de marinheiros de norte a sul, trazendo às províncias o papel de alistar e formar os futuros membros da marujada.

O engajamento de menores em atividades ligadas ao mar é uma herança que vem desde o período colonial. Todavia, foi durante o século XIX, especificamente, a partir do segundo reinado, que essa prática aparece acompanhada do estabelecimento de instituições de formação de marinheiros. O alistamento de crianças para as Companhias de Aprendizes Marinheiro inauguraria outra forma de pensar a formação de homens para Marinha. Nesse formato, seria priorizada, pelo menos em tese, a construção de tropas que fossem desde cedo disciplinadas e ambientadas às atividades náuticas. Vale destacar que o recrutamento forçado acabava trazendo uma gama de homens que não tinham habilidade alguma para o ambiente militar. O despreparo para a vida no mar, os atos de indisciplina dentro dos navios de guerra e as constantes deserções trouxeram à tona os males de um modelo arcaico e violento de mobilizar homens para a Marinha brasileira.

O alistamento de menores para as Companhias de Aprendizes da Marinha, por outro lado, criava a possibilidade de formar tropas profissionais. Os aprendizes dessas instituições, como foi visto no primeiro capítulo, recebiam o treinamento específico de um marinheiro. Eram apresentados, logo cedo, a rotina e a disciplina próprias de um homem do mar. Meninos que ainda na juventude seriam destinados a ocupar os espaços vazios que o recrutamento forçado e o alistamento de voluntário não conseguiriam preencher. Nesse caso, essa alternativa apresentava não só uma forma viável de suprir as tropas da Marinha de Guerra, mas, sobretudo, a possibilidade de ter marinheiros habilitados e disciplinados para atuarem de forma eficiente nessa força militar.

O alistamento de crianças para Armada aconteceu por diferentes caminhos. Os enjeitados das casas de caridades foram uma das fontes que contribuíram para alimentar os quadros dessas instituições. Enviados pelos responsáveis da Santa Casa de Misericórdia ou por outros estabelecimentos semelhantes, os meninos eram inseridos na vida militar ainda nos primeiros anos de juventude. Os voluntários matriculados pelos pais e os enviados pela polícia seriam outras possibilidades de se conseguir menores para Companhias.

Vale salientar que muito desses meninos enviados pela polícia eram recolhidos nas ruas sob o uso de força, configurando-se não como alistamento voluntário, mas como recrutamento forçado. Os chefes de polícia, responsáveis por esse tipo de recrutamento, agiam como braço forte dos presidentes de província nos assuntos ligados à formação de reserva de marinheiros. A força era um mecanismo que essas e outras autoridades não hesitaram em utilizar para recolher das ruas os pequenos peraltas ou larápios, como eram chamados por essas autoridades. Essa medida foi autorizada pelo regulamento das Capitânicas dos portos, que não isentavam do recrutamento, os menores que apresentassem algum tipo de capacidade para o ingresso na “profissão marítima”<sup>172</sup>.

O inspetor do Arsenal da Marinha do Pará, chamando a atenção para questões que impedia o preenchimento da Companhia de Aprendizes que estava confiada ao seu comando, destacou a importância de se adotar o recrutamento forçado em uma província que, segundo ele, era em geral apta para a vida marítima. De acordo com inspetor, era conveniente o recrutamento na província, porque abundava no litoral da capital crianças vivendo na orfandade e na miséria<sup>173</sup>. Para essas autoridades, tornou-se um clichê pensar que o envio de menores para as instituições militares fazia, de meninos vadios e desocupados, homens úteis e sãos para sociedade<sup>174</sup>.

Eram retirados das ruas aqueles garotos que estavam, segundo o discurso das autoridades, aumentando as fileiras dos desocupados ou ameaçando as propriedades e as vidas dos cidadãos. Esses tinham que ser afastados da mendicância ou vadiagem e serem colocados como reserva útil ao Estado. A preocupação de não deixar esses meninos na condição de vadios, dando-lhes uma ocupação, era visível mesmo quando esses eram retidos nas companhias temporariamente com a finalidade apenas de correção. Talvez esse tenha sido o caso de João Batista dos Santos visto na citação abaixo:

Não é exato o que alega a suplicante Joana Maria da Conceição no requerimento junto com referência João Baptista dos Santos, visto que este não se acha recrutado, mas servindo como aprendiz de 7º classe da oficina de carpinteiro deste Arsenal a bordo da Curveta-União – a fim de corrigir-se em consequência de sua qualidade de vadio, pelo qual tem que ser aí retido temporariamente.<sup>175</sup>

---

<sup>172</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1856. p. 4. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 12 maio 2012.

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> FRAGA FILHO. Op. Cit., p. 128.

<sup>175</sup> Ofício de Antonio dos Santos, Inspector do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, Conselheiro Sergio Pereira de Macedo. APEJE, Série A.M. 1857. n. 9.

De alguma maneira, é perceptível que antes da preocupação de acolher crianças com o intuito de oferecer amparo a seres desvalidos, existia o cuidado de recolher das ruas meninos que precisavam ser reprimidos em seus hábitos de não trabalho e vadiagem. Menores que por não estarem ocupados em alguma atividade, considerada produtiva, corriam o risco de se envolverem com a vadiagem e ociosidade do mundo das ruas, incorporando hábitos e costumes que não eram aceitos pelos poderes públicos. Assim, fazer uso do recrutamento dava ao governo provincial a possibilidade de varrer das cidades os pequenos vadios ou garotos delinquentes que habitavam o espaço urbano. É bem provável que assim entendesse o Juiz municipal de Olinda ao enviar à Companhia de Aprendizes Marinheiro o menor José Maria da Paz:

O menor José Maria da Paz, que a suplicante Rita Maria da Rocha diz ser seu filho, foi remetido a esta inspeção pelo juiz municipal de Olinda, em 13 de janeiro do ano próximo passado, com o ofício da cópia junta, como apto para servir na Companhia de Aprendizes Marinheiro desta província, por não existirem os pais e vagar nas ruas, isto, além de entregar-se ao crime de furto, e ser de gênio irascível e maleveado; o que tudo for dar o seguinte destino, mesmo em vista destas últimas causas, para o bem da sociedade.<sup>176</sup>

Em suma, segundo o inspetor do Arsenal da Marinha, era justificável que o menor fosse remetido a Companhia de Aprendizes Marinheiro, primeiro por mostrar-se apto a ingressar na vida militar; segundo, o fato de encontrar-se sem a tutela dos pais, vagando pelas ruas cometendo o crime do furto, evidencia, na análise do documento, outra razão para o recrutamento do garoto. Fica claro, nesse exemplo, que as instituições de serviço militar cumpriram tarefa de recolher em suas divisões os pequenos larâpios que precisavam ser disciplinados e afastados das cidades. O serviço das armas se empenharia em fazer dos meninos de “gênio irascível”<sup>177</sup>, como exposto nas palavras do inspetor, marinheiros prontos para servir à nação. A disciplina militar seria um meio de correção a essa parcela da população que também se tornara alvo da administração pública.

Assim, percebe-se que o recrutamento de menores se tornava uma prática significativa para os governos provinciais e para as suas autoridades locais. Era através dele que os presidentes de província, chefes de polícia e delegados conseguiriam tirar

---

<sup>176</sup> Ofício de Eliziano Antonio dos Santos, Inspetor do Arsenal da Marinha, ao Presidente da Província, Conselheiro Luiz Barbalho Muniz Souza. APEJE, série A.M. 1859. n. 436.

<sup>177</sup> O termo esteve ligado a diferentes significados, mas é provável que no documento estivesse fazendo referência aos meninos que tinha facilidade para a ira e para o comportamento colérico. SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. v. 2, p. 181. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/irascivel>>. Acesso em: 12 maio 2012.

das cidades parte de uma infância vista como problema. Uma estratégia que beneficiava de um lado a administração pública e de outro a Armada imperial que era suprida com braços para o serviço militar. No entanto, os esforços para o alistamento e captura desses meninos não seria uma tarefa fácil de ser executada.

Segundo Nascimento, para conseguir alcançar o número de alistamento estipulado pela Corte, saíam ofícios do ministro da justiça e dos presidentes de província para os chefes de polícia informando da necessidade de homens para a Marinha. Por outro lado, os chefes de polícia enviavam ofícios aos delegados e subdelegados da capital e das demais localidades da província<sup>178</sup>. Segundo o autor, esses avisos conseguiam viajar os diferentes lugares do país, alcançando do mais simples policial até aqueles que se ofereciam para o serviço de captura de novos marinheiros. Não há dúvidas de que o recrutamento e o alistamento de menores foram parte dessa difícil conjuntura de mobilização de pessoas para Marinha de Guerra. Eles também seriam alvo dos recrutadores, além de se tornarem peças centrais no processo de reposição das fileiras da Armada durante o século XIX.

A Capitania dos Portos estava na direção dos garotos que passavam pelo recrutamento forçado ou daqueles que eram enviados pelos pais, tutores e pelas casas de caridade<sup>179</sup>. Até a criação da Companhia de Aprendizes de Pernambuco em 24 de outubro de 1857, parte dos garotos e jovens que chegavam à Capitania dos Portos, localizada no Arsenal da Marinha, eram remetidos à Companhia de Aprendizes Marinheiro da Corte, que funcionava desde 1840. Diferentemente disso, os menores que não seguiam para Corte, permaneciam no Estado e serviam como educandos da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal.

Porém, quando criada, a Companhia de Aprendizes Marinheiro de Pernambuco passou a apresentar significativas contribuições à Força Naval brasileira. A mobilização de crianças para esse estabelecimento vinha das diferentes comarcas da província e até de províncias vizinhas<sup>180</sup>. Era comum a essa companhia, assim como às outras, entregar parte dos seus efetivos para serem enviados à corte. O caso do menor Manoel Ramos da Cunha e o menor Euzébio Barbosa nos ajuda a elucidar essa questão. Os garotos foram recrutados pelo subdelegado da Freguesia de São José e tiveram seus nomes

---

<sup>178</sup> ÁLVARO NASCIMENTO. Op. Cit., p. 68.

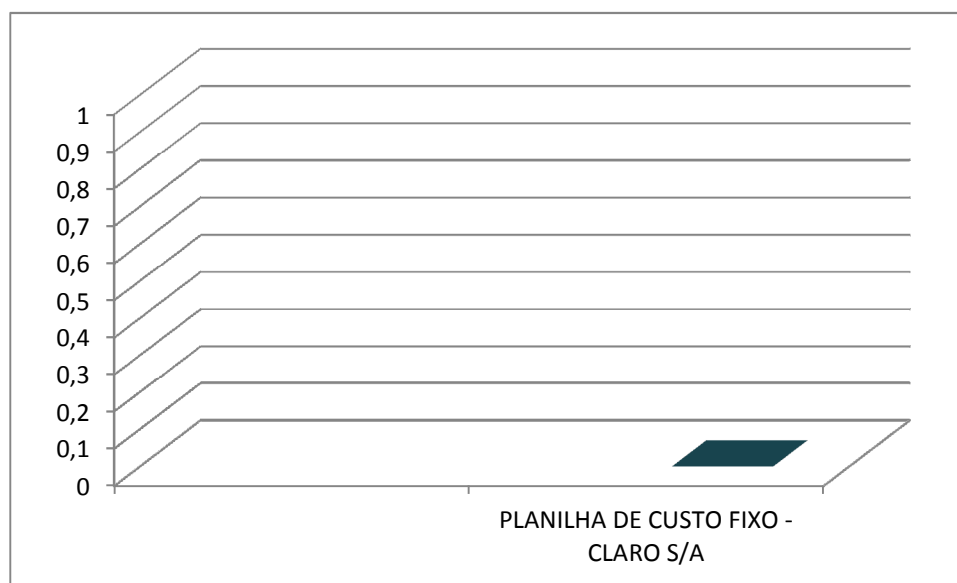
<sup>179</sup> **Coleção de leis do Império brasileiro**. Decreto nº 1.591 de abril de 1855. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 12 maio. 2012.

<sup>180</sup> Mapa nominal dos menores admitidos no Arsenal da Marinha de Pernambuco. APEJE, série A.M. Inspeção do Arsenal da Marinha de Pernambuco em 4 de abril de 1857. p. 164.

mencionados em ofício do Inspetor do Arsenal da Marinha ao presidente da província. Na ocasião, o chefe do Arsenal pedia que os recrutados fossem enviados à Corte no próximo vapor que chegaria dos portos do Norte<sup>181</sup>. Assim como eles, outros jovens garotos seriam enviados à Marinha de Guerra todos os anos, cumprindo a difícil tarefa de manter vivos os efetivos dessa força.

Contudo, foi observado nos relatórios do Ministério da Marinha que a maior parte das crianças que seguiram para as fileiras da Fortaleza de Willegaignon resultou de uma mobilização voluntária e não do recrutamento forçado. Uma aparente inversão daquilo que vimos no engajamento de homens adultos durante os anos de 1860 a 1864. Esses últimos tiveram nitidamente um elevado número de homens tomados à força, quando comparamos ao reduzido quadro de voluntários que se apresentaram à Armada não apenas nesse período, mas durante a maior parte do século XIX.

**Gráfico 2: Dados dos menores recrutados e dos voluntários enviados à Fortaleza de Willegaignon entre os de 1860 a 1864**



Fonte: MINISTÉRIO DA MARINHA. Disponível em:  
<<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 12 maio 2012.

É importante levarmos em consideração que os dados do gráfico possivelmente não revelam o que de fato foi a prática de engajamento de menores no Brasil. O aparente predomínio de voluntários em Pernambuco e nas demais províncias não torna o envio de crianças ao serviço militar uma realidade mais branda ou menos violenta do

<sup>181</sup> Ofício de Eliziano Antonio dos Santos, Capitão do Porto para o Presidente da Província, Conselheiro Sergio Pereira de Macedo. APEJE, Série A.M. 1857. n. 49.

envio de adultos a essa mesma atividade. Parte desses meninos que aparecem como voluntários, na verdade, foram tomados à força nas ruas pelas mãos arbitrárias da polícia e de outras autoridades responsáveis pelo recrutamento. Walter Fraga Filho, em seu trabalho, faz aparecer uma situação que atesta bem essa questão: o aprisionamento de cinquenta menores vadios, sendo alguns devolvidos para os pais, mestres e senhores, enquanto outros recrutados para a Companhia de Aprendizes Marinheiro da Bahia<sup>182</sup>. Situações iguais a essas, permite-nos entrever o quanto as autoridades responsáveis pela vigilância da cidade contribuíram para aumentar os números dos supostos voluntários.

Vale destacar, também, que boa parte daqueles que eram alistados como voluntários nas companhias de aprendizes foram entregues pelos pais ou por instituições de caridade. Esses menores eram inscritos nas companhias por imposição de seus familiares ou de outros estabelecimentos que se utilizavam dessas instituições para fins diversos. Ou seja, possivelmente um grande contingente de crianças estava nas companhias de aprendizes não por escolha própria, mas por escolha de seus responsáveis. Aliás, a possibilidade de escolha, no decorrer do século XIX, dificilmente era algo ofertado a esses menores. Muito pelo contrário, o normal eram eles crescer com a imposição do mundo adulto. Pensando assim, compreendemos que ser identificado com voluntário nas estatísticas da Marinha de Guerra nem sempre significava que o menor havia escolhido fazer parte dessas instituições.

O elevado número de crianças voluntárias em relação ao número de recrutas torna-se ainda mais problemático, porque não dizer suspeito, quando observamos as dificuldades que a Armada teve durante a maior parte do oitocentos com a mobilização voluntária. É uma presença constante nos relatórios do Ministério da Marinha a exposição da falta de êxito que as autoridades envolvidas no processo de engajamento de menores enfrentavam. Para Renato Pinto Venâncio, os pais e tutores atendiam prontamente aos chamados dos administradores do Arsenal, visto que, enviá-los para essa instituição, podia significar uma atitude de preocupação e desvelo familiar<sup>183</sup>.

Em oposição a isso, vemos que em Pernambuco não eram todos os pais e tutores que atendiam prontamente aos chamados daqueles que se desdobravam para atingir os números de recrutas esperados pela Corte. Apesar dos prêmios oferecidos para os meninos que se apresentavam voluntariamente e do aprendizado profissional, ainda

---

<sup>182</sup> FRAGA FILHO. Op. Cit., p. 117.

<sup>183</sup> VENÂNCIO. Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: Mary Del Priore (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 199.



existiam aquelas famílias que se mostravam resistentes a entregar seus filhos à vida militar. As palavras adiante do inspetor do Arsenal da Marinha tornam-se exemplar para demonstrar como essas autoridades tinham a necessidade de espalhar para as famílias as vantagens oferecidas pelas Companhias de Aprendizes. Era no apelo aos diversos setores da sociedade, inclusive às famílias, que os responsáveis dessas instituições visavam atrair e arregimentar as forças necessárias para os seus quadros:

Como seria fácil, se pela população espalhassem as vantagens delas para as famílias e para o país, ou se mesmo arrancassem da perdição tantos meninos desvalidos, que vagam pelas ruas e tabernas sem meio de se educarem.<sup>184</sup>

O intendente da Marinha da Bahia e o Inspetor do Pará nos ajuda a pensar a insatisfação e a resistência dos pais de entregarem seus filhos às fileiras das companhias de aprendizes. Segundo eles, era lamentável que os responsáveis por esses meninos preferissem “antes ver seus filhos e pupilos na miséria, do que oferecê-los ao serviço nacional”. Alguns pais e tutores, segundo a queixa de algumas autoridades, davam prioridade ao serviço de particulares, mas não entregavam seus garotos à vida militar<sup>185</sup>.

Em Pernambuco, torna-se compreensível que muitos pais vissem com maus olhos a entrada de seus filhos nos estabelecimentos do Arsenal da Marinha após saber que, das oito profissões discriminadas numa lista de gente que passou pela cadeia em 1838, estava entre elas, a de marinheiro<sup>186</sup>. As próprias autoridades do Colégio dos Órfãos resistiam em mandar suas crianças para as Companhias de Aprendizes, argumentando ser aquele local um lugar aviltante. É o que se pode constatar no pedido do desembargador, provedor da Santa Casa de Misericórdia do Recife, que exigiu a devolução de um órfão após o seu alistamento, alegando, segundo uma junta, poder dar-lhe um “destino mais conveniente e esperançoso”<sup>187</sup>.

Em algumas situações, a própria rotina de confinamento e distanciamento causada pela atividade militar impedia que os pais entregassem suas crianças, ou até mesmo elas próprias optassem pela profissão de marinheiro. Os longos anos de dedicação e entrega era uma marca indelével do serviço militar na Marinha e no

---

<sup>184</sup> Ofício de Hermanegildo Antonio Barbosa D’ Almeida, Inspetor do Arsenal da Marinha, para o Presidente da Província, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. APEJE, Série A.M -1866. n. 328.

<sup>185</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1856. p. 4. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 12 maio 2012.

<sup>186</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p. 32.

<sup>187</sup> Ofício de Hermanegildo Antonio Barbosa D’ Almeida, Inspetor do Arsenal da Marinha, para o Presidente da Província, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. APEJE, Série A.M -1866. n. 329.

Exército. Isso certamente causava medo e assustava muitos menores, quando pensavam na possibilidade de se afastarem de seus familiares por longas datas, sobretudo, aqueles que eram levados ao Rio de Janeiro para compor as tropas do serviço nacional. O testemunho do Comandante da estação do Rio de Janeiro em 1855 abre bem o leque para compreendermos a dimensão do que estamos tratando. Na ocasião, estava incumbido de contratar na província de Santa Catarina o alistamento de menores para a Armada. Para isso, publicou no jornal *O Mensageiro* os artigos 19 e 20 do regulamento de 14 de abril de 1855, legislação que tratava da mobilização de voluntários. O uso desses artigos provavelmente visava atingir os menores em suas necessidades, levando em conta que tratavam do prêmio que era oferecido aos que se apresentavam voluntariamente. Segundo o comandante, depois da publicação, apresentaram-se algumas crianças querendo ser contratadas. No entanto, a ideia de separação imediata de seus pais gerou um desânimo tal, que rendeu apenas quatro garotos aos esforços do comandante<sup>188</sup>.

Em suma, por mais que admitamos que o prêmio em dinheiro fosse uma proposta que atraísse as famílias pobres a entregarem seus filhos aos chamados de alistamento, é compreensível também a recusa de alguns pais a esse chamado. Em alguns casos, prevalecia o interesse de segurar a criança com o intuito de utilizá-la para arrimo da família e sustento da casa. No entanto, para alguns pais ou tutores, a própria razão do distanciamento e quebra do contato com os filhos se tornavam razões significativas da não entrega dos menores. O relatório do Ministério da Marinha de 1856 descreve que mesmo sem conseguir oferecer sustento cotidiano aos meninos, muito responsáveis negavam-se a entregá-los para o serviço do Estado “pela pena da separação imediata” e pela pouca confiança que tinham nesse tipo de atividade<sup>189</sup>. Ou seja, vale repetir que os laços de família apresentavam verdadeiramente um peso considerável frente aos chamados e propostas de alistamento.

A desconfiança no serviço das Armas causa uma verdadeira repulsa e medo naqueles que se tornam alvo do recrutamento. Como já dito, na maior parte dos oitocentos, o serviço militar era considerado perigoso e violento, voltando-se no geral para os indivíduos socialmente indesejáveis. Aqueles que, sem alternativa, arriscavam-se ou eram obrigados a cumprir o serviço militar, estavam sujeitos a implicações penais

---

<sup>188</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1856. p. 4. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 12 maio 2012.

<sup>189</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1856. p. 4. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 12 maio 2012.

e a uma rigorosa disciplina. Os maus tratos e castigos por meios de chibatadas, prisão a ferro e palmatórias não fugia à lógica da legalidade. Eram em mecanismos legais que alguns oficiais, como destaca Álvaro do Nascimento, “procurava[m] demarcar os limites entre aqueles que ordenam e os que obedecem”. A subordinação aos regulamentos e o pleno cumprimento das atividades “eram a melhor prova de que havia disciplina na unidade naval”<sup>190</sup>.

Portanto, o rigor e a forte disciplina da vida militar foram outras razões para que alguns pais ou os próprios garotos resistissem ao processo de recrutamento em Pernambuco. O medo pela vida no mar preocupava algumas autoridades ligadas ao alistamento de crianças durante o século XIX, visto que percorria entre a população o receio pelo violento processo disciplinar, tão comum em unidades navais. O recrutamento era uma verdadeira “guerra civil”. Evitá-lo exigia muitas artimanhas e astúcias das camadas populares no enfrentamento dos mecanismos e das estratégias de controle do Estado. Esconder seus filhos do processo de mapeamento e contagem da população foi uma das formas que as famílias encontraram de isentá-los do serviço militar.

O calabrote, corda grossa, transformada em instrumento de açoite para marujada<sup>191</sup>, tornou-se uns dos medos que circulava no imaginário da população, prejudicando os recrutadores:

O recrutamento é hoje quase o meio exclusivo para conseguir menores para companhia, visto que ainda vagam pela população as antigas idéias de que o calabrote persegue de continuo os nossos marinheiros a bordo dos navios de guerra; Ideias que só as autoridades territoriais e os parocos poderiam fazer desaparecer, mostrando sempre a falsidade delas, e mesmo despertando a curiosidade dos pais para observarem nos quartéis a maneira porque são tratados os meninos.<sup>192</sup>

É evidente que por mais que as autoridades do Arsenal da Marinha tentassem evitar que se propagassem ideias como essas descritas acima, os maus tratos e a rígida disciplina nos navios de guerra não passavam despercebidos pelas camadas populares do Recife e seus arredores. A resistência em enviar seus filhos para a Marinha mostra que os mecanismos assistenciais do Estado nem sempre eram aceitos pelas famílias pobres e também não se tornaram as únicas válvulas de escape para sobrevivência.

---

<sup>190</sup> NASCIMENTO, Op. Cit., p. 46.

<sup>191</sup> Ver o dicionário Antonio de Moraes Silva. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1,2,3/calabrote>>. Acesso em: 12 maio. 2012.

<sup>192</sup> Ofício de Hermanegildo Antonio Barbosa D’ Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha, para o Presidente da Província, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. APEJE, Série A.M -1866. n. 329.

A investigação sobre o tema do alistamento e recrutamento de menores possibilita compreendermos que o serviço militar ganhou múltiplos significados durante a maior parte do século XIX. Na maioria das vezes, como foi descrito nesse trabalho, a vida na Marinha se confundia com as duras imagens dos castigos físicos, confinamento, trabalho pesado, rígida disciplina, além das associações que colocavam o recruta, em algumas situações, em pé de igualdade com criminosos de toda sorte. Porém, cabe destacar que diante do tom obscuro dado ao serviço militar, havia também aqueles que recorriam a essa atividade, não como um “tributo de sangue”, mas, antes, como uma resposta a diferentes situações de vida.

Álvaro Pereira do Nascimento converge a essa ideia ao perceber o envolvimento estratégico dos capoeiras com a vida militar para fugirem de uma realidade possivelmente mais dura. Segundo o autor, os capoeiras faziam parte “da buliçosa fauna das ruas do tempo da Corte, que assustava as camadas médias e também a elite dirigente”<sup>193</sup>. Diante disso, tornavam-se presença constante nas ocorrências policiais e crimes do século XIX. Perseguidos pelo aparato policial, esses rapazes, vistos como seres prejudiciais ao sossego público, acabavam escolhendo a carreira militar para não continuarem presos na polícia. De acordo com Nascimento, alguns faziam essa escolha para não perderem a liberdade, procurando manter a possibilidade de transitarem nas cidades nos horários livres, encontrar como amigos, além de receber os soldos que eram pagos pela Marinha. Alternativa que certamente não teriam se caíssem em uma cela do complexo prisional da Corte.

Recorrer à Marinha para fugir de uma situação difícil ou até mesmo aviltante também foi um mecanismo utilizado pelos escravos durante o período oitocentista. Ocupar a posição de marinheiro em um navio da Marinha de Guerra fazia o escravo ascender socialmente, principalmente frente à difícil condição escrava. Apresentar-se como voluntário, passando-se por livre, ou até mesmo por engano de algum recrutador, dava ao cativo uma nova condição e o tirava definitivamente ou temporariamente das mãos de seu senhor. Para uma criança escrava, a possibilidade de engajar-se nas Companhias de Aprendizes, possivelmente, representava um futuro bem diferente daquele oferecido aos que cresciam como cativo no Brasil do século XIX. Talvez fosse isso que vislumbrava o ainda menino e escravo João que, quando preso pelo chefe de polícia, apresentou-se como Manoel, conquistando de forma muito breve a praça efetiva

---

<sup>193</sup> NASCIMENTO, Op. Cit., p. 86-88.

da Companhia de Aprendizes Marinheiro de Pernambuco. Após ser investigado pelo comandante da dita Companhia, João revelou que tinha fugido do poder de seu senhor, além de ter escondido a condição escrava e feito a troca de nome para ajudar no seu disfarce<sup>194</sup>.

O caso de João e de outros menores cativos, que com frequência encontramos na documentação sendo enviados pela polícia a Companhia de Aprendizes Marinheiro, permite-nos especular que, de alguma maneira, alguns obtiveram êxito no plano de se passar por livre e conquistar uma praça nessa instituição. Na análise de Álvaro Pereira do Nascimento, permitir-se cair nas mãos das autoridades policiais e no desejo desenfreado dos recrutadores, pela prática de algum crime ou por promover arruaças, seria o primeiro passo do escravo para livra-se de seu senhor e, com isso, ganhar a possibilidade de vestir a farda da Marinha<sup>195</sup>. É bem provável que nem todos os escravos desejassem de verdade a carreira militar. Porém, esconder-se por trás da farda de um marinheiro, para alguns, podia representar, mesmo diante da dureza da vida militar, a conquista da liberdade ou até mesmo da ascensão social.

Nesse caso, fica claro que o imposto de sangue apareceria, em várias situações, como ferramenta ou estratégia para burlar condições de vida bem mais difíceis. A possibilidade de ver a criança aprendendo um ofício, o ingresso na vida militar pela Marinha ou até mesmo o simples fato da garantia de uma refeição diária, que, bem ou mal, existia nas companhias de aprendizes, tornaram-se algumas das razões para que os pais e tutores enviassem seus filhos aos pedidos de alistamento. Eram nessas instituições militares que “consistia uma das pouquíssimas alternativas de aprendizado profissional” para os garotos de famílias pobres durante o Brasil Império. Além dessas vantagens, o prêmio em dinheiro tornou-se um dos atrativos para o alistamento voluntário, tendo em vista que os responsáveis pelas crianças recebiam um valor de cem mil réis<sup>196</sup>, quantia que equivalia a 20% do preço de um escravo adulto ou ao valor de duas ou mais crianças escravas<sup>197</sup>.

Os cem mil réis eram entregues no momento do alistamento, pelo Arsenal da Marinha, aos pais, responsáveis e tutores ou, no caso da criança órfã, quando a mesma

---

<sup>194</sup> Ofício de Eliziano Antonio dos Santos, Inspector do Arsenal da Marinha, para o Presidente da Província, Conselheiro José Antonio Saraiva. APEJE, Série A.M -1859. n. 101.

<sup>195</sup> NASCIMENTO. Op. Cit., p. 90.

<sup>196</sup> **Coleção de leis do Império brasileiro**. Decreto nº 1.591 de abril de 1855. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 12 maio. 2012.

<sup>197</sup> VENÂNCIO. Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: Mary Del Priore (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 199.

completasse vinte e um anos de idade poderia adquirir por conta própria esse pecúlio. Na falta de pais, um familiar que tivesse na posição de tutor do menor poderia ficar na responsabilidade de receber tal quantia como descreve a documentação:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que em virtude do despacho exarado no requerimento de José Mariano de Barros Cavalcante, officiei nesta data a tesouraria da fazenda reparando o engano no nome do suplicante, a fim de que ele possa receber a quantia de cem mil reis que compete a seu irmão e tutelado Antonio de Barros lobo que se alistou como voluntário na Companhia de Aprendizes Marinheiro.<sup>198</sup>

Dessa forma, torna-se viável pensarmos que, para os responsáveis desses garotos, o alistamento representava a aquisição de uma quantia que poderia ajudar de forma significativa na renda familiar, permitindo também que muitos se aproveitassem desse ganho para fazerem seus filhos e tutelados de mercadoria. Ou seja, para alguns pais e tutores, a entrega de seus filhos aos quadros da Marinha, além de proporcionar um valor considerável às finanças da casa, representava também as possibilidades de afastar os menores dos perigos da rua e da vadiagem. Não é difícil de imaginar que muitas mães pressionadas pela pobreza entregassem suas crianças a tutela do Estado, munidas da crença de que na Marinha residia a possibilidade não apenas do sustento e da sobrevivência dos garotos, mas da própria ascensão social deles.

Diante disso, o sonho de ascender socialmente moveu alguns homens e garotos de origem pobre a ingressarem na carreira militar. O empenho e o esforço de muitos marinheiros poderiam proporcionar a conquista de patentes de destaque na Armada brasileira, além de colocá-los em uma situação contrária às condições de pobreza do século XIX. Essa é uma questão que foi pouca evidenciada na historiografia nacional, mas que não há dúvidas de que certamente alguns marinheiros conseguiram fazer carreira militar na Marinha de Guerra. O grumete Roberto Gomes de dezoito anos é um caso encontrado na pesquisa de Álvaro Pereira do Nascimento. Segundo o historiador, o empenho e bom comportamento do marinheiro lhe trouxeram, num espaço de seis anos, diferentes conquistas, chegando a galgar, até mesmo, a patente de segundo-sargento da Armada<sup>199</sup>.

A possibilidade de crescimento dentro da Marinha de Guerra de um garoto que entrava na Companhia de Aprendizes Marinheiro também não era algo impossível de se

---

<sup>198</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D' Almeida, Inspector do Arsenal da Marinha para o Presidente da Província, conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. APEJE, Série A.M -1865. n. 860.

<sup>199</sup> NASCIMENTO. Op. Cit., p. 89.

realizar. Observamos que os homens que alimentavam os Guardiões do Corpo de Oficiais Marinheiros provinham em parte das tropas dos Imperiais Marinheiros da Armada Nacional, uma vez que atendessem às exigências do regulamento. Em contrapartida, os quadros desses últimos eram supridos, prioritariamente, pelos aprendizes marinheiros das distas companhias. Em outras palavras, um aprendiz marinhaeiro poderia alcançar a posição de imperial marinhaeiro e, caso fosse julgado apto, poderia ser transformado em um Oficial Marinhaeiro.

Essas e outras possibilidades evidenciam que o serviço militar, tanto na Marinha como no Exército, de fato trouxe benefícios para muitos, servindo em diferentes configurações como alternativa de sobrevivência, estratégia de vida e uma das poucas oportunidades de ascensão social das camadas mais pobres do Brasil oitocentista. Contudo, não poderíamos dizer que foi essa situação que prevaleceu na Marinha brasileira durante o século XIX. Trazer essa questão à tona torna-se importante por colocar em evidência um ponto pouco explorado pela historiografia que, por diversos momentos, priorizou o caráter violento do recrutamento e repulsa das camadas populares ao serviço das armas. Mesmo assim, compreendemos que a formação dos quadros da Marinha nacional, principalmente o alistamento de menores para as Companhias de Aprendizes Marinhaeiro, tornou-se um dos grandes desafios do Estado Imperial, chegando a um limite crítico durante a Guerra do Paraguai. No capítulo seguinte, analisar-se-ão as mudanças que ocorreram no recrutamento em Pernambuco durante o período da Guerra, procurando observar as práticas discursivas utilizadas pelas autoridades militares para aumentar o número de garotos nas Escolas de Aprendizes.

# CAPÍTULO 3

## A GUERRA, O DISCURSO E A FORÇA: o recrutamento de adultos e crianças na Guerra do Paraguai



**Figura 4:** A Batalha do Riachuelo. Fonte: <http://www.geomundo.com.br>



A pesquisa historiográfica em torno do tema do recrutamento militar, sobretudo no decorrer do século XIX, faz aparecer os diferentes momentos e as distintas configurações que a prática de prestação de serviço militar ganhou durante o período oitocentista. É unânime o entendimento de que o serviço das armas quase sempre aparecia como um fardo a ser evitado, por diferentes categorias de pessoas. Principalmente, quando compreendemos que o alistamento não era uma atividade obrigatória até o ano de 1874. Os encargos militares direcionavam-se, especificamente, a uma parcela da população livre e pobre que por diversos momentos foi marcada pela ação arbitrária do Estado Imperial.

A mobilização de homens para as fileiras do Exército e da Marinha quase sempre foi um desafio para o Estado Imperial. Por diversas vezes, esse Estado teve que criar mecanismos que fossem responsáveis por engrossar as tropas de um país que carecia de uma força militar. Os incentivos financeiros direcionados aos voluntários dificilmente venceram a desconfiança de uma população que, não sem razões, confundia o serviço militar com o trabalho escravo. Ser recruta significava, portanto, arriscar-se a enfrentar implicações penais, levando em consideração o caráter disciplinar que pesava sobre aqueles considerados desclassificados, além do afastamento do restante da sociedade por longos anos. Diante disso, o recrutamento forçado tornou-se o mecanismo central no suprimento dos contingentes militares do Brasil imperial. Essa forma de mobilização militar marcou um tempo de caçada humana que se intensificou até as últimas consequências com a Guerra do Paraguai. O conflito militar com o Paraguai trouxe, entre outras coisas, a prova da ineficiência de um modelo arcaico de mobilização militar que predominava no Brasil desde o período colonial.

Todavia, como bem destaca Fábio Faria Mendes, a Guerra do Paraguai entra na história do Brasil como um significativo divisor de águas. Expressa, por um lado, apogeu da monarquia de D. Pedro II e, por outro lado, faz aparecer o gradual desmantelamento da ordem imperial. O desenrolar do conflito trouxe à tona questões que foram decisivas para a chegada dos primeiros sinais do “outono” do Império brasileiro: o encaminhamento da questão servil, a insatisfação dos militares e a fundação do partido republicano<sup>200</sup>. Nesse mesmo panorama, também era emblemático as transformações de nível econômico, acompanhadas da expansão de uma

---

<sup>200</sup> MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010. p. 93.

infraestrutura de serviços, o aparecimento de manufaturas, estaleiros, pequenas fábricas, imigração europeia e o crescimento das camadas médias urbanas<sup>201</sup>.

Porém, diante de todas essas transformações, o que se tornou mais emblemático no decorrer da Guerra do Paraguai foi a grande mobilização de homens exigida durante o conflito. A guerra no sul se tornaria para Brasil, em uma escala nunca vista, uma verdadeira máquina de sacrifício humano, aproximando-se dos conflitos que já haviam precedido, como a Guerra Civil americana e a Guerra da Crimeia<sup>202</sup>. Segundo Peter Beattie, a Guerra do Paraguai foi o maior conflito militar na história sul-americana, tanto em sua dimensão logística e material quanto em sua dimensão humana<sup>203</sup>.

A Guerra conseguiu esgotar de forma muito evidente toda capacidade brasileira de mobilização, expondo as mazelas e os conflitos que estavam ligados ao recrutamento militar durante o período imperial. O esforço empregado para o engajamento de homens em um conflito que ultrapassava o caráter local, envolvendo pessoas de “toda nação”, trouxe um contingente de soldados quatro vezes superior a qualquer outro conflito já existente no Império, empregando aproximadamente 110 mil homens<sup>204</sup>. A campanha contra Paraguai fazia aparecer tensões sociais e colocava em questão antigas formas de dominação, sobretudo, o patronato que via escorrer de suas mãos o controle de seus clientes. Indivíduos, que antes eram invisíveis e pouco interessantes ao recrutamento, entravam nas fileiras daqueles que eram empurrados aos quartéis. Ao Brasil, restou o maior fardo de uma Guerra que tinha ainda, como aliados, a participação do Uruguai e Argentina, mas que, por problemas de instabilidades internas, limitou a capacidade desses últimos governos de enviar homens.

Assim, em 1º de maio de 1865 era assinado o Tratado Secreto da Tríplice Aliança, determinando, a partir dele, que só se negociaria a paz mediante a deposição de Solano Lopez. Desse momento até o final da guerra em 1870, “os negócios do Prata” se transformaria no principal objetivo da política internacional brasileira.<sup>205</sup> Colocando-se como “voluntário número um”, D. Pedro II simbolicamente apresentava à nação a necessidade do envolvimento com a Guerra. Em retratos, o imperador substituíra os trajes civis por uniformes militar e gradativamente procurava assumir a imagem de “rei

---

<sup>201</sup> SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 56.

<sup>202</sup> MENDES. Op.Cit, p. 93.

<sup>203</sup> BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra e nação no Brasil, 1864-1945. Tradução Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 73.

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 297.

da guerra”. Situação que lhe tornou ainda mais “popular no imaginário local”, principalmente no primeiro ano do conflito<sup>206</sup>.

É importante observar que mesmo diante das limitações logísticas e de deslocamento, o conflito contra o Paraguai conseguiu produzir no primeiro semestre de 1865 uma forte mobilização nacional, evidenciado pelas diferentes manifestações populares em favor da guerra e pelo espaço reservado a essa última nos jornais brasileiros. Consolidava-se, pelo menos nesse momento, um sentimento patriótico que “enraizava-se tanto a repulsa pela invasão do Paraguai, sem declaração prévia de guerra, quanto o senso de pertencimento a um recorte territorial cuja consolidação datava de apenas duas décadas”<sup>207</sup>. O enfrentamento ao Paraguai trouxe o que costumeiramente as guerras costumam produzir no período do conflito: a criação de identidades nacionais. No caso brasileiro, nem mesmo a independência de 1822 tinha conseguido materializar ideia de pátria para a maioria dos brasileiros. As identidades regionais eram muito mais consistentes nessa configuração. No entanto, o conflito de 1865 conseguiu gerar um pequeno esboço de uma identidade que ia sendo tecida mediante o entusiasmo de alguns voluntários, com a valorização do hino e da bandeira, além das canções e poesias populares<sup>208</sup>.

O recrutamento militar para a Guerra do Paraguai teve em sua fase inicial o estabelecimento, por parte das autoridades militares, de estratégias que visaram o aumento do contingente militar disponível. Diante do exército paraguaio, com dimensões nacionais, recrutado dentro do modelo de conscrição universal, o Império brasileiro não via alternativa senão incorporar novos segmentos, sobretudo, por intermédio de outros métodos de alistamento. A guerra colocaria o Brasil frente ao desafio e dilema do recrutamento, já conhecido na realidade nacional, mas que agora se apresentava em proporções ainda maiores e em caráter urgente. Como arregimentar soldados para um conflito, quando o recrutamento forçado, o voluntariado e o reengajamento não conseguiam dar conta dos “magros efetivos de paz”? Destaca-se nesse instante, a ampliação das tropas de primeira linha, a criação dos corpos dos Voluntários da Pátria e a utilização dos regimentos da Guarda Nacional<sup>209</sup>.

---

<sup>206</sup> Idem. p. 300.

<sup>207</sup> IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila e SALES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial**. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 397.

<sup>208</sup> CARVALHO, Jose Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 38.

<sup>209</sup> MENDES. Op. Cit., p. 101.

O primeiro instante da Guerra seria marcado, entre outras coisas, pela criação do corpo dos Voluntários da Pátria e por um expressivo movimento, em várias províncias, de apresentação de voluntários e de entregas de doações para o *front* de Guerra. Mesmo com o olhar de desdenho da maioria da população para o serviço das armas, o entusiasmo e a primeira onda de recrutamento seriam suficientes para a expulsão das tropas paraguaias da província do Rio Grande do Sul. No entanto, “ao momento inicial de fervor pela pátria seguiu-se o desalento das derrotas e do alongamento da Guerra”<sup>210</sup>. Um conflito que se imaginava vencido em poucos meses, estendia-se por longos cinco anos, gerando duras críticas ao modelo de organização militar e à ordem vigente. A guerra traria para pauta política do Brasil Império a evidente necessidade de uma reforma no sistema de recrutamento.

### 3.1 Uma guerra contra a barbárie e a busca pelo soldado patriótico

Visto como problema a ser evitado pela maioria da população, o serviço militar de baixa patente, durante o decorrer do século XIX, quase sempre esteve associado a imagens negativas. Essas imagens afastavam aqueles homens que não queriam ser igualados a ladrões, criminosos, vadios, “defloradores de menores” e vagabundos. Diante disso, foram vastas as estratégias daqueles que desejavam livrar-se do peso que se tornara o serviço das armas durante o período oitocentista. Protagonizar essa atividade significava na prática submeter-se a uma rígida disciplina, aproximando-se à condição escrava, em algumas situações, além de vivenciar as péssimas condições de vida no quartel.

Trazer à tona os dissabores que acompanhava o recrutamento militar no século XIX contribui para entendermos o quanto o serviço militar estava associado à arbitrariedade do Estado imperial. Tirar o peso social dessa prática para atrair aqueles que precisavam se alistar para a Guerra do Paraguai foi o grande desafio do Estado no período oitocentista. O significado do recrutamento penetrava no tecido social preenchido de tons e imagens completamente rejeitados pela maioria da população. Portanto, como torná-lo uma prática socialmente aceitável, levando em conta que há anos essa prática vinha se realizando com forte rigor disciplinar e que se destinava, no geral, aos transgressores e aos “desclassificados”? Como tornar o soldado recrutado no

---

<sup>210</sup> Idem. p. 98.

soldado voluntário e patriótico? Como recrutar homens para uma guerra, quando o que prevalecia era o repúdio e ojeriza pela vida militar?

Diante desse contexto, de limitação das forças bélicas e de rejeição ao engajamento militar, o que restava ao Estado brasileiro era criar informações ou discursos que fundassem outra percepção do serviço das armas. Nesse momento, era interessante envolver os indivíduos em teias discursivas que eliminassem o medo, a rejeição e o preconceito e, assim, se alistassem voluntariamente para a Guerra do Paraguai. Para essa jornada, a imprensa teve um papel essencial na construção de um ambiente favorável ao voluntarismo. Recorria-se a discursos trabalhados, organizados e selecionados por certo número de procedimentos que tinha por função produzir efeitos de verdade ou novos sentidos<sup>211</sup>.

No ambiente onde permaneceu por muito tempo a nítida comparação do recruta com a figura do vadio ou do transgressor da lei, emergia também um discurso contrário que procurava vencer a impopularidade do recrutamento e atrair as massas. Pelo menos em tese ou no plano discursivo, o antigo “recruta-vadio” ganhava as páginas dos jornais, com elevado valor social, transformando-se, agora, num “recruta-cidadão”<sup>212</sup>. As antigas marcas que estigmatizavam aqueles que se viam presos ao quartel eram substituídas por imagens que se ligavam a algo ainda muito ausente no Brasil Império: o patriotismo.

Portanto, a imprensa e o Estado brasileiro responsabilizaram-se de forjar, no calor da Guerra, a ideia de que o recrutamento era uma resposta a um inimigo claramente identificado nas fronteiras brasileiras e que tinha afrontado honra do país. Diante disso, a guerra ultrapassava o âmbito local e tornara-se uma questão de desagravo nacional. Pela primeira vez, como destaca Jose Murilo de Carvalho, brasileiros do Norte iriam conviver com patriotas do sul e vice-versa<sup>213</sup>. Dessa forma, o governo imperial acabou desencadeando uma campanha nacional de mobilização popular que teria a participação de diferentes regiões do país. O primeiro passo dessa cruzada nacional foi a criação do Corpo de Voluntários da Pátria com promulgação do decreto nº 3.371 de 7 de janeiro de 1865. No artigo primeiro desse decreto tínhamos delimitado aqueles que poderiam se alistar para esse corpo:

---

<sup>211</sup> FOUCAULT. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1970. p. 8-9.

<sup>212</sup> LUCENA FILHO, Marcio. **Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2003. p. 49.

<sup>213</sup> CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). **A construção nacional**. Volume II: 1830 – 1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 109.

São criados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de dezoito e menores de cinquenta anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas.<sup>214</sup>

Precisando de homens para compor as forças nacionais, o governo imperial sabia que tinha que traçar vantagens para aqueles que ousavam se aventurar na Guerra do Paraguai. Para os Voluntários da Pátria, o Estado brasileiro estrategicamente oferecia vantagens que tinham por meta atrair o maior número de pessoas. Além do soldo que normalmente uma pessoa recebia por se alistar no exército ou na Marinha, o Voluntário da Pátria recebia diariamente uma quantia de 300 réis e ao final do prazo de alistamento recebia uma gratificação de 300 mil-réis. A concessão de terras era outra vantagem para aqueles que voluntariamente iam ao *front* de guerra enfrentar as hostilidades paraguaias. Aos familiares dos que pereciam em combate, o governo concedia uma pensão de meio soldo. Por fim, os Voluntários teriam direito aos empregos públicos, em igualdade de habilitações, e aqueles que desejavam, ao final da guerra, continuar por mais três anos receberiam uma quantia trezentos mil réis<sup>215</sup>.

Ao oferecer bônus bem mais atraentes pelo engajamento militar e dispensas mais honradas ao final do serviço, o governo Imperial demarcava duas questões importantes. A primeira era uma nítida distinção entre o soldado comum e o Voluntário da Pátria, recebendo esse último privilégios superiores. A segunda foi o reconhecimento, por parte do governo, do desdém da maioria da população ao serviço das armas, precisando oferecer vantagens para conseguir o envolvimento do povo com a guerra.

Em Pernambuco e em outras províncias do País a imprensa desempenharia um papel fundamental na convocação de voluntários. Estamparia em suas páginas a necessidade de um grito único e harmonioso contra um inimigo comum aos brasileiros. Era essencial que as disputas e as discórdias políticas internas sofressem uma trégua e abrissem espaço para defesa dos interesses da pátria. Esses interesses que não era dever de apenas um grupo político ou de uma região, mas de todo povo espalhado pelo território brasileiro. Foi com essa ideia que o Diário de Pernambuco em janeiro de 1865 publicou uma nota de um pernambucano residente na Corte:

Pernambucanos!

---

<sup>214</sup> **Coleção de leis do Império.** Decreto n° 3371 de janeiro de 1865. Artigo 1°. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao6.html>>.

Acesso em: 20 de jan. 2013.

<sup>215</sup> Idem. Artigo 2°, 9° e 10°.

O que fazeis? Cuidais dos mesquinhos interesses da política interna, quando os nossos irmãos do sul correm a listar-se sob a bandeira da pátria para defender a vida, a honra e a propriedade de nossos compatriotas residentes na república oriental, e para vingar a afronta feita a dignidade nacional pela república do Paraguai!<sup>216</sup>

A guerra produzia por intermédio da imprensa a necessidade de um envolvimento nacional e exigia uma resposta urgente à afronta que o Paraguai imprimira à dignidade do país. Para isso, o discurso patriótico se encarregaria de conseguir certo consenso político e ao mesmo tempo mobilizar voluntários “sob a bandeira da pátria”. Tratava-se de um momento no qual seria essencial a busca por elementos de coesão que fossem responsáveis por mobilizar homens convictos de sentimentos de pertencimento e lealdade mútua. Os Voluntários da Pátria deveriam esquecer-se das coisas que dividiram a nação no passado, empenhando-se apenas na luta contra o Paraguai. Foi por esse suposto compromisso com a causa nacional que o Diário de Pernambuco publicou a seguinte canção no primeiro semestre de 1865:

Acudi a pátria aos gritos  
E aos vossos irmãos aflito  
Socorro prestei ligeiro:  
Do combate no furor  
Não desmintais o valor  
Do renome brasileiro.

Dizei ao vil paraguaio  
A Lopez ingrato e vil:  
“Unidos por fortes laços,  
Nosso peitos, nossos braços  
São muralha do Brasil.”<sup>217</sup>

Buscava-se criar novos significados para uma identidade brasileira e ao mesmo tempo construir laços que unissem os indivíduos por sentimentos de identificação e pertencimento. Era interessante tecer, mesmo que de forma muito precária, “uma identidade sobreposta às clivagens de cor, condição social e posição política”<sup>218</sup>. O que estava em jogo nesse momento era o “renome brasileiro”, precisando de um povo que respondesse à afronta do “vil paraguaio”. Nem mesmo aqueles que estavam separados por milhares de quilômetros da área de conflito, especialmente as províncias do Norte, poderiam se ausentar do compromisso com a nação e do ajuste de contas com o Paraguai.

---

<sup>216</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 21 jan. 1865. FUNDAJ.

<sup>217</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 04 abr. 1865. FUNDAJ.

<sup>218</sup> MENDES. Op.Cit., p. 103.

No primeiro ano do conflito, a maior parte dos soldados que foram direcionados ao teatro da Guerra vinha das províncias do Norte. Essas tropas tiveram que enfrentar não apenas os paraguaios, mas também a mudança repentina de um ambiente quente para um ambiente frio no Rio da Prata. Bahia e Pernambuco foram as províncias brasileiras que mais mobilizaram, do início ao fim da guerra, voluntários da Pátria. Contabilizando cada uma respectivamente cerca de 4 a 8 mil voluntários<sup>219</sup>.

Em Pernambuco, a guerra iria frequentar o cotidiano da província, num primeiro momento, preenchida de imagens ufanistas que visavam principalmente atrair os voluntários. Outro Brasil, muito mais fantasioso do que real, iria ser pintado discursivamente nas páginas da imprensa pernambucana, ganhando adjetivos de “grande”, civilizado e liberal<sup>220</sup>. Seria em defesa desse país e de seus valores que os pernambucanos deviam se alistar para a guerra. Segundo o Diário de Pernambuco, a província não poderia ficar de fora das manifestações de entusiasmo e patriotismo que tomava o Rio Grande do sul, Minas Gerais, São Paulo e a Bahia. Manifestações que davam exemplo de “um belo padrão de glória para toda nação”<sup>221</sup>. Pernambuco, segundo o discurso da imprensa, deveria seguir não apenas o exemplo desses estados, mas devia “erguer o seu grito de guerra e colocar-se na vanguarda do movimento patriótico do Império”<sup>222</sup>. Além disso, a província era chamada para colocar em glória sua própria tradição, seu renome e os feitos de seus antepassados, como vemos na proclamação a seguir:

Pernambucanos! Todos os olhos estão fitos em vós: todas as vozes vos chamam ao campo da honra, onde se ilustram vossos maiores.  
Vinde, não interrompais essa tradição gloriosa, legado precioso de vossos pais, que deveis transmitir mais rico ainda à vossos filhos. Temei a maldição dos túmulos, o escárnio do presente, a condenação do futuro.  
Pernambucanos ! As armas ! Vossos irmãos as tomam com entusiasmo, por todos os ângulos do Império. Eles vos esperam, correi a elas !  
Viva S.M. o Imperador.  
Vivam os pernambucanos  
Vivam os bravos da pátria.<sup>223</sup>

A Guerra não podia despertar temor e muito menos vergonha diante dos homens. Antes, deveria aparecer como desejo, orgulho e honra presos no inconsciente da população. Ir à guerra tornava-se, ao mesmo tempo, uma maneira de honrar os feitos do

---

<sup>219</sup> Idem.

<sup>220</sup> FILHO. Op. Cit., p. 56.

<sup>221</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 01 fev. 1865. FUNDAJ.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 01 fev. 1865. FUNDAJ.



passado e de perpetuar, como legado, as glórias do presente. Por outro lado, não ir à guerra significava submeter-se ao escárnio do tempo presente e à condenação do futuro. O conflito contra o Paraguai, portanto, deveria ser um exercício de honra e desejo necessário aos “bravos” guerreiros da pátria.

Por um momento, a guerra torna-se, no discurso da imprensa, uma cruzada “sacrossanta” contra o Paraguai, que tinha violado o direito natural de liberdade de todos os povos, “concedido por um direito divino”. Diante disso, os Voluntários da Pátria, considerados como “os verdadeiros crentes”, ganhavam uma tarefa com tons e características de uma missão religiosa. Para expressar essa questão, destacamos o discurso proferido no momento de despedida dos Voluntários da Pátria na província do Maranhão, que, na ocasião, também vivenciava a semana santa:

Voluntários da Pátria ! A hora da partida se aproxima, e cumpre dar-vos o adeus de despedida. Ouvi-me ! Serei breve!

O estandarte hasteado por Pedro o Ermita para a conquista de Jerusalém não era mais grandioso, não era mais magnífico do que este que agora flutua, entre nós [...] A cruzada santa não era, pois, mais justa e nem mais louvável do que esta que, na atualidade se prega em todo Brasil!

Aquela tinha por fim a posse do sepulcro do Salvador, ideia elevada e generosa.

Esta se traduz pela dignidade, pelo engrandecimento, pela integridade de uma nação, pelo desagravo dela [...]

Machai, portanto, Voluntários da Pátria, a sacrossanta cruzada brasileira contra o Paraguai com a consciência do justo, com a resignação do dever e com a confiança do verdadeiro crente.<sup>224</sup>

Instalava-se a partir de então mecanismos que procuravam vencer a apatia, o desinteresse e a dúvida daqueles que poderiam ir à guerra contra o Paraguai. Os discursos se dirigiam especialmente a todo e qualquer tipo de indecisão ou medo que tomava os homens, forjando situações em que a coragem seria superior a qualquer outro tipo de sentimento. O heroísmo a favor da nação ganhava uma importância maior até mesmo do medo da morte. Pois, melhor seria morrer “vindicando a liberdade da pátria, do que continuar a existir nessa mesma pátria, como povo conquistado, oprimido e insultado”<sup>225</sup>. O medo da morte não deveria, de acordo com o discurso vigente, ser uma preocupação para um povo que estava ocupado com questões consideradas mais importantes que a própria vida. A poesia recitada para um espetáculo em benefício às famílias dos Voluntários da Pátria de Pernambuco, em abril de 1865, esclarece bem aquilo que estamos falando:

---

<sup>224</sup> DIARIO DE PERNAMBUCO. 24 abr. 1865. FUNDAJ.

<sup>225</sup> DIARIO DE PERNAMBUCO. 10 fev. 1865. FUNDAJ.

No peito brasileiro  
Não pode caber o medo  
Qual rochedo sobranceiro  
Este mar não o faz tremer  
Quando o combate nos chama  
E a metralha-se derrama  
Sobre a espada que se inflama,  
Sorrindo vamos morrer.<sup>226</sup>

O sacrifício deveria se sobrepor, também, aos laços afetivos que prendiam os homens às suas esposas e filhos, porque “antes vê-los mortos, enquanto a pureza de uma fé está inoculada, do que vivendo na contagiosa sociedade dos hereges”<sup>227</sup>. Naquele momento, os voluntários eram chamados para defender uma família bem maior, composta por todos os brasileiros e caracterizada na figura da nação como vemos adiante:

Convém sepultar por algum tempo no seio da alma as afeições de família, o amor dos penates, para acudir aos reclamos da honra nacional.  
Acima do indivíduo está a família, e cima desta a nacionalidade; mas se a família é tudo para o homem, então, pernambucanos, correi às armas, porque a nação não é outra coisa, se não a amplificação da família.<sup>228</sup>

Portanto, nenhum outro interesse poderia ganhar a atenção dos que tomariam as armas para guerrearem nos campos de batalha do sul. Construía-se um ambiente onde o heroísmo pela nação tomava a frente de todas as outras questões, colocadas como secundárias diante da importância dos interesses da pátria. Mesmo que discursivamente, a imprensa procurava colocar a guerra nas ruas e espalhar no tecido social a importância do patriotismo. É provável que essa tenha sido a primeira vez que a imagem do sacrifício pela nação tenha adquirido tons tão vivos e discursos tão engajados em torno de um sentimento de pertencimento.

A paz, definitivamente, deveria ser trocada e deixada de lado pelos perigos da Guerra. Entretanto, o discurso endereçado àqueles que supostamente poderiam ir à guerra procurava, pelo menos em tese, respeitar o direito daqueles que eram visto como livres. Buscava-se propagar a ideia de que o recrutamento era realizado fora das “velhas práticas”, que, por diversas vezes, afastou a maioria da população do serviço das armas. Era necessário distanciar o discurso que elegia o recruta como cidadão da antiga maneira de mobilizar homens forçadamente. Pelo menos nos jornais, o discurso se

---

<sup>226</sup> DIARIO DE PERNAMBUCO. 13 abr. 1865. FUNDAJ.

<sup>227</sup> DIARIO DE PERNAMBUCO. 10 fev. 1865. FUNDAJ.

<sup>228</sup> Idem.

alinhas à prática e o recrutamento era anunciado como uma ação que atraía os homens não pela força, mas pelo convite de defesa da pátria. As notícias que de alguma maneira expunham uma prática contrária a isso deveriam ser silenciadas e os discursos antagônicos precisavam ser calados.

Era importante veicular apenas o que de fato poderia produzir uma ação contrária a qualquer tipo de apatia ao alistamento voluntário. Foi nesse sentido que, por diversas vezes, encontramos nas páginas da imprensa discursos que procuravam se legitimar em ações e imagens do passado. A guerra contra o Paraguai seria também uma maneira de revisitar as glórias de um passado pintado para os interesses e as demandas do tempo presente. O conflito contra a Holanda ou a Guerra da Restauração, entre 1645 e 1654, seria contada do ponto de vista do heroísmo e do sacrifício a uma nação que ainda nem existia. Os pernambucanos deveriam, de acordo com as palavras da imprensa, revisitar esse passado que estava preenchido de bons exemplos de patriotismo e de atitudes de coragem para que essas posturas fossem repetidas no tempo presente. Foi com esse propósito que o Diário de Pernambuco trouxe as seguintes palavras no dia 13 de fevereiro de 1865:

Nas lutas heroicas, que os nossos avós sustentaram contra a força da Holanda, nossas mães, nossas irmãs e nossas mulheres, sentiam-se cheias de ufania, quando tinha a notícia que seus filhos, seus irmãos e seus esposos cobriam-se de feridas nos combates. Eram esses louros que todos então mais ambicionavam.<sup>229</sup>

Dona Maria de Souza, de acordo com essa mesma matéria, enviou os seus últimos filhos à guerra contra a Holanda ao saber que os seus primeiros filhos e genro haviam sucumbido “defendendo a terra natal”<sup>230</sup>. Para o jornal, tornava-se “um exemplo de sublime abnegação patriótica” esses atos, precisando ser repetidos por todos os pernambucanos. A referência ao suposto heroísmo vivenciado pela família de Dona Maria de Souza funcionava como importante dispositivo não apenas de encorajamento, mas de construção de um ambiente que tornava o voluntariado legítimo. Sobretudo, quando feito aos interesses da nação.

Portanto, a imprensa montava um cenário preenchido de atitudes de coragem e patriotismo, louvando em prosa e verso o entusiasmo e o sacrifício dos voluntários de primeira hora. Não faltavam exemplos de homens que pela causa nacional entregavam tudo, inclusive, o próprio sangue. Foi nesses termos que o Dr. Camilo Gavião Peixoto

---

<sup>229</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 09 fev. 1865. FUNDAJ.

<sup>230</sup> Idem.

foi apresentado pelo Diário de Pernambuco em 1865: “cidadão respeitável pelo seu grau científico, pelas extensas relações de sua ilustre família [...] oferece em holocausto à pátria as feições mais íntimas da sagrada de família, toda a fortuna de que dispõe, e o seu próprio sangue”<sup>231</sup>.

Para imprensa, ir à guerra não era apenas uma forma de honrar a pátria, como foi o caso do Dr. Camilo Gavião Peixoto, quando entregou tudo ao país. Combater os inimigos paraguaios representava, também, uma imperdível oportunidade de glória. Nesse momento, de acordo com a imprensa, a carreira militar tirava os nomes dos soldados da “obscuridade” e os trazia para o “panteão da história”<sup>232</sup>. Segundo o Diário de Pernambuco, cada soldado que ia à guerra levava na sua “patrona” a patente de general<sup>233</sup>. Nesse sentido, era produzido um discurso que elegia o voluntário como cidadão patriótico e ao mesmo tempo como herói de uma nação que o tirava do esquecimento.

Os que se prontificavam de ir à guerra voluntariamente eram identificados como “defensores da pátria”, “bravos pernambucanos”, “pessoas movidas pela boa fé” e outros bons adjetivos<sup>234</sup>. No entanto, o mesmo não acontecia com aqueles que não iam ao *front* de guerra. De forma silenciosa, considerando que o não dito também produz discurso, a imprensa deixava claro que o ato de não ir ao conflito contra o Paraguai traduzia uma ação contrária àquelas descrita acima. Negar o combate, na prática, significava ser identificado como não patriota, carregando um arsenal de adjetivos ruins: má fé, ausência de valor, egoísmo e falta de honra.

Parte do discurso da imprensa colocava-se, estrategicamente, como uma importante ferramenta viabilizadora dos objetivos do Estado brasileiro. A sucessão dos fatos precisavam ganhar os contornos e as características que fossem favoráveis ao Império. Era no discurso que transitava os interesses, os desejos e as intenções presentes no conflito contra o Paraguai. A imprensa procurava controlar o fluxo de acontecimentos, dando a eles o desfecho esperado pela nação brasileira.

Diante disso, travava-se uma verdadeira batalha de papel, pelo qual eram concentrados todos os esforços contra a figura de Francisco Solano Lopez. Ele aparecia constantemente associado à imagem do homem cruel, sádico, déspota e capaz de cometer as mais terríveis atrocidades. A figura de Solano Lopez esteve presente de

---

<sup>231</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 09 fev. 1865. FUNDAJ.

<sup>232</sup> Idem.

<sup>233</sup> Ibidem.

<sup>234</sup> FILHO. Op. Cit., p. 63.

forma ampla nos jornais satíricos da Corte que tinham o objetivo flagrante de atingir a imagem do governante paraguaio<sup>235</sup>. O propósito era cumprir o que foi acordado no tratado da tríplice aliança e mostrar que o inimigo estava na direção do governo paraguaio, precisando ser derrotado.

Tratava-se de discursos que posicionavam o Brasil do lado do direito, da liberdade e da propriedade, enquanto o Paraguai era posicionado ao lado do crime, da tirania e do roubo. O governo brasileiro era dirigido por ideais e valores que respeitavam a civilização e os povos; já o governo paraguaio era dirigido por um grupo de “guerrilheiros bandidos” que tinha à frente Solano Lopez<sup>236</sup>. Se Solano Lopez era associado a um “assassino moral” ou a um “autocrata mirim do Paraguai”, D. Pedro II estava ligado à figura do cidadão exemplar defensor dos ideais de liberdade, pai, irmão e herói do povo brasileiro, como vemos adiante:

Tendes um rei cidadão  
Vosso pai , vosso irmão  
Imortal Pedro II  
Mostrai o vosso valor  
Vossa adesão, vosso amor  
Ao herói do novo mundo.<sup>237</sup>

A ação dos brasileiros que seriam recrutados para a guerra deveria cumprir uma agenda muito bem delineada pelo Estado: defender a honra do Brasil dos insultos e agravos de um Paraguai liderado por um ditador e libertar um povo (paraguaio) que estava oprimido pelo peso da escravidão. Por isso, por muitas vezes, o discurso da imprensa ganhou um tom coercitivo, a fim de convencer a população de seu dever de ir à guerra. Era necessário endurecer as palavras direcionadas ao público que iria lutar contra o Paraguai, sobretudo, quando o Estado percebe que não eram todos na província que estavam dispostos à guerra.

### 3.2 As incertezas da Guerra e a resistência ao recrutamento

É perceptível que nos primeiros meses da Guerra do Paraguai, não apenas Pernambuco, mas as demais províncias do país foram tomadas por uma atmosfera de

---

<sup>235</sup> SILVEIRA, Mauro César. **A Batalha de Papel**: a charge como arma na guerra contra o Paraguai. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. p. 111-112.

<sup>236</sup> FILHO. Op. Cit., p. 57.

<sup>237</sup> DIARIO DE PERNAMBUCO. 04 abr. 1865. FUNDAJ.

patriotismo que se tornou favorável no oferecimento de voluntários da pátria. Não foram raros os exemplos de pessoas se alistando voluntariamente para lutar no conflito ou de pessoas que ofereciam seus serviços indiretamente em prol da guerra. O patriotismo mostrava sua face de diferentes maneiras, integrando um conjunto de ações que no momento da guerra tornaram-se significativas. Cotidianamente apareciam casos de pessoas que mostravam os seus serviços às necessidades que a guerra ia gerando. Médicos que decidiram trabalhar gratuitamente, enquanto o corpo de saúde do exército estava ausente. Membros da magistratura que se apresentaram para formar a guarda cívica que cobria a ausência do corpo policial no momento da guerra do Sul. Ou até mesmo farmacêuticos que distribuíram medicamentos às famílias dos voluntários da pátria<sup>238</sup>. Existiu ainda o caso de pessoas que davam parte de seus soldos para serem investidos nas despesas da guerra<sup>239</sup>.

Tínhamos, também, o caso Sociedade Patriótica de Beneficência que tinha o propósito de auxiliar o alistamento e ao mesmo tempo amparar ou prestar socorro às famílias dos voluntários. Essa sociedade recebeu diferentes contribuições de pessoas que ofereciam uma quota de seus ordenados com a finalidade de ajudar com as despesas da guerra.

Oferecimento de voluntários por terceiros também foi uma prática nos primeiros meses da guerra. A cifra de pessoas oferecidas sob a tutela de alguém foi tão significativa no primeiro ano da guerra que chegou, até mesmo, a um número superior daqueles que se alistavam por conta própria. Contabilizando esses casos no *Jornal do Recife*, Marcio Lucena Filho conseguiu quantificar, entre os meses de fevereiro a setembro de 1865, o alistamento de 220 voluntários da pátria, sendo 171 apresentados por terceiros e apenas 49 alistados por conta própria<sup>240</sup>. Ou seja, 77,72% teriam sido apresentados por outrem e apenas 22,27% apresentaram-se de livre e espontânea vontade. O empenho em oferecer voluntários faria uma enorme diferença no início do conflito, mas não resolveria a falta de homens gerada com o prolongamento da guerra. Um conflito estendido por longos cinco anos fugia completamente de qualquer estratégia traçada pelo Estado brasileiro, principalmente, no que se refere à logística e soldados para o front. A ninguém ocorrera que uma guerra contra o Paraguai iria custar tantos esforços ou necessitaria de tantas vidas.

---

<sup>238</sup> FILHO. Op. Cit., p. 90.

<sup>239</sup> **Relatório dos presidentes da província de Pernambuco**. 1865. p. 9. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>>. Acesso em: data jan. 2012.

<sup>240</sup> FILHO. Op. Cit., p. 93-94.

Ainda no ano de 1865 o clima em Pernambuco tornava-se tenso exatamente no momento em que as estratégias de engajamento de homens para a guerra sofrera mudanças. Começava a prevalecer o recrutamento coercitivo, altamente impopular, em substituição do voluntariado. As arbitrariedades que até então acompanhava o recrutamento de forma natural se intensificaram atingindo níveis ainda mais violentos. Os meios legais utilizados pela população com o propósito de se livrar do engajamento militar começavam a ser violados e as famílias dos notáveis já não podiam exercer tanta proteção a sua rede de clientes. O estado brasileiro começava a formar uma tropa de soldados involuntários, arrastados pelas mãos arbitrárias dos recrutadores que não vinham outra solução diante dos rumos que a guerra ia tomando. Enquanto nos primeiros meses do conflito uma vasta leva de homens partiu para os campos de batalha, no desenvolver da guerra houve uma forte resistência por parte da população que não via ganho algum com o conflito.

Diante dessa situação, o Estado brasileiro começou a produzir um patriotismo mascarado e um corpo de voluntários que na prática não passava de homens coagidos pelo poder, a fim de cumprirem com as diretrizes imperiais. Ou seja, muitos do que apareciam como voluntários nas fileiras do Exército, Marinha ou aqueles enviados pela Guarda Nacional, na verdade, tinham sido frutos de violentas campanhas de recrutamento forçado. Uma charge de 1867, do periódico satírico, *O Cabrião*, evidencia a generalização que o recrutamento militar alcançou no período. Os casados, que até então tinham direitos de isenção ao recrutamento, se viam forçados a seguirem para a guerra como visto na imagem:

Figura 5<sup>241</sup>



<sup>241</sup> O C. SUBDELEGADO.—Meu caro, nós estamos precisando de gente. Se os solteiros fogem para o matto, não ha remedio se não vir a cama dos casados. As ordens que tempos são apertadas! Acesso em: 20 jan. 2015.

Percebe-se que no decorrer da guerra a rede de isenções já não operava com tanta eficiência em diferentes situações. Na imagem acima, os recrutadores se viam forçados a recrutarem os casados, porque os solteiros, alvo central do recrutamento, fugiam para o mato. Aliás, a ideia de fuga tornou-se tão presente diante do terror da mobilização forçada que, numa charge de 1867, as pessoas aparecem se escondendo nas matas, com medo do recrutamento, enquanto os animais selvagens tomavam a cidade.

Figura 6<sup>242</sup>



**Em rasão do recrutamento ainda veremos os homens mettidos no matto.**



**E os bichos habitando a Cidade.**

<sup>242</sup> O CABRIÃO, São Paulo, n. 49, 15 set. 1867. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 20 jan. 2013.



A fuga tornou-se uma estratégia importante para aqueles que queriam livrar-se do recrutamento, tendo em vista que as isenções e os privilégios de alguns já não podiam ser acionados. A Guarda Nacional é um exemplo do que estamos falando. Teoricamente, ela estava isenta do recrutamento de primeira linha das forças armadas. No entanto, a Guerra do Paraguai mostraria uma realidade bem diferente, formando diversos contingentes com essa Guarda. Diante dessa realidade, não foram raros os casos de guardas nacionais que se utilizaram da fuga e de outros meios que os livrassem do envolvimento com a guerra no sul. Aqueles com mais recursos contratavam homens pobres e os leiloavam como substitutos para os guardas nacionais que fossem convocados para o serviço na linha de frente<sup>243</sup>.

Em Pernambuco, o decreto de nº 3.383 surge para convocar para o serviço de guerra e defesa do Império cerca de 2.424 guardas nacionais da província<sup>244</sup>. Nele, ficava estabelecido que os municípios deveriam contribuir com a quantidade de guardas que fosse proporcional a sua força. Porém, os efeitos esperados não foram favoráveis às necessidades que o governo tinha de homens para a guerra. Diferentemente do entusiasmo inicial dos voluntários da pátria, os guardas nacionais em Pernambuco apresentaram, já no início do conflito, uma forte resistência ao alistamento voluntário. No relatório do presidente da província de 1865 vemos essa questão vindo à tona:

Não tendo com tas providências conseguido resultado algum, e sendo sumamente desagradável, e talvez impolítico, pelas circunstâncias especiais da província, recorrer desde logo a medidas extremas, não, contra alguns refratários e um ou outro batalhão da Guarda Nacional, mas, contra todos eles e 2.400 guardas, que em grande parte já me constava andarem foragidos, de ânimo revoltoso, e dispostos a resistência. Julguei acertado insistir ainda nos meios brandos, e nesse intuito expedi aos comandantes superiores as circulares de 21, 23 de junho, nas quais, instando pelos contingentes, recomendei lhes, e aos oficiais que dando soldados, conhecimento daquela circular, empregassem todo o seu prestígio e influência para convencê-los de que se devem prestar ao sacrifício que deles exige a pátria, a fim de pouparam o governo a dolorosa necessidade de forçá-los a servirem no exército o dobro de tempo que durar o destacamento.<sup>245</sup>

Nem mesmo o risco de servirem no exército o dobro de tempo que serviriam como guardas destacados impediu que muitos desses se evadissem da vista dos

---

<sup>243</sup> BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945**. Tradução Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 84.

<sup>244</sup> **Relatório dos presidentes da província de Pernambuco**. 1865. p. 3. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<sup>245</sup> **Relatório dos presidentes da província de Pernambuco**. 1865. p. 4. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

recrutadores. O discurso patriótico utilizado pelo Estado, analisando parte dos relatórios do presidente da província de Pernambuco, não surtiria os efeitos esperados. Segundo o relatório de 1865, nem mesmo o ato “de abnegação e de patriotismo” do Imperador que partiu para o teatro da guerra, teria conseguido produzir algum efeito nos guardas nacionais.

Isso fica ainda mais claro quando analisamos os depoimentos dos comandantes em seus respectivos municípios. Como, por exemplo, o caso do comandante superior de Goiana que, segundo as suas informações, de um comando de quatro batalhões, apresentaram-se apenas oito guardas nacionais, sendo inútil todo esforço empreendido por ele no processo de convocação<sup>246</sup>. De acordo com o seu depoimento, os guardas nacionais desobedeciam declaradamente, fugindo para as comarcas, as províncias vizinhas e até mesmo os sertões. O comandante de Buíque, por sua vez, declarou que bem pouco dos designados se apresentaram, visto que a maioria deles ficava agrupado em lugares ermos, armados e dispostos a resistirem<sup>247</sup>. O comandante superior de Olinda e Igarassu comunicou que, em 5 de julho de 1865, apresentaram-se apenas três guardas, apesar de ter empregado todos os meios pacíficos para reuni-los. Após essa data, o comandante marcou um novo dia, mas nenhum dos outros se apresentaram, desprezando, segundo ele, toda a sua diligência e o auxílio dos comandantes dos corpos<sup>248</sup>.

Na Bahia, a rejeição ao recrutamento também se tornou um problema para a administração da província. Em 1865 o jornal *O liberal* descreve bem a situação que o atual presidente da província passava ao tentar movimentar guardas nacionais que estivessem dispostos ao serviço de guerra. Segundo o periódico, o Sr. Dantas, presidente da província, teria prometido 500 homens à corte num espaço de tempo de 15 dias. O prazo, porém, findou e o respectivo administrador da província não tinha no quartel nem 50 homens. Questão que fazia, nas palavras do jornal, o excelentíssimo Sr. Dantas “perder a cabeça”<sup>249</sup>.

Entre as razões expostas pelos comandantes para o não comparecimento dos guardas nacionais, destacam-se, principalmente, a repugnância para deixar a terra, os interesses da família, o temor dos afazeres, os perigos de uma longa expedição e o medo

---

<sup>246</sup> **Relatório dos presidentes da província de Pernambuco.** 1865. p. 3. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> Ibidem.

<sup>249</sup> JORNAL O LIBERAL. 02 out. 1865. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

da própria guerra. A Guarda Nacional, portanto, se transformaria em um dos principais problemas da administração local no que se refere a sua incerteza quanto à colaboração de ir à guerra.

Essa questão anterior pode ser compreendida quando levamos em conta que ser membro da Guarda Nacional, antes da Guerra do Paraguai, era símbolo de status e um privilégio para aqueles que queriam escapar do recrutamento. A Guarda funcionava “como um guarda chuva contra os métodos brutais empregados no apresamento” dos recrutas<sup>250</sup>. No entanto, o conflito contra o Paraguai inverteria a ordem das coisas, tirando das mãos dos chefes locais a capacidade de proteção que tradicionalmente dedicava a sua clientela. Enviar guardas para o front de guerra significava na prática interferir no poder dessas autoridades e, ao mesmo tempo, modificar as práticas do recrutamento militar. O Estado imperial não apenas colocava em jogo a sua relação com os chefes locais, bem como denegria a autoridade deles, que se viam incapazes de assegurar a isenção de seus protegidos<sup>251</sup>.

Muitos comandantes tiveram que oferecer prêmios aos seus comandados com o intuito de atraí-los ao voluntariado. Os prêmios seriam somados às vantagens já concedidas aos guardas nacionais que se oferecessem espontaneamente. Porém, essa não seria uma realidade na maioria dos casos. Tornou-se muito comum uma ação totalmente contrária a essa descrita anteriormente. Muitos comandantes seriam acusados de proteger os seus guardas do processo de alistamento militar e, em outros casos, incentivariam, até mesmo, a deserção<sup>252</sup>. Além disso, alguns delegados, envolvidos em seus próprios interesses, prestavam socorro a guardas nacionais convocados ao serviço de guerra, escondia-os em fazendas, onde realizavam trabalhos agrícolas<sup>253</sup>. A questão tornava-se ainda pior nos lugares em que o comando da Guarda Nacional estava entregue nas mãos do partido de oposição que estava no poder. Naturalmente as designações e os comandos de recrutamento seriam desafiados e em muitos casos totalmente ignorados.

A mobilização militar para a Guerra do Paraguai também acentuaria as batalhas políticas internas do Estado brasileiro. As disputas de poder abririam espaço para denúncias contra as arbitrariedades realizadas durante o processo de recrutamento. Tanto os representantes dos liberais como dos conservadores aproveitaram-se para tirar

---

<sup>250</sup> IZECKSON. Op. Cit., p. 403.

<sup>251</sup> Idem. p. 404.

<sup>252</sup> MENDES. Op. Cit., p. 112.

<sup>253</sup> BEATTIE. Op. Cit., p. 85.

vantagens políticas diante das dificuldades oriundas da mobilização militar. Por apresentar certa predominância no poder, os conservadores tornaram-se alvo regular das críticas do partido liberal, ainda que contraditoriamente, tendo em vista que os liberais também foram peça-chave nesse processo<sup>254</sup>.

Em Pernambuco, os liberais detalhavam em tom de denúncia os abusos do recrutamento, trazendo à tona o que, em muitos casos, a população já sabia, mas que de alguma maneira era retratado de outra forma pelo discurso oficial. O jornal *O Liberal* em outubro de 1865 publicou que o mais desenfreado recrutamento tinha se derramado por todo Império, destacando que na própria corte, nem padres, nem senadores, nem estrangeiros estavam escapando ao “furioso e geral recrutamento”<sup>255</sup>. Segundo esse mesmo jornal, para fazer voluntários da pátria e não ficar abaixo do ministério anterior, o ministério que estava na situação “agarrava o cidadão pela gola e dizia”: “ou te fazes voluntário da pátria, ou irás para o exército”<sup>256</sup>.

Em outra situação, o mesmo jornal narraria que no termo de São Bento uma tropa comandada pelo “famigerado”, Luiz Paulino, armaria uma emboscada contra a figura de João Florencio. De acordo com a versão do jornal, “mal o infeliz” aparece na porta para se evadir, pois tinha visto de longe a tropa aproximando-se, foram disparados contra ele dois tiros no peito, sendo suficiente para cair imediatamente morto. Os tiros foram disparados por dois homens que estavam escondidos por trás da casa do senhor João Florencio, esperando a situação exata para concretizar a emboscada. Todavia, não era do interesse do jornal apenas noticiar o ocorrido. Era do seu interesse, também, contar uma versão diferente daquela que estava presente no Diário de Pernambuco, que dizia que o senhor João Florencio havia brigado com a tropa, resistindo de forma violenta. Essa seria, segundo o periódico liberal, a versão mais interessante para impunidade<sup>257</sup>.

Portanto, à medida que o conflito contra o Paraguai se prolongava, o patriotismo arrefecia, deixando o Estado Imperial com uma enorme ausência de recrutas, exatamente no momento em que o alistamento era necessidade primária das Forças Armadas. O entusiasmo inicial que movia a população desejosa de lutar contra uma invasão traiçoeira e um líder violento diluía-se com o tempo da Guerra. No lugar do

---

<sup>254</sup> Idem. p. 100.

<sup>255</sup> JORNAL O LIBERAL. 02 out. 1865. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> JORNAL O LIBERAL. 02 out. 1865. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

desejo e da vontade de ir à guerra surgia o medo e o desespero de uma população que ia gradativamente pondo em prática o rifão muito em voga naqueles tempos da campanha contra o Paraguai: “Deus é grande, mas o mato é ainda maior”<sup>258</sup>.

A resistência tinha como consequência a ação ainda mais violenta de um Estado que queria a qualquer custo mobilizar homens. Em Pernambuco, a resistência ao recrutamento comprometeria a ordem pública, aumentando consideravelmente os índices de violência na província. Desenhava-se um horizonte não muito favorável à população da província, sobretudo, no período de 1866 a 1869<sup>259</sup>. Os dissabores da mobilização militar causavam planos de emboscada para tomar as pessoas à força, assassinatos, casas e cadeias invadidas, autoridades mortas, insurreições de escravos, criminosos levados a qualquer custo para guerra, espancamentos, além das tensões políticas que o recrutamento forçado causava. Instalava-se, portanto, um clima de desordem e temor, aumentando consideravelmente os índices de criminalidade na província entre o período inicial da guerra até os últimos anos do conflito. A violência deliberada desse período estava associada, principalmente, com a “tomada ou fuga de presos” que juntas tornavam os índices de criminalidade ainda mais relevantes<sup>260</sup>.

Além dos “recrutas a pau e corda”, o Estado imperial faria uso, também, de escravos cedidos por seus senhores ou por ordens religiosas, de mulheres, de jovens e de crianças. Esses dois últimos seriam levados para a guerra com o desafio de vencerem não apenas as forças paraguaias, mas, sobretudo, as dificuldades da pouca idade para um conflito armado que tinha como pior consequência à morte. Nesse momento, destacam-se como principais fornecedores de jovens e crianças para a Guerra do Paraguai a Companhia de Imperiais Marinheiros e a Companhia de Aprendizizes Marinheiro. As respectivas instituições forneceriam um contingente importante de marinheiros e mostrariam ao mesmo tempo os limites de um Estado que não mediria esforços na hora de compor com crianças a ausências de homens em suas tropas.

### 3.3 Pequenos guerreiros

Na Marinha, a necessidade de recrutas também se fez presente no momento em que a guerra tornou-se uma realidade ao Império brasileiro. A urgência de homens

---

<sup>258</sup> DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 264.

<sup>259</sup> FILHO. Op. Cit., p. 118-119.

<sup>260</sup> Idem. p. 120.

evidenciava o despreparo das Forças Armadas e deixava claro que as forças brasileiras tinham que correr o mais rápido possível para contornar as claras deficiências militares. Para isso, o Estado Nacional se responsabilizou em sancionar leis que possibilitassem aos recrutadores um período de “vale tudo” pelas cidades do Império. Foi com esse propósito que em 8 de julho de 1865 seria aprovada uma lei que autorizava o governo a “preencher, durante a guerra, todas as vagas nos corpos da Armada, dispensando as regras estabelecidas na legislação da Marinha”<sup>261</sup>. Estabelecia-se, portanto, uma postura que colocava abaixo toda e qualquer lei que fosse contrária ao exercício do recrutamento forçado, inaugurando uma fase em que a Marinha e o Exército tentariam a todo custo preencher as lacunas e os espaços vazios de suas tropas.

Nesse instante, as instituições de formação militar, principalmente, as Companhias de Aprendizes Marinheiro e as Companhias de Imperiais Marinheiros, tornaram-se alvo central da busca implacável do Estado Imperial por recrutas. O aumento do rendimento desses estabelecimentos tornava-se uma obrigação inadiável. A guerra exigia uma maior leva de recrutas. Para isso, outras posturas precisaram ser empreendidas na dinâmica dessas instituições, sobretudo, no que se refere à mobilização de praças.

Diante das dificuldades do alistamento voluntário e até mesmo do recrutamento forçado, essas companhias tornaram-se importantes fornecedores de homens para servir à Marinha de Guerra. Eram elas que, segundo o relatório do Ministério da Marinha, eram responsáveis pela formação da maior parte da tripulação dos navios da Armada e eram a base no poder naval. Era notório para as autoridades da Marinha que seria muito mais lucrativo contar com essas instituições do que contar apenas com as velhas formas de mobilização militar. Isso é o que percebemos no relatório do Ministério Marinha de 1868:

Portanto, do que fica exposto parece que pode com fundamento deduzir-se o seguinte: que não se obterá marinhagem suficiente para os nossos navios de guerra com voluntários e recrutas apurados em cada ano. Os voluntários em número escasso e com grande despesa e os recrutas, em número proporcionalmente maior, porém com grandes vexames e abusos, causando muitos males ao país. Entretanto, o problema que por este lado é tão difícil de resolver, parece que já encontrou solução admirável nas duas instituições que possuímos.<sup>262</sup>

---

<sup>261</sup> **Coleção de leis do Império brasileiro.** Decreto n 1250 de 8 de julho de 1865. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<sup>63</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1868. p. 10. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

É em especial durante a Guerra do Paraguai que essas instituições ganham uma atenção redobrada. As companhias de aprendizes marinho passam a ser alvo de um “assédio sem tréguas”<sup>263</sup>, sobretudo, quando entendemos que eram elas que alimentavam cerca de um terço do contingente presente no corpo de Imperiais Marinheiros. Todos os anos essas companhias forneciam uma quantidade razoável de jovens instruídos nos primeiros rudimentos da arte naval. A transferência do aprendiz marinho para o corpo central visava no geral completar a educação já iniciada nos seus primeiros anos dentro da Companhia e habituá-lo ainda mais na vida do mar. Assim, diante das dificuldades da Guerra do Paraguai, restaram às autoridades da Armada traçar estratégias que fossem capazes de aumentar ainda mais o pessoal dessas instituições.

Foi com esse propósito de aumentar o contingente das Companhias de Aprendizes que em 1866 as autoridades da Armada imperial procuraram verificar quais eram as dificuldades que impediam que essas companhias chegassem ao total de 1854 aprendizes, saindo de reduzido número de 999 praças. Segundo essas autoridades, entre outras coisas, a guerra era um dos empecilhos para o alistamento de menores nessas instituições. Para vencer a apatia dos menores que fossem compor os quadros desses estabelecimentos era necessário, segundo o relatório do Ministério da Marinha, um maior esforço e a boa vontade da administração provincial<sup>264</sup>.

Portanto, essa foi a postura que a administração local tomou durante a Guerra do Paraguai, montando uma violenta máquina de recrutamento forçado. Para isso, as autoridades policiais cumpriram uma verdadeira varredura nas cidades e capitais das províncias brasileiras. Na Corte, os números passaram a ser espantosos e a Companhia de Aprendizes Marinho chegava a um efetivo quase duplo de sua lotação, precisando em diferentes momentos rejeitar meninos desvalidos<sup>265</sup>.

Por outro lado, nas demais províncias os resultados não seriam tão promissores. No geral, as autoridades encontrariam uma população resistente às propostas assistencialistas do Estado Imperial, agravando-se ainda mais durante a Guerra do Paraguai. Em Pernambuco, as autoridades do Arsenal da Marinha evidenciavam

---

<sup>263</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: **História das crianças no Brasil**, DEL PRIORE, Mary. São Paulo, 2000. p. 203.

<sup>264</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1866. p. 12. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<sup>265</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. 1868. p. 11. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

constantemente, em seus relatórios, as dificuldades cotidianas de mobilização de menores para a Companhia de Aprendizes Marinheiro. Para o inspetor do Arsenal, era necessário que os pais, os párocos e os chefes de instituições, como o colégio dos órfãos, contribuíssem para o desenvolvimento das guarnições da Armada. De acordo com o relatório da Marinha de 1866, a repulsa dos pais e a resistência de algumas autoridades de outras instituições impedia o crescimento da Escola de Aprendizes de Pernambuco.

Diante de tais dificuldades, em 1866 o inspetor do Arsenal da Marinha apresenta a possibilidade da realização do recrutamento de crianças no presídio Fernando de Noronha, tendo em vista a urgência em completar os quadros da Companhia de Aprendizes Marinheiro no período de guerra. Sobre isso, escreveu o inspetor as seguintes palavras:

Convencido da necessidade de completar a Companhia desta província por meio do recrutamento, tenho lembrado a Ilha de Fernando de Noronha, onde havendo mais de mil presos sentenciados, há também grande número de meninos que a moral pública, a caridade cristã pedem que seja dali tirados e entregues aos arsenais para lhes darem educação com proveito para os pais, para os filhos e para o Estado.<sup>266</sup>

Para o comandante do Arsenal da Marinha talvez fosse necessário uma recomendação do governo Imperial para que a Ilha de Fernando de Noronha enviasse muitos menores para as Companhias de Aprendizes. Segundo o chefe do Arsenal, manter esses garotos na ilha no meio de centenas de criminosos era permitir que eles “perdessem os germes das boas inclinações” e se tornassem um mal para a sociedade, quando crescidos<sup>267</sup>. No entanto, é possível que por trás dessa preocupação do chefe do Arsenal estivesse incluída, também, a enorme procura por menores que pudessem servir na guerra. Era oportuno esse tipo de argumento, especialmente, no crítico momento do conflito contra o Paraguai.

Nesse mesmo ano de 1866 seria enviada para a Corte uma quantidade de aprendizes acima do normal. Ficariam na Companhia de Aprendizes de Pernambuco apenas 48 aprendizes e seriam remetidos para o Rio de Janeiro cerca de 70 meninos que provavelmente, naquela configuração, serviriam como soldados na guerra. Nesse mesmo intuito, os educandos da Companhia de Aprendizes Artífice fariam parte dos planos do Estado Imperial. De maneira geral os meninos que ingressavam nesse

---

<sup>266</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’Almeida, Inspetor do Arsenal da Marinha para o presidente da Província. Antonio Borges Leal Castello Branco. APEJE, Série A.M., v. 26, n. 839.

<sup>267</sup> Idem.



estabelecimento cumpririam a função de operário da Armada. Papel que haviam sido treinados para exercer desde o primeiro dia na instituição. No entanto, a guerra contra o Paraguai daria uma função a mais a esses artífices, como vemos no documento abaixo:

Esses meninos desvalidos recebidos pelo estado para educá-los como operários, mostrarão nesse ano que a educação recebida nos estabelecimentos lhes vigora o amor a pátria, e que se tornam tanto operários para construir navios, como soldados, quando o país exige o desagravo de ofensas.<sup>268</sup>

Percebe-se, assim, que a Guerra do Paraguai cobraria também dos aprendizes artífices uma ação que fosse para além da função de operário. Era necessário que esses menores fossem ao campo de batalha e ocupassem os espaços vazios nas tropas brasileiras. As oficinas de aprendizes artífices mandariam para a guerra rapazes entre 10 e 17 anos e o discurso patriótico seria a justificativa mais utilizada pela Armada nacional:

É honroso registrar aqui, que quando pareci amortecido o patriotismo nessa província, crendo-se ser quase irrealizável a organização de batalhão de voluntários da pátria, trinta e seis aprendizes de uma companhia, cujo o número pouco excedia de cem, em sua maioria composta de crianças, foram os primeiros cidadãos que deram o exemplo de se oferecerem como voluntários da pátria: aceitei com a maior cordialidade e mandei eles ao palácio da presidência acompanhados de seu comandante.<sup>269</sup>

Desses menores, alguns deixaram de ser alistados no corpo de voluntários, porque, de acordo com o inspetor do Arsenal da Marinha, não tinham forças para sequer manejar um mosquete. Essa informação apenas reforça a ideia de que esses garotos de fato iam para o front de guerra com as mesmas funções do soldado adulto: combater frontalmente os inimigos paraguaios. Isso é o que constatamos ao analisar o documento a seguir que também reforça o que estamos tratando aqui:

Tenho a honra de mandar a presença de V.Ex. os dois aprendizes artífices da companhia destes Arsenal, Chimerico Alves Faria Pedrosa e Luis Ferreira de Araújo [...] estes aprendizes não chegam ainda a idade de 16 anos, porém mostram bastante desenvolvimento e julgam com capacidade de manejar uma espingarda.<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’Almeida, Inspetor do Arsenal da Marinha para o presidente da Província, conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá . APEJE, Série A.M., v. 26, n. 329.

<sup>269</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’Almeida, Inspetor do Arsenal da Marinha para o presidente da Província. Antonio Borges Leal Castello Branco. APEJE, Série A.M., v. 26, n. 839.

<sup>270</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’Almeida, Inspetor do Arsenal da Marinha para o presidente da Província. Antonio Borges Leal Castello Branco. APEJE, Série A.M., v. 26, n. 839.

No Rio de Janeiro, em 1865, o instituto de menores artesãos da Casa de Correção também enviaria alguns rapazes para servirem na Marinha no período do conflito<sup>271</sup>. De acordo com Renato Pinto Venâncio, “as crianças passaram ser alvo de uma insaciável caça” e de uma perseguição implacável, realizada, principalmente, pelas autoridades policiais e pelos chefes de instituições militares<sup>272</sup>. No discurso dessas autoridades geralmente prevalecia a disposição e a coragem dos garotos em irem para a guerra, evidenciando que sempre era uma escolha voluntária dos meninos e não das instituições. No discurso oficial, crianças e jovens ofereciam-se como voluntários e eram aceitos para a guerra, pelas companhias de aprendizes, sem mesmo alcançar uma postura corporal adequada, como se pode observar neste documento:

Tenho a honra de fazer apresentar à V. Ex. 33 aprendizes artífices da companhia deste Arsenal, que levados pelo ardor do patriotismo me acabam de declarar que querem servir como voluntários da pátria na guerra que atualmente atuada na Rio da prata e Paraguay com fim de sustentar a honra nacional [...] oito desses aprendizes tem ainda pouco corpo para os trabalhadores de uma guerra, mas achei que por isto não devia eu deixar de realizar ao pedido de acompanharem seus colegas.<sup>273</sup>

No entanto, é bem provável que nem sempre ocorresse dessa maneira. Inseridos em um modelo disciplinar extremamente rigoroso, como era o caso das instituições da Marinha, esses rapazes quase sempre foram obrigados a cumprir com as determinações das autoridades das companhias de aprendizes. O direito à escolha não era algo que fazia parte do cotidiano desses aprendizes que geralmente tinham que conviver com a imposição de ordens vindas de seus superiores. Não seria diferente num período de guerra, em que o Brasil necessitava urgentemente de homens para alimentar as suas tropas. Não seria estranho imaginar que muitos jovens pertencentes às companhias fossem retirados forçadamente e enviados ao front de guerra juntos a tantos outros brasileiros que foram recrutados e enviados a contragosto durante o período do conflito. Porém, esses e tantos outros foram incluídos em um mesmo discurso, que elegia a coragem, a bravura e o patriotismo como razão para escolha voluntária da defesa do país. No entanto, esse mesmo discurso excluía e escondia a violência desenfreada de uma forma de mobilização militar que se instalou nas províncias brasileiras e acompanhou a maior parte da Guerra do Paraguai. Em outras palavras, aqueles que

---

<sup>271</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: **História das crianças no Brasil**, DEL PRIORE, Mary. São Paulo, 2000. p. 205.

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’Almeida, Inspetor do Arsenal da Marinha para o presidente da Província. Antonio Borges Leal Castello Branco. APEJE, Série A.M., v. 26, n. 839.

partiram das companhias de aprendizes para a guerra no sul foram parte de uma ação desesperada de um Estado que carecia emergencialmente de pessoas que lutassem em favor da nação. De um país que tinha suas forças armadas totalmente despreparadas para um conflito de cinco anos. De uma nação, inclusive, que ainda não tinha suas fronteiras totalmente consolidadas e muito menos um povo com um sentimento de pertencimento formado.

O discurso utilizado pelo inspetor do Arsenal da Marinha no último documento citado, afirmando veementemente a disponibilidade voluntária de um conjunto de crianças é no mínimo questionável. As palavras do inspetor abre espaço para que questionemos se de fato ir à guerra era uma escolha desses menores ou era parte de um processo de intimidação e imposição de autoridades militares que jogavam de forma autoritária centenas de garotos no mundo desumano e até então desconhecido da guerra. Esse tipo de questionamento é reforçado quando analisamos o conjunto de reclamações que foram emitidos, no momento da guerra, pelos pais que solicitavam às autoridades a devolução do filho recrutado ou aqueles que estavam a caminho do conflito. A maior parte desses requerimentos de reclamações era ignorada pelas autoridades que acabavam enviando os garotos reclamados sem o consentimento dos pais:

[...] O requerimento de Maria Joaquina do Espírito Santo, mãe do aprendiz artífice Camilo Francisco dos Santos, informo a V. Ex. que com efeito esse aprendiz é um dos que se oferecem para servir voluntariamente na Guerra do Sul, que não foi seduzido para tal fim, como diz a suplicante. O menor tem de idade treze anos e nove meses, e acaba de asseverar-se que é muito de sua livre vontade que se ofereceu para seguir.<sup>274</sup>

Igual a esse requerimento existiram outros milhares que foram se multiplicando no decorrer da Guerra do Paraguai, deixando claro a imposição e a violência do Estado Imperial na hora de formar as suas tropas. As fugas dos garotos e a resistência dos pais são outros sinais que mostram o quanto os estabelecimentos da Marinha eram rejeitados pela população, especialmente, no momento da Guerra. Frente a isso, a mobilização forçada para a guerra tornou-se a solução mais utilizada pelas autoridades militares. As dificuldades de completar o efetivo da Companhia de Aprendizes de Pernambuco seriam acentuadas ainda mais por conta do conflito. Segundo o relatório do presidente de província de 1867, das 200 vagas existentes apenas 52 estavam preenchidas. No entanto, esse grande número de vagas existentes justificam-se quando entendemos que

---

<sup>274</sup> Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’Almeida. Inspetor do Arsenal da Marinha para o presidente província, Dr. Antonio Borges Leal Castelo Branco. APEJE, Série A.M., v. 26, n. 846.

naquele mesmo ano, em períodos de três meses, alistavam-se nove aprendizes e seguiam para corte uma média de treze praças<sup>275</sup>. Nesse mesmo ano, alistar-se-iam 50 rapazes e seguiriam para a Corte 56 aprendizes<sup>276</sup>. Em outras palavras, o número de crianças enviadas para a guerra seria superior ao número de menores que davam entrada nessas instituições. De 1864 a 1868, período mais significativo referente à mobilização militar para a guerra, Pernambuco enviaria cerca de 230 aprendizes marinheiros para servirem nas tropas da Armada Imperial<sup>277</sup>.

Percebe-se, portanto, que o esforço de mobilização militar nas diferentes companhias de aprendizes aumentou consideravelmente no período da Guerra do Paraguai. As autoridades militares esvaziariam os magros efetivos que as companhias, a muito custo, conseguiriam alcançar durante os anos do conflito. No calor da guerra, seriam selecionados para a luta contra o Paraguai aprendizes que ocupariam os mesmos lugares dos soldados adultos. Até mesmo os que não tinham condições de entrar em um conflito armado seriam selecionados sob a alegação de apresentarem “robustez suficiente”. O país não pouparia esses menores e os enviaria ao mundo trágico, incerto e, em muitos casos, sem volta.

Sem distinguir crianças de adultos, o Estado brasileiro revelaria durante a Guerra do Paraguai toda a sua violência na hora de mobilizar as massas para os campos de batalha. Fariam parte das tropas brasileiras aqueles garotos retirados das ruas, os órfãos enviados por casas de caridade ou aqueles meninos que, pela necessidade ou pela força do recrutamento, foram retirados de suas famílias. Jogados no campo de guerra, esses garotos ficaram expostos aos perigos das metralhadoras, dos canhões e até mesmo da aquisição de alguma doença mortal, questão que fora muito comum ao ambiente do conflito contra o Paraguai. Seria essa infância pobre, pertencente a uma parcela da população considerada pelo poder público como perigosa, que entraria no Paraguai e, juntamente com as tropas aliadas, enfrentaria corajosamente ou à base do medo o exército inimigo. Foram eles que ajudaram, pegando em armas ou sendo bucha de canhão, o Brasil e os aliados antiparaguaios a vencerem essa guerra.

Não é estranho para um país que durante muito tempo formou suas tropas com base em um modelo arcaico e violento de engajamento militar ter que recrutar crianças

---

<sup>275</sup> **Relatórios dos presidentes de província.** 1867. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<sup>276</sup> **Relatórios dos presidentes de província.** 1868. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<sup>277</sup> **Relatórios dos presidentes de província.** 1869. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>>. Acesso em: 20jan. 2013.

para um conflito de cinco anos. Muito menos é difícil entender que o Estado Imperial de fato tivesse que contar com os serviços de seus aprendizes, quando a maior parte da população corria do serviço militar muito antes da Guerra do Paraguai. Diante disso, torna-se compreensível que as Companhias de Aprendizes tenham se tornado peça importante no complemento das tropas brasileiras e até mesmo na vitória contra as forças do Paraguai.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa pesquisa historiográfica carregou por longos dias várias inquietações que nos motivaram a investigação e a produção desse trabalho acadêmico. Foi a partir dessas inquietações que o nosso objeto de pesquisa tornou-se alvo de uma exploração árdua que o fez torna-se texto escrito. Em nossa narrativa, uma infância pobre, órfã e abandonada ganhou destaque por sair de uma escuridão que lhe garantia como prêmio da vida apenas o esquecimento. Acreditamos que trazer ao nosso texto a história de pequenos sobreviventes de uma infância pobre, especificamente os recrutados pelas companhias de aprendizes da Marinha, é uma maneira de fazer que essas pessoas absolutamente sem glória sujam no meio de tantos mortos” e permaneçam mostrando “sua raiva, sua aflição ou sua invencível obstinação em divagar”.<sup>278</sup> Estamos investigando um passado que parece distante, mas que entrou em nossa dissertação a partir de algumas inquietações do presente. A persistência de uma infância abandonada é ainda um tema que se estende pela atualidade, consumindo os sonhos de um país mais justo e mais humano.<sup>279</sup>

Tivemos a preocupação de historicizar nesse trabalho o recrutamento de crianças pernambucanas para as companhias de aprendizes da Marinha entre os anos de 1857 a 1870. A admissão de garotos em estabelecimentos militares tornou-se uma prática comum no Império brasileiro. Essa prática contava com a aquisição de menores oriundos de famílias pobres, de casas de caridade ou pelo recrutamento forçado de crianças que habitavam o ambiente da urbe. Para o Estado brasileiro era urgente cuidar dessa parcela da população que, apesar da pobreza e do abandono, haviam sobrevivido e poderiam engrossar as fileiras dos desocupados. Sobretudo, para um Estado que incluía a população na agenda pública, precisando gerir os homens do nascimento à morte.

A primeira Companhia de Aprendizes Marinheiro do Brasil foi inaugurada no Rio de Janeiro em 1840. Todas as demais foram fundadas a partir e após 1855, a exemplo da companhia de Pernambuco que foi inaugurada no ano de 1857. No geral, esses estabelecimentos cumpriram a função de formar marinheiros para aumentar as fileiras da Marinha de Guerra. Em contra partida, as Companhias de Aprendizes Artífice

---

<sup>278</sup> FOUCAULT. Op. Cit., p. 6.

<sup>279</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência as crianças abandonadas do Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume, 2008. p. 251.

foram fundadas na primeira metade do século XIX nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Esses estabelecimentos surgiram com a função de formar operários nacionais aptos em ofícios navais. Porém, vale destacar que para além de formar marinheiros e operários nacionais, as companhias de aprendizes serviram para comportar parte de um excedente populacional que passava a ser alvo da administração pública.

Foi parte de nossa ocupação e de nossos objetivos contar a história desses estabelecimentos militares, principalmente no âmbito de Pernambuco. Para isso, adentramos nos regulamentos e leis que regiam as companhias, trazendo à tona parte do cotidiano dessas instituições, além de perceber de que maneira as crianças seriam admitidas nas mesmas. As normas e o processo de disciplinamento que eram impostas aos aprendizes, objetivando criar corpos obedientes e dóceis, foi outra questão que percebemos no decorrer de nossa pesquisa. Fazia parte dos objetivos desses estabelecimentos militares esquadrihar ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos dos garotos. Porém, vale pontuar que toda estrutura disciplinar imposta aos aprendizes nem sempre foi aceita de forma pacífica por eles. Acentuamos nesse trabalho que a resistência aos dispositivos disciplinares das Companhias de Aprendizes foi uma prática rotineira daqueles menores que não aceitavam sujeitarem-se as normas desses estabelecimentos. A fuga, nesse contexto, seria a ação mais visível daqueles que queriam livrar-se definitivamente dessas instituições, criando um mundo preenchido por suas próprias escolhas.

No decorrer do século XIX o problema central que se colocou ao Brasil, na esfera da mobilização militar, foram as enormes dificuldades de preencher os efetivos das principais forças do Estado Imperial. O alistamento de estrangeiros e de voluntários foi um dos recursos utilizados pela Marinha para preenchimento de suas tropas. No entanto, no avançar do século XIX o recrutamento forçado permaneceria como a principal forma de mobilização de militar da Armada e do Exército brasileiro. Voltando-se no geral para os desclassificados sociais, o recrutamento militar quase sempre carregou as características de um Estado violento, cruel e autoritário. Considerado um imposto de sangue, o serviço militar seria evitado pela maior parte da população, que por várias razões, aproximaria essa atividade do serviço escravo.

A atividade militar, portanto, seria uma realidade que na maior parte das vezes seria evitada a todo custo pela população. Essa questão impulsionou o aparecimento de um Estado que não mediu esforços para compor um quadro de recrutamento militar que

tinha como recurso primário a imposição da força e da violência. Diante dessas dificuldades, procurei destacar que uma das alternativas do Estado brasileiro foi o recrutamento e o alistamento de menores pelas Companhias de Aprendizes da Marinha. Alternativa que contribuiu de forma significativa para o aumento do contingente militar da Armada nacional. Historicizar o recrutamento de crianças por essas instituições militares entre os anos de 1857 a 1870 foi o nosso principal objetivo no decorrer dessa dissertação. Para isso, uma vasta documentação, auxiliada por leituras temáticas e teóricas, contribuiu para contarmos mais um capítulo da história do recrutamento brasileiro, especificamente, aquele voltado para uma infância pobre e desvalida no século XIX. Todavia, vale ressaltar que fez parte também de nossos objetivos, mostrar que para além da função precípua de mobilizar homens para o serviço militar, o recrutamento cumpriu o propósito de disciplinar e fazer produzir uma parte da população que precisava ser percebida, esquadrihada e normalizada.

Foi demonstrado ao longo desse trabalho que a mobilização militar na maior parte do século XIX encontrou no recrutamento forçado a principal ferramenta de reposição de homens para o serviço das armas. Isso porque o alistamento voluntário quase sempre encontrou uma população que tinha ojeriza à vida no quartel. Por outro lado, esse arcaico modelo de mobilização de homens encontraria os seus limites com o envolvimento do Brasil na Guerra contra o Paraguai. A Guerra romperia com os antigos laços clientelar de fornecimento de recrutas e ao mesmo tempo mostraria a crueldade de um Estado que revelaria em detalhes a arcaica e violenta tradição de facultar crianças a situações de conflito.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes Manuscritas - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, (APEJE)-PE.

- **Série Arsenal da Marinha de Pernambuco – Códices -1855 a 1870.**

### Fontes Impressas - Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj

- **Diário de Pernambuco: 1857 a 1867**

### Fontes Eletrônicas

- **Dicionário on line:**

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*: áulico, anatômico, arquitetônico. Coimbra. 1712 – 1728. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso maio de 2012

- **Center for Research Libraries, University of Chicago (CRL)**

- Relatórios da presidência da província de Pernambuco, 1865-1870. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>. Acesso entre setembro a dezembro de 2007.

– Relatórios do Ministério da Marinha, 1860-1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>. Acesso em 12 de maio de 2012.

- Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/internet/Legislacao/Legislacao do Império](http://www.camara.gov.br/internet/Legislacao/Legislacao%20do%20Imp%C3%A9rio). Acesso em maio de 2012.

### Livros e Dissertações

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BRAGA, Vera Lúcia. **Pequenos aprendizes**: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2003.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, razão e nação no Brasil, 1864-1945/ tradução Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

- CAMINHA, Herick Marques. Organização do Pessoal da Marinha Imperial. In: **Marinha do Brasil**. História Naval brasileira. Rio de Janeiro: SDMG, 3 v. 2002.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 2ª ed. – Ed: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). **A construção nacional**. Volume II: 1830 – 1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COSTA, Edlúcia da Silva. **As Agruras e Aventuras do recrutados no Recife (1822-1850)**. ). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2002.
- CUNHA, Luis Antonio. **O Ensino de Ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. – 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- DEL PRIORE, Mary (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- DUARTE, André. **Biopolítica e resistência**. In: RAGO, Margareth; NETO, Alfredo Veiga (Org.) Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autentica, 2008
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo, SP/ Salvador, BA: HUCITEC-EDUFBA,1996.
- FOSENCA, Celso Suckow da. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, vol.1. 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo; Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo; Martins Fontes, 2008.
- GRINBERG, Keila e SALES, Ricardo. (org.). **O Brasil Imperial**. Volume II: 1831-1870- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. O Colégio de Educandos Artífices – 1865-1874: infância desvalida na Parahyba do Norte. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, PB-UFPB, 2008.

LUCENA FILHO, Marcio. **Pernambuco e a Guerra do Paraguai**: o recrutamento e os limites da ordem. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2003.

LUZ, I. M. “Compassos letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)”. Dissertação de mestrado. João Pessoa, FE-UFPB, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARZNHY, Jurema Gertze. **Infância em Perigo**: A assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre, 1837-1880. (Dissertação de Mestrado), Porto Alegre: PUC-RS, 1990.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem Incompleta**. São Paulo: Senac, 2000.

MELO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34.2004.

MENDES, Fábio Faria. Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência as crianças abandonadas do Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. A ressaca da Marujada: **recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

PAULA, Eurípedes Simões de. **A Marinha de Guerra**, in HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1974, Tomo II, Vol. 4,

RIZZINI, Irene. & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Puc – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA, Luiz Geraldo. **Pescadores, Militares e Burgueses**: Legislação Pesqueira e Cultura Marítima no Brasil (1840 – 1930). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 1991.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese (Doutorado em história) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco Recife, 2002.

STEARNS, Peter. **A Infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

VALE, Brian. A Criação da Marinha Imperial. In: **MARINHA DO BRASIL**. História Naval do Brasil. Rio de Janeiro: SDGM, 3 v. 2002.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas**: assistência à criança de camadas populares do Rio de Janeiro e em Salvador-séculos XVIII e XIX. São Paulo: Papyrus, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Os aprendizes de guerra**. In: História das crianças no Brasil, Del PRIORE, Mary. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o Salário**: A formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX. Tese – (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.